



RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

Relatório de Gestão do exercício de 2024, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

**BELÉM-PA
2025**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

APL – Arranjos Produtivos Locais	PCT – Projeto de Cooperação Técnica
BADAM – Banco de Dados da Amazônia	PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
BASA – Banco da Amazônia S/A	PGC – Planejamento e Gerenciamento de Contratações
CAINS - Cadastro de Inadimplentes da Sudam	PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
CCSS - Comissão de Coleta Seletiva Solidária	PLS – Plano de Logística Sustentável
CGU – Controladoria-Geral da União	PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
CIGOV - Comitê Interno de Governança	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CONDEL – Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	POSIC – Política de Segurança da Informação
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	PPA – Plano Plurianual
CT&I – Ciência, Tecnologia e Informação	PRDA – Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
DICOL – Diretoria Colegiada	RFB – Receita Federal do Brasil
DIRAD – Diretoria de Administração	RP – Restos a Pagar
DGFAI – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
DPLAN – Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas	SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
DPROS – Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável	SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SPU - Superintendência do Patrimônio da União
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	TCE - Tomada de Contas Especial
LOA – Lei Orçamentária Anual	TCU – Tribunal de Contas da União
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	TED – Termo de Execução Descentralizada
ME – Ministério da Economia	TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos
MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	UF – Unidade Federativa
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento	UJ – Unidade Jurisdicionada
	UPC – Unidade Prestadora de Contas.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Mapa da Amazônia Legal
Figura 2 - Diagrama Representativo da Estrutura Regimental da Sudam
Figura 3 - Cadeia de Valor
Figura 4 - Matriz de Risco para Implementação do PRDA 2024-2027
Figura 5 - Mapa Estratégico da Sudam 2021 - 2024
Figura 6 - Relacionamento entre as práticas de Governança de TIC

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Dotação Orçamentária Sudam 2024 (R\$)
Gráfico 2 - Quantidade de Instrumentos Ativos por Unidade de Federação
Gráfico 3 - Valor Total de Repasses Financeiros para Convênios por Unidade da Federação em 2024
Gráfico 4 - Projetos da Carteira do PRDA 2024-2027 por Eixo
Gráfico 5 - Evolução Dotação Final do Administrativo Sudam - 2022 a 2024
Gráfico 6 - Evolução Dotação Final do Finalístico – Emendas e Sudam - 2022 a 2024
Gráfico 7 - Evolução Saldo Aplicação Sudam 2016 a 2024
Gráfico 8 - Evolução Saldo Aplicação FDA 2016 a 2024
Gráfico 9 - Evolução da Dotação Orçamentária do Finalístico – 2022 a 2024
Gráfico 10 - Evolução do percentual da dotação pago no mesmo exercício – 2022 a 2024
Gráfico 11 - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Administrativo – 2022 a 2024
Gráfico 12 - Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Finalístico – 2022 a 2024
Gráfico 13 - Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Administrativo - 2022 a 2024

- Gráfico 14** - Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Finalístico – 2022 a 2024
Gráfico 15 - Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)
Gráfico 16 - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2014-2024)
Gráfico 17 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)
Gráfico 18 - Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2024

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Estruturas de Governança
Quadro 2 - Composições Acionárias FDA
Quadro 3 - Painel de Desempenho Estratégico da Sudam
Quadro 4 - Metas Globais da Sudam em 2024
Quadro 5 - Resumo das Ações Previstas na LOA em 2024
Quadro 6 - Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2024 – Restos a Pagar (RP)
Quadro 7 - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)
Quadro 8 - Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2024
Quadro 9 - Consultas prévias aprovadas em 2024
Quadro 10 - Projetos aprovados em 2024
Quadro 11 - Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício
Quadro 12 - Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários
Quadro 13 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores
Quadro 14 - Projetos de Desenvolvimento Sustentável Apoiados em 2024
Quadro 15 - Investimentos de capital em 2024: Infraestrutura e Equipamentos
Quadro 16 - Contratações previstas e executadas em 2024

Quadro 17 - Áreas Compartilhadas com Órgãos da União em 2024
Quadro 18 - Princípios do Modelo de Governança de TIC
Quadro 19 - Diretrizes do Modelo de Governança de TIC
Quadro 20 - Contratações/Aquisições mais relevantes de recursos de TI em 2024
Quadro 21 - Principais iniciativas e resultados na área de TI em 2024
Quadro 22 - Principais ações da área de Segurança da Informação em 2024
Quadro 23 - Principais metas não alcançadas em 2024
Quadro 24 - Conclusões do Relatório de Auditoria nº 1358261, Recomendações e Medidas Adotadas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação dos Processos sob responsabilidade da Corregedoria da Sudam em 31/12/2024
Tabela 2 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2024 (R\$)
Tabela 3 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2024 (R\$)
Tabela 4 - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2024 (R\$)
Tabela 5 - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2024 (R\$)
Tabela 6 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2022 a 2024
Tabela 7 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2022 a 2024
Tabela 8 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2024
Tabela 9 - Linhas de produção incentivadas em 2024 (Laudos Constitutivos Emitidos)
Tabela 10 - Contratações FNO 2022 - 2023
Tabela 11 - Contratações FNO 2023 por UF
Tabela 12 - Atendimento de Diretrizes do FNO em 2023
Tabela 13 - Carteira de Projetos do PRDA 2024-2027 por Estado e pelo Total de Recursos

Tabela 14 - Disponibilidade Orçamentária da Sudam em 2024
Tabela 15 - Evolução dos Recursos Aplicados Sudam 2016 a 2024
Tabela 16 - Evolução dos Recursos Aplicados – FDA 2016 a 2024
Tabela 17 - Evolução Orçamentária de 2022 a 2024 (R\$).
Tabela 18 - Execução Orçamentária de 2022 a 2024
Tabela 19 - Efetivo Força de Trabalho
Tabela 20 - Evolução da Força de Trabalho (2014-2024)
Tabela 21 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas)
Tabela 22 - Força de Trabalho e Cargos de Liderança por gênero
Tabela 23 - Despesa com Pessoal (2022-2024)
Tabela 24 - Capacitações em 2024
Tabela 25 - Resumo dos Valores de Contratações em 2024
Tabela 26 - Modalidades Pregão e Concorrência em 2024
Tabela 27 - Dispensas de Licitações em 2024
Tabela 28 - Tipos De Inexigibilidades – 2024
Tabela 29 - Resumo das Contratações Diretas – 2024
Tabela 30 - Desfazimento de Ativos em 2024
Tabela 31 - Recursos Aplicados em TI em 2024
Tabela 32 - Média Mensal de Consumo de Água 2023-2024 (m³)
Tabela 33 - Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2024
Tabela 34 - Consumo de Papel em 2023-2024 (resmas)
Tabela 35 - Consumo de Copos Descartáveis em 2023-2024 (cento)
Tabela 36 - Transporte de Pessoas a Serviço da Sudam 2023-2024
Tabela 37 - Balanço Patrimonial Sudam 2024
Tabela 38 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2024
Tabela 39 - Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2024
Tabela 40 - Resultado Financeiro Sudam 2024
Tabela 41 - Balanço Patrimonial FDA 2024
Tabela 42 - Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2024
Tabela 43 - Resultado Orçamentário FDA 2024
Tabela 44 - Resultado Financeiro FDA 2024

LISTA DE LINKS

Sítio Eletrônico da Sudam - <https://www.gov.br/sudam/pt-br>

Conselho Deliberativo - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>

Rol de Responsáveis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>

Governança, Integridade, Riscos e Controle - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>

Planejamento Estratégico - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>

Ouvidoria da Sudam - https://www.gov.br/sudam/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/ouvidoria-sudam

Carta de Serviços - <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia>

PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>

Carteira de Projetos PRDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/carteira-de-projetos-prda>

Convênios e Transferências Voluntárias - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>

Incentivos Fiscais - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>

FDA - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>

FNO - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>

Demonstrações Contábeis - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>

Plano Anual de Contratações - <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

SUMÁRIO

MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE	8
1. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO	10
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	21
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	25
4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	134
ANEXOS	147

MENSAGEM DO SUPERINTENDENTE



Paulo Roberto Galvão da Rocha – Superintendente da Sudam

Com trabalho, dedicação, articulação política e a imensa capacidade técnica dos trabalhadores da Sudam, vamos “arrumando a casa” para buscar implementar a promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal, com ações fundamentadas na integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

No ano de 2024, o trabalho da Sudam foi intenso e relevante para a Amazônia e para o Brasil. Na missão de reduzir desigualdades, conseguimos incluir nas diretrizes do FNO projetos indicados pelo Plano Nacional de Bioeconomia, que atendam a Nova Indústria Brasil, bem como aos que atendam estratégias de gestão ambiental definidas em Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE. No aspecto das prioridades espaciais, foi enfatizado o atendimento a projetos situados na região de integração do arquipélago do Marajó e do distrito de Bailique, por serem atualmente territórios com baixos índices de desenvolvimento.

Mantivemos incentivos fiscais como instrumentos de promoção de investimentos, com geração de emprego e renda. Exaurimos a capacidade de disponibilização do FNO e do FDA para o progresso do desenvolvimento econômico e social da região estendendo esses benefícios aos segmentos produtivos de menor porte e com base na agricultura familiar, sempre em consonância com a PNDR e PRDA.

Em 2024, a Sudam instituiu o Programa de Integridade, conforme orientações da CGU, com a função de orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos, primando por valores legais e éticos e disponibilizou em versão de teste o Portal de Investimentos da Amazônia, com informações e ferramentas voltadas para a divulgação de oportunidades de investimento na Região.

Logo no início do ano, foi celebrado o Contrato de Cessão de Uso a Título Gratuito entre Sudam e União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União - SPU no Pará. Foi possível, então iniciar o projeto de fazer da Sudam um centro integrado do governo federal. Atualmente, o complexo predial da Superintendência abriga outras quatro entidades federais, a Codevasf, o MDS, MIDR e Embratur. Em 2025, temos o desafio de efetivar reformas e adaptações para seguir no projeto de reunir num único endereço entes federais para um trabalho coletivo de governo.

O ano de 2024 também foi marcado pela celebração de eminentes cooperações e parcerias com entidades com capacidade técnica e força política. Instituímos também o Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação (PDCTIA), que tem abrangência de 2024 a 2027 e busca tornar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação como fatores de redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia.

No que se refere ao Resultado Financeiro, o exercício de 2024 foi positivo com um aumento de 350,11% em relação ao resultado de 2023. Tivemos ainda melhoria no prazo de manifestações técnicas pós-vistórias, que aumentou de 57,78%, em 2023, para 81,25%, em 2024.

Para 2025, temos o desafio de recompor o quadro técnico da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros - CGINF, em virtude da redução significativa do número de servidores nos últimos anos. Em consequência deste cenário, um quantitativo significativo de pleitos de incentivos fiscais provenientes de 2024 serão analisados somente em 2025.

Outro importante desafio consiste na implementação de melhorias no Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais – SIN, utilizado pela Sudam para receber os pleitos de incentivos fiscais e analisar o mérito das solicitações.

A Sudam pretende intensificar a capacitação para os servidores públicos dos Municípios classificados como Intermediários, localizados na Amazônia Legal, que ainda não são alcançados pelos incentivos fiscais administrados pela Sudam. Tudo para promover a interiorização dos incentivos e redução das desigualdades intrarregionais.

Por fim, o tema Amazônia ganha relevância nacional e internacional. O ano de 2024 antecede a realização da COP 30 em Belém, marcada para novembro de 2025. Nesse contexto, a Sudam se propõe a levar ao debate a centralidade e importância das pesquisas e potencialidades da produção local. Dizer ao mundo que o desenvolvimento sustentável precisa incluir os cerca de 30 milhões de amazônidas que habitam a Região e precisam de vida digna com acesso e respeito aos direitos básicos, tais como saneamento, água tratada, destinação de resíduos sólidos, educação, saúde, lazer, emprego, renda e oportunidades.

Paulo Roberto Galvão da Rocha
Superintendente da Sudam

1. VISÃO GERAL DA SUDAM E AMBIENTE EXTERNO

QUEM SOMOS?

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, cuja finalidade é promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

ONDE ESTAMOS?

Com sede em Belém (PA), a Sudam atua em praticamente 59% do território nacional, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

COMO ATUAMOS?

A Instituição possui quatro macroprocessos finalísticos: Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros; Fundos de Desenvolvimento e Financiamento; Convênios e Transferências Voluntárias; e Planos de Desenvolvimento.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento norteador é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Competências institucionais da Sudam - Lei Complementar nº 124, de 2007:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos parágrafos 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério da Economia na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social; capacitação de recursos humanos; inovação e difusão tecnológica; políticas sociais e culturais; e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;

- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação;
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

1.1. Principais normas direcionadoras de sua atuação

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam foi instituída, na forma do art. 43 da Constituição Federal, por meio da Lei Complementar nº 124, de 2007, a qual estabelece a composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação do órgão e dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A estrutura regimental da Sudam encontra-se disposta nos termos do Decreto nº 11.230, de 07 de outubro de 2022, e o seu Regimento Interno foi aprovado por meio da Resolução Normativa nº 09, de 25 de setembro de 2023, pela Diretoria Colegiada da autarquia.

Com relação às ações finalísticas, a Sudam tem como principais normas direcionadoras:

- Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento;
- Decreto nº 10.053, de 9 de outubro de 2019, o qual aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão;
- Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ademais, a Sudam dispõe de planos, políticas, normas e cartilhas que se relacionam com suas atividades internas ou institucionais. Dentre eles, destacam-se:

a) **Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia – PRDA** - Instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam, elaborado em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com as Agendas Macrorregionais, com o PPA federal e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento>

b) **Plano de Ação** – documento elaborado anualmente, balizador das ações institucionais para o exercício. O Plano envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e contempladas no Plano Plurianual da União - PPA 2024-2027. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/receitas-e-despesas>

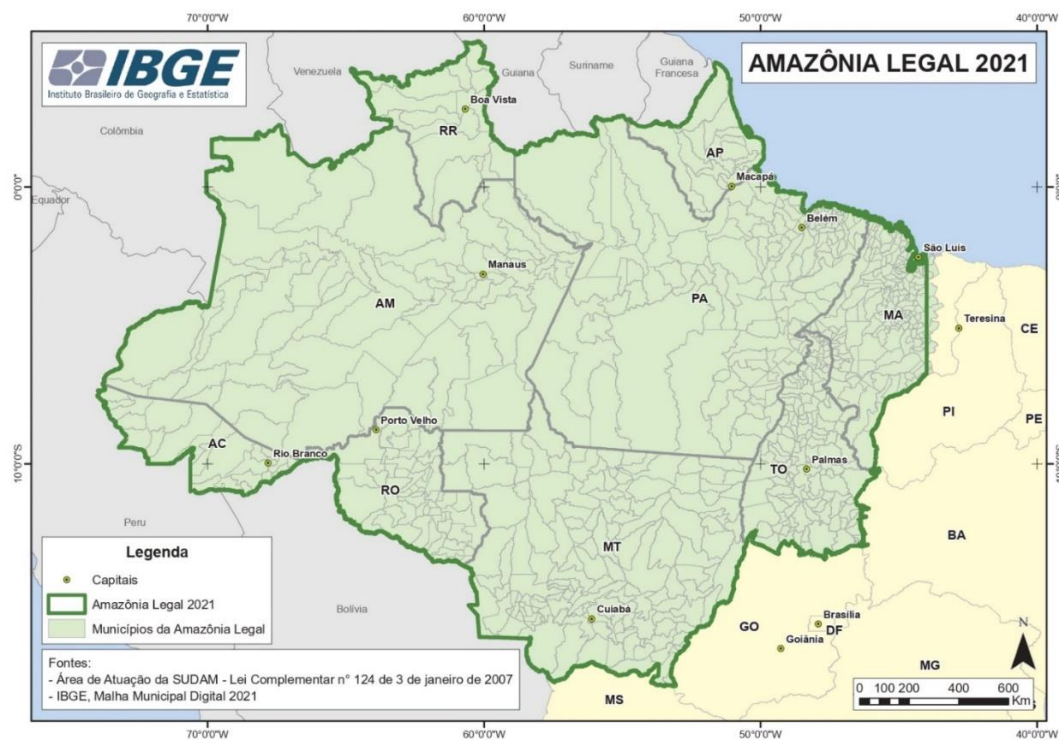
- c) **Cartilha de Ações Orçamentárias** – documento de orientação, elaborado anualmente, acerca dos programas e as ações orçamentárias passíveis de alocação de recursos ao orçamento da Sudam para o exercício. Disponível no link: [Recursos e metas das ações e programas finalísticos — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao).
- d) **Resolução CONDEL nº 123, de 03 de dezembro de 2024** – Regulamenta os Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- e) **Resolução CGIRC nº 04, de 18 de fevereiro de 2019** – aprova a Declaração de Appetite a Risco, estabelecendo a tolerância ao risco exclusivamente nos níveis Baixo e Médio. Disponível no link: [Governança, Integridade, Riscos e Controles — Repositório SUDAM](https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao).
- f) **Política de Gestão de Riscos e Controles Internos** – estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, como subsídio à tomada de decisões em todos os níveis de gestão da Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- g) **Plano de Integridade** – estabelece as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que podem impedir a Sudam de alcançar seus objetivos. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- h) **Plano de Governança, Riscos e Controles** - estabelece as diretrizes, responsabilidades e procedimentos para gestão de riscos no âmbito da Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- i) **Cartilha do Programa de Integridade da Sudam** – contém informações gerais sobre o Plano de Integridade da Sudam. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- j) **Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC** - estabelece as diretrizes para a segurança no uso, tratamento e controle, proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos, por qualquer meio, pelos sistemas de informação da Sudam. Disponível no link: [Resolução nº877 - Política de Segurança da Informação e das Comunicações - POSIC 2023 — Repositório SUDAM](https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao).
- k) **Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam** - Prescreve os padrões de conduta profissional exigidos dos servidores da Sudam, estabelece deveres e vedações e disciplina a constituição e atuação da Comissão de Ética Profissional. <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.
- l) **Carta de Serviços** – contém as informações sobre os serviços, inclusive os setores responsáveis, meios de contato, horários de funcionamento, entre outros dados necessários para atendimento. Disponível no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/legislacao>.

1.1.1. Ambiente de atuação

O ambiente de atuação da Sudam, conforme definido na Lei Complementar que a institui, é a Amazônia Legal e fundamenta-se em promover o desenvolvimento de forma planejada, organizada e articulada, viabilizando a utilização dos instrumentos de ação da Sudam para acelerar o crescimento econômico da Região com distribuição de renda e responsabilidade sócio ambiental, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como marcos estratégicos das políticas públicas para a Amazônia.

A Amazônia Legal define-se por um recorte espacial e administrativo criado pelo Governo Federal para fins de planejamento e intervenção econômica. A região possui área aproximada de 5,1 milhões de km² e corresponde a cerca de 59,1% do território nacional. A Amazônia abrange, em sua totalidade, os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão, a oeste do Meridiano 44°.

Figura 1 – Mapa da Amazônia Legal



Fonte: IBGE, 2021

Do ponto de vista demográfico, a população total da região em 2021 chegou a pouco mais de 29 milhões de habitantes (IBGE). Internamente, os estados amazônicos mais populosos, por ordem decrescente, são: Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso. Em termos absolutos, os estados que, em 2018, apresentaram menores contingentes populacionais, em ordem decrescente, foram: Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima.

No que se refere às suas características naturais, a região, por sua extensão territorial, apresenta uma diversidade de ecossistemas, traduzidos por diferentes tipos de vegetação, clima e solo. Tem como unidades fitogeográficas predominantes áreas de florestas (floresta ombrófila, floresta estacional) combinadas com cerrados e outros tipos de vegetação.

Desta forma, a Sudam atua em mais da metade do território nacional, considerando as riquezas naturais com diferentes biomas, a diversidade econômica, sociocultural, étnica e o potencial geopolítico e estratégico da região. Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades e instrumentos financiadores de projetos na região: FNO, governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias-público-privadas.

1.2. Estrutura organizacional e de governança

Em 2022, foi editado pelo governo federal o Decreto nº 11.230, que aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Sudam. O Decreto adequa a atual estrutura às disposições da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O redesenho organizacional não trouxe aumento de despesas e tem como objetivo proporcionar o fortalecimento institucional, a valorização do corpo técnico efetivo, a adequação de competências e a melhoria do desempenho da autarquia, atentando-se principalmente à Lei Complementar nº 124, de 2007, e às condições e necessidades do órgão e da região.

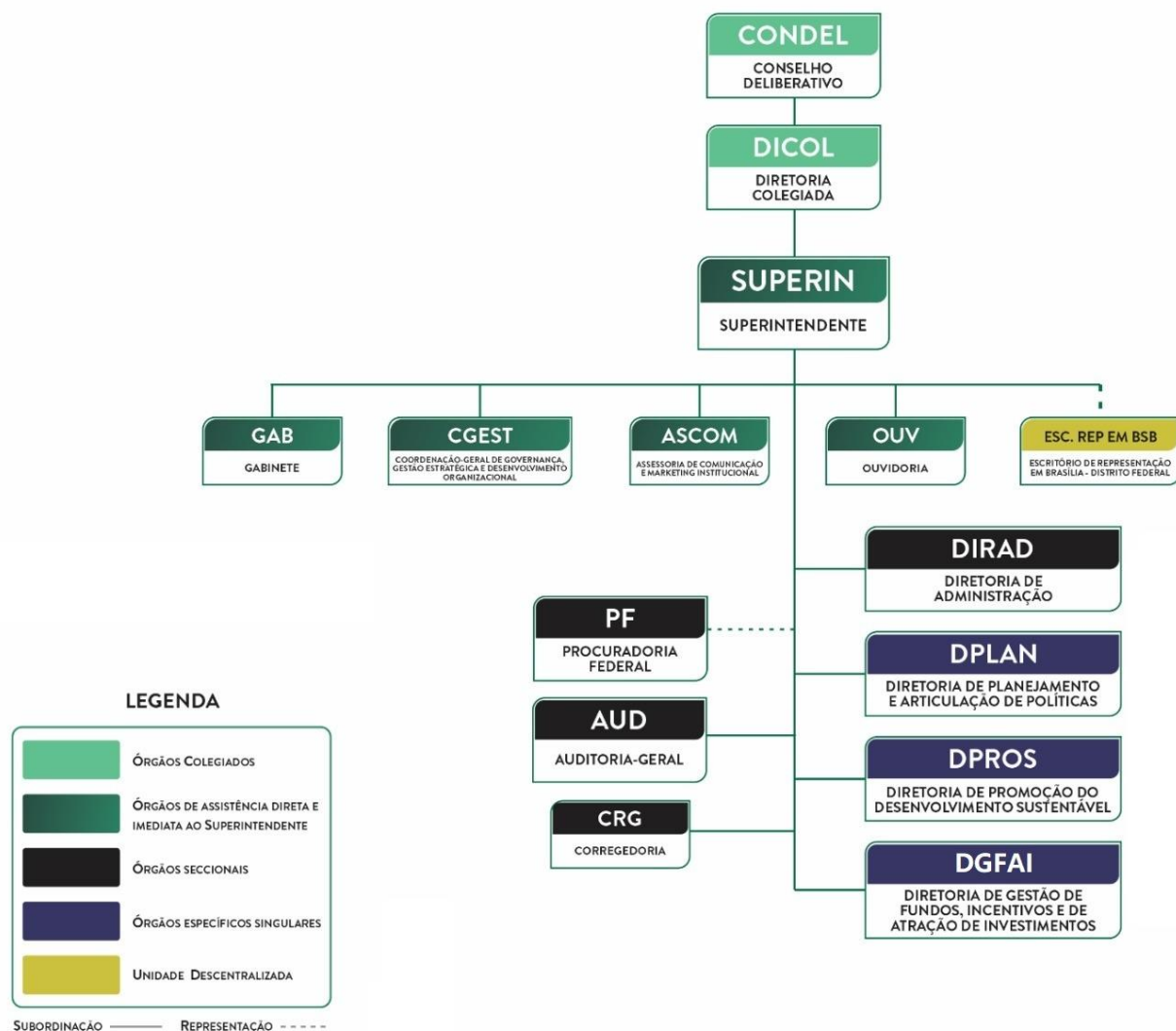
Dentre as principais mudanças, destaca-se a estruturação da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável, unidade fundamental para o alcance da missão institucional da Sudam, que apesar de estar prevista na Lei de criação da autarquia, não possuía estrutura ativa.

A Sudam tem sua estrutura organizada da seguinte forma:

- **Órgãos colegiados:** Conselho Deliberativo – CONDEL e Diretoria Colegiada – DICOL;
- **Órgãos de assistência direta e imediata ao Superintendente:** Gabinete; Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional; Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional; e Ouvidoria;
- **Órgãos seccionais:** Procuradoria Federal, Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada, Corregedoria e Diretoria de Administração;
- **Órgãos específicos singulares:** Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas; Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos.
- **Órgão descentralizado:** Escritório de Representação em Brasília;

Apresenta-se na Figura 2 a representação gráfica dessa estrutura:

Figura 2 – Diagrama Representativo da Estrutura Regimental da Sudam



Fonte: Decreto nº 11.230, de 2022.

O regimento que detalha as unidades administrativas e suas competências, a lista de dirigentes e gestores, bem como o organograma da Sudam estão disponíveis no sítio eletrônico da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional>.

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional, o Comitê de Governança Digital, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação, a Corregedoria, o Comitê Interno de Governança, a unidade de Ouvidoria, a Unidade Setorial da Integridade e a Comissão de Ética.

O quadro a seguir descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias:

Quadro 1 – Estruturas de Governança

Estrutura	Normativo
Conselho Deliberativo	Decreto nº 11.230/2022 (arts. 8º e 9º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 11.230/2022 (arts. 10 e 11)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 11.230/2022 (art. 14)
Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional	Regimento Interno (art. 9º)
Comitê de Governança Digital	Portaria nº 57/2024
Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	Portaria nº 003/2022
Corregedoria	Decreto nº 11.230/2022 (art. 15)
Comitê Interno de Governança	Portaria nº 78/2023
Unidade de Ouvidoria	Decreto nº 11.230/2022 (art. 12)
Unidade Setorial da Integridade	Resolução Cigov/Sudam nº 02/2024
Comissão de Ética	Resolução Dicol nº 17/2012

Fonte: CGEST/SUDAM, 2025

1.3. Rol de Responsáveis

O rol de responsáveis pode ser acessado no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/rol-de-responsaveis>.

1.4. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Sudam, em nível agregado, é um instrumento visual que objetiva dar melhor compreensão da relação entre vários macroprocessos de trabalho da instituição e a percepção da operacionalização dos mesmos, como fatores geradores dos benefícios à sociedade.

Na base da Cadeia de Valor, estão dispostas as funções de Governança, Gestão e Suporte, conjuntos de atividades comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Acima, estão as funções finalísticas, as quais correspondem às competências fundamentais da Sudam: Planejamento, Articulação e Fomento. Através da execução de tais funções, são gerados os benefícios tangíveis e/ou intangíveis direcionados à sociedade, a qual se constitui a maior beneficiária das ações da Sudam, culminando, assim, no alcance da missão institucional.

Figura 3 – Cadeia de Valor



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

1.5. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos

A seguir, elencamos resumidamente os principais processos de trabalho da Sudam, conforme sua Lei Complementar.

1.5.1. Transferências Voluntárias

No âmbito das transferências voluntárias, os convênios representam o compromisso da Sudam em investir em regime de mútua cooperação nos projetos apresentados pelos governos estaduais e municipais, com vistas a executar o Orçamento Geral da União, regulamentado por um conjunto de dispositivos constitucionais, legais e normativos, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, o Decreto nº 11.531, de 2023, e a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023.

Na figura de concedente, a Sudam celebra convênios para a execução de projetos que visem ao fortalecimento dos arranjos e cadeias produtivas, melhoramento da infraestrutura urbana e rural, oferta de serviços, entre outros. Os recursos aplicados nesses empreendimentos são previstos no Orçamento Geral da União, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), oriundos do orçamento próprio da Autarquia, bem como, em significativo volume, provenientes de emendas parlamentares.

Dentre os convênios celebrados com a Sudam, destacam-se os seguintes objetos: aquisição de máquinas e/ou equipamentos, eletrificação rural, pavimentação/construção de vias, construção/reforma de feiras e mercados e sistemas de abastecimento de água.

Maiores informações a respeito dos convênios e transferências voluntárias podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/convenios-e-ted/convenios-ted/>.

1.5.2. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos cujas atividades são consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico regional da Amazônia Legal reduzindo a carga tributária e promovendo a melhoria da competitividade das empresas. Este instrumento beneficia a sociedade com a melhoria na competitividade empresarial na região, abrindo espaço para abertura e geração de emprego e renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Tem como público-alvo empresas situadas na Amazônia Legal.

Possuem três modalidades, sendo Redução de 75% do imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); Isenção do IRPJ (destinado a atividades voltadas e incluídas no programa de inclusão digital do Governo Federal); e Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Além disso, possui como estratégia de implementação o enquadramento da empresa no atendimento dos requisitos legais do regulamento dos incentivos fiscais.

Maiores informações a respeito dos incentivos fiscais administrados pela Sudam podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link <https://www.gov.br/sudam/pt-br/incentivos-fiscais/>.

1.5.3. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme Decreto nº 10.053 de 9 de outubro de 2019 e Resolução Condel/Sudam nº 82, de 16 de dezembro de 2019, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Competindo ainda ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

O FDA é destinado a empreendimentos de interesse de pessoas jurídicas que venham a ser implantados, ampliados, modernizados ou diversificados na Amazônia Legal, na área de atuação da Sudam.

Maiores informações a respeito do FDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/fda>.

1.5.4. Fundo Constitucional do Norte - FNO

O FNO tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, através de programas de financiamento aos setores produtivos privados. Como instituição de desenvolvimento regional, a Sudam é responsável pela definição das diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do FNO, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. Os recursos do Fundo são administrados pelo Banco da Amazônia – BASA, responsável por fazer as aplicações através de programas já elaborados, anualmente, previstos pelo Plano Plurianual – PPA para a Amazônia, levando em consideração a realidade ambiental da região.

Este fundo tem como foco promover maior efetividade na aplicação dos recursos de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e contribuir para a melhoria da distribuição de renda, tendo como público-alvo os segmentos produtivos de menor porte; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias-primas e mão de obra local e que produzam alimentos básicos para o consumo da população e projetos sustentáveis; além de estudantes do Programa de Financiamento Estudantil – FIES.

Maiores informações a respeito do FNO podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/fno/>.

1.5.5. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA é o instrumento de planejamento do desenvolvimento regional de referência que norteia as ações da Sudam, elaborado em consonância à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com as Agendas Macrorregionais, com o PPA federal e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O objetivo geral do plano é ser um instrumento de planejamento capaz de promover a redução das desigualdades regionais através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional.

Maiores informações a respeito do PRDA podem ser consultadas no sítio institucional da autarquia, por meio do link: [Planos de Desenvolvimento — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/planos-de-desenvolvimento).

1.6. Relação com ambiente externo

A Sudam tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável em sua área de atuação, bem como a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. É responsável pela execução de políticas públicas para redução de desigualdades regionais, com o propósito de minimizar os desníveis regionais, por meio de atração de investimentos, da implantação de projetos de investimentos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e ajustes.

Diante disso, necessita dispor de uma estrutura de governança, integridade, riscos e controles que possibilitem o desenvolvimento de ações e mecanismos de controle eficientes para lidar com as possíveis situações que possam prejudicar o alcance de seus objetivos.

Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades públicas financiadoras de projetos na região, a exemplo de outros bancos federais e estaduais, os quais também ofertam taxas inferiores às praticadas pelo mercado privado. No entanto, os fundos administrados pela Sudam (FNO e FDA) conseguem em algumas de suas modalidades disponibilizar recursos com taxas ainda menores, inferiores ao custo de captação do Tesouro, em função de serem instrumentos da PNDR e possuírem redutores regionais no cálculo da taxa final cobrada do mutuário.

A Sudam atua, ainda, na articulação com os stakeholders no nível federal, estadual e municipal, setor produtivo, instituições de pesquisa, instituições financeiras e a sociedade em geral para elaborar programas e projetos especiais prioritários estratégicos para o desenvolvimento regional, em conformidade com a PNDR e o PRDA, bem como na produção de insumos voltados para a formulação de projetos de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais APLs, de acordo com concepção das Rotas de Integração Nacional e no apoio aos estudos dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados da Amazônia Legal, que vêm identificando os projetos logísticos estratégicos e prioritários para investimentos, tendo como base a redução de custos de transporte, aumento de competitividade e contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

Alguns fatores relacionados ao ambiente externo influenciam fortemente a atuação da Sudam. Um deles é o aspecto macroeconômico, que envolve diversas variáveis como o PIB, a Política Fiscal, a Política Monetária, a inflação, os investimentos públicos, dentre outras. Em uma análise geral, o crescimento do PIB significa que a economia tende a ir bem, com geração de empregos, maiores investimentos públicos e privados e elevação de salários. Assim como, a implementação de um arcabouço fiscal pelo governo federal com as reformas tributárias e outros arranjos possibilitam uma abertura orçamentária ao governo, favorecendo a ampliação dos investimentos públicos.

Outro aspecto a ser considerado é o político, principalmente no que tange às articulações entre executivo e legislativo. Uma boa relação entre esses poderes facilita a aprovação das pautas de governo. Nesse sentido, uma boa articulação do governo tende a gerar efeitos positivos na implementação das políticas da Sudam.

Por fim, um aspecto importante a considerar é o ambiental. O tema Amazônia ganha relevância nos debates nacionais e internacionais e temas como biodiversidade, questões ambientais, ativos florestais e COP entram nas pautas e discussões. A literatura atual apresenta a Amazônia como uma das maiores marcas do mundo e os produtos da região como potenciais propulsores do desenvolvimento regional. Assim, a centralidade da Amazônia nos debates e a valorização dos seus ativos influenciam positivamente na atuação da Sudam.

1.7. Capital social e participação em outras sociedades

A Sudam não detém participação em outras sociedades.

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA possui participações acionárias nas empresas Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. – LMTE – e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. – LXTE. Informa-se que foi alterada a denominação social da holding controladora das empresas LXTE S.A e LMTE S.A., antes IEP - Isolux Energia e Participações S.A., cuja nova razão passou a ser Gemini Energy S.A., conforme informado pela Starboard Asset à Sudam e ao Banco da Amazônia S.A., via Ofício de 14/02/2020.

As conversões de debêntures em ações foram aprovadas pelo agente operador Banco da Amazônia S.A. com a anuência da Sudam, conforme detalhado no quadro de demonstração das atuais composições acionárias.

Quadro 2 – Composições Acionárias FDA

Empresas	Acionistas	Capitais Sociais	Participações
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ 632.529.094,00	83,33%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA		16,67%
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.	Gemini Energy S.A.	R\$ 662.013.209,00	85,04%
	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA		14,96%

Fonte: Parecer GERAC-COIND 2018/0138, de 07/10/2019 – Banco da Amazônia S.A.

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A partir da instituição do Decreto nº 11.230, de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e remanejou e transformou cargos em comissão e funções

de confiança, a Sudam iniciou uma transição em seu modelo de Governança, a fim de aprimorar sua estrutura de instâncias internas, para uma melhor gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, prospectando o fortalecimento dos pilares institucionais que dão suporte aos valores e à atuação da Autarquia ao exercer sua importante missão voltada para a promoção do desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

Como forma de viabilizar estas melhorias na Governança, foi estabelecida a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional - CGEST, vinculada à Superintendência. O estabelecimento desta nova unidade administrativa objetivou fortalecer o poder de gestão e governança, para que a atuação não se limite a um mecanismo de controle interno, e sim, na coordenação de todo o ciclo, desde a Gestão de Processos, Gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, compondo a 2ª Linha de Defesa.

Considerando a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de governança, de riscos e de controles internos na Sudam, a CGEST iniciou em 2023 a revisão dos instrumentos vigentes na autarquia a respeito destas temáticas.

Alinhando-se ao disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foi instituído o Comitê Interno de Governança - Cigov da Sudam, por meio da Portaria nº 78, de 28 de dezembro de 2023, em substituição ao anterior Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles – CGIRC, pois, entende-se que o Comitê Interno de Governança representa um elemento primário para o aprimoramento das ferramentas de governança da Sudam. O Comitê passou a ser composto pelos membros da Diretoria Colegiada, pelo Chefe de Gabinete, pelo Ouvidor e pelo Coordenador-Geral da Coordenação de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional.

Em 2024, o Comitê Interno de Governança instituiu a nova Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão da Sudam, por meio da Resolução Cigov/Sudam nº 01, de 27 de setembro de 2024, com a finalidade de estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, como subsídio à tomada de decisões em todos os níveis de gestão da Sudam, e auxiliar na mitigação dos riscos e constituem a primeira linha (ou camada) de defesa da Sudam para propiciar o alcance de seus objetivos.

O Comitê Interno de Governança também instituiu em 2024 o Programa de Integridade da Sudam, por meio da Resolução Cigov/Sudam nº 02, de 27 de setembro de 2024, com a função precípua de orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público, promovendo assim o aperfeiçoamento e a transparência da gestão pública.

Em 2025, está prevista a revisão do Plano de Integridade e a elaboração da Metodologia de Gestão de Riscos e do Plano de Gestão de Riscos da Sudam. Para consultar os documentos relacionados à Governança, Integridade, Riscos e Controle da Sudam, acessar o link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/governanca-integridade-riscos-e-controles>.

A Auditoria-Geral, como Unidade integrante da Estrutura da Governança institucional, atuou na Auditoria Interna, em diversos processos, inclusive na modernização dos processos organizacionais e no fortalecimento dos mecanismos de governança institucional. Os processos são selecionados de acordo com a Matriz de Identificação de Eventos de Riscos que norteia os planos de auditoria. Análise de consultas prévias do FDA, Elaboração, Implementação, monitoramento e avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA e Celebração, liberação de recursos, monitoramento, execução e prestação de contas de convênios são alguns exemplos de auditorias internas voltadas à verificação de processos organizacionais.

Diante das recomendações feitas pela Auditoria-Geral em anos anteriores e do Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2024, a CGEST atuou durante o final de 2022 na construção de uma Metodologia de Gestão de Processos para a Sudam, a qual foi aprovada em 2023 pela Diretoria Colegiada. Destaca-se que a gestão de processos vem ao auxílio do trabalho desenvolvido no âmbito da Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos, tendo em vista que seus insumos fornecerão grande parte do material necessário para o entendimento das atividades institucionais e desenvolvimento das etapas necessárias ao gerenciamento dos riscos. Assim, foi incluída na metodologia a identificação de riscos presentes nos processos durante a etapa de mapeamento.

A execução da Metodologia de Gestão de Processos foi iniciada no final de 2023 com a identificação dos processos das unidades. Em 2024, esta etapa foi concluída com a elaboração da Árvore de Processos, documento listando todos os processos identificados junto às unidades da autarquia, e da Carteira de Processos Prioritários, que contém os processos estratégicos da Sudam e que serão mapeados pela unidade coordenadora deste trabalho, a CGEST. Após a aprovação dos referidos documentos pela Diretoria Colegiada da Sudam, foi iniciado o projeto de inovação de um dos processos da Carteira de Processos Prioritários, com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2025.

2.1. Principais riscos e oportunidades identificados

A partir da revisão dos documentos que compõem o arcabouço normativo interno referente à Gestão de Riscos, Integridade e Controle, a Sudam iniciará as ações para a identificação e avaliação dos riscos existentes na instituição. Entretanto, os trabalhos realizados nos últimos anos na autarquia pelas unidades responsáveis permitiram a identificação de alguns riscos, que, em parte dos casos, é comum a vários órgãos da administração pública: cortes ou alterações orçamentárias, redução do quadro de servidores, mudanças nas legislações, perda de gerência sobre instrumentos de ação e não renovação dos incentivos fiscais.

Para lidar com esses riscos, a Sudam tem buscado realizar parcerias com outras organizações públicas e privadas para inserir a instituição não apenas nas discussões afetas aos temas relacionados com sua missão institucional, mas também com vistas a otimizar seus instrumentos de maneira a executá-los e direcioná-los para que tenham maior efetividade junto à população que vive na Amazônia, seja por meio da revisão de seus projetos na carteira do PRDA, seja na proposição de novos projetos, ou ainda com a revisão de processos com vistas ao aprimoramento.

Para a implementação do PRDA 2024-2027, a Sudam elaborou uma Matriz de Risco, na qual foram identificados 7 (sete) riscos-chave e suas causas e consequências. Ademais, foi realizada a avaliação destes riscos pelos critérios de probabilidade e impacto e, por fim, estabelecida a devida resposta para cada, conforme Figura 4.

Para os próximos anos, a Sudam encontra-se frente a oportunidades de grande relevância, com destaque para o aumento dos esforços de cooperação entre os entes subnacionais, o que oportuniza maior atuação em prol do fortalecimento das capacidades governativas na Amazônia, e também a intensificação de investimentos nacionais e internacionais na região, o que pode proporcionar novas parcerias e vínculos desta Superintendência. Ademais, os avanços na área de tecnologia e inovação oferecem melhores possibilidades para a utilização das potencialidades da região e para o seu desenvolvimento sustentável.

Figura 4 – Matriz de Risco para Implementação do PRDA 2024-2027.

DESCRIÇÃO			AVALIAÇÃO DE RISCO				Resposta ao risco
Causa	Risco-chave	Consequência	Probabilidade	Impacto	Grau de risco inerente		
Insuficiência de recursos dos agentes envolvidos.	Não implantação de projetos do PRDA 2024-2027	Projetos não executados	5	10	50	RA	Compartilhar
Ausência de sistema de gerenciamento dos projetos do PRDA.	Carência de informações acerca da implantação dos projetos.	Monitoramento inadequado	5	3	15	RM	Mitigar
Falta de apoio político no Congresso à aprovação da lei do PRDA.	Não aprovação do PRDA no Congresso Nacional	Fragilização do instrumento perante os demais atores da região	7	7	49	RA	Mitigar
Fragilidades das estruturas de governança da região	Desalinhamento entre planejamento e implementação do PRDA	Influência negativa na avaliação da efetividade das ações	6	7	42	RA	Mitigar
Volatilidade da economia nacional e mundial	Ambiente econômico recessivo	Dificuldade na implementação de ações e obtenção de recursos	2	5	10	RB	Aceitar
Modificações legais (Reforma Tributária)	Diminuição de recursos dos instrumentos de financiamento da PNDR	Redução do número de entregas do PRDA	6	8	48	RA	Mitigar
Governança que não considera equidade como princípio	Desatenção, tratamento inadequado e exclusão de segmentos específicos do público atendido.	Resultados alcançados com baixa equidade	3	5	15	RM	Mitigar

Legenda:	RE = Risco Extremo	RA = Risco Alto	RM = Risco Médio	RB = Risco Baixo
-----------------	---------------------------	------------------------	-------------------------	-------------------------

Fonte: PRDA 2024-2027

2.2. Desafios e Perspectivas

A Sudam deve reforçar o diálogo com os governadores da sua área de atuação e com as representatividades que compõem o Conselho Deliberativo, de modo que seja possível aproximar os esforços da Sudam às necessidades emergentes dos efeitos econômicos, sociais e institucionais das realidades locais, setoriais e regional abrangidas pela instituição. Da mesma forma, a aproximação da sociedade, do público-alvo das políticas públicas, dos servidores, colaboradores e demais parceiros institucionais através do reforço aos canais de comunicação e interação e de unidades como a Ouvidoria e a Corregedoria, ratifica-se o compromisso de colaboração e fomento de políticas, programas, projetos e ações que promovam a continuidade do desenvolvimento socioeconômico sustentável e da inclusão social.

Pretende-se, ainda, implementar melhorias na estrutura administrativa e no funcionamento sistemático da governança e da gestão de riscos, em nível tático, e nos processos da Sudam, em nível operacional. Trazer maior eficiência administrativa para os procedimentos e controles internos e efetividade nos resultados para sociedade e partes interessadas são alguns dos objetivos do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), ao qual a Sudam aderiu em 2021 e avançou em sua execução ao longo de 2024.

Em 2025, a Sudam deverá elaborar seu novo Planejamento Estratégico Institucional - PEI, visando o estabelecimento de sua estratégia para os próximos anos. A partir da avaliação do atual planejamento e de uma construção que será coletiva, considerando o atual contexto em que a autarquia está inserida, espera-se definir um novo plano que direcione a Sudam para o cumprimento de sua missão e de seus objetivos, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos, e alinhado aos anseios da sociedade amazônida.

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1. Planejamento e cumprimento da missão

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, a Sudam elaborou seu Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2021 a 2024.

A construção deste Planejamento Estratégico contou com a contribuição de representantes de todas as unidades da Sudam, sendo aprovado pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 458, de 05 de novembro de 2021.

Em sua identidade institucional, a Sudam apresenta como missão “Promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”. Possui, ainda, como visão de futuro o objetivo de “ser protagonista em ações voltadas para o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal”, com base nos valores de integridade, inovação, excelência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental e fortalecimento institucional.

Para a materialização da missão e visão institucionais, a Sudam dispõe em seu planejamento estratégico de 6 (seis) artefatos essenciais: Cadeia de Valor Simplificada, Mapa Estratégico, Objetivos Estratégicos, Indicadores, Entregas Estratégicas e Plano de Ação. O documento contendo o

Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024 encontra-se disponível no sítio institucional por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/planejamento-estrategico/>.

Figura 5 – Mapa Estratégico Sudam 2021-2024



Fonte: Planejamento Estratégico Institucional/Sudam 2021-2024

Instituído o Planejamento Estratégico, faz-se necessário acompanhar sua execução ao longo do período de vigência, visando avaliar o cumprimento das metas e objetivos estratégicos estabelecidos, bem como identificar possíveis falhas de forma tempestiva e oportunidades de melhorias, permitindo que a Organização possa efetuar os ajustes necessários no tempo certo.

Para isto, a instituição tem realizado o monitoramento deste planejamento por meio da elaboração de relatórios contendo os resultados alcançados pelas unidades, com o objetivo de subsidiar a alta administração de informações a respeito da execução das ações planejadas e do alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos. Os relatórios de monitoramento de 2021, 2022 e 2023 encontram-se disponíveis no sítio institucional, no link acima, e o referente ao ano de 2024 encontra-se em tramitação interna para ser submetido à apreciação da Diretoria Colegiada da autarquia.

Considerando o fim da vigência do referido Planejamento Estratégico em 2024, a Sudam deu início aos trabalhos de elaboração do planejamento da autarquia para os próximos quatro anos.

3.2. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores e metas de desempenho do exercício

Os objetivos estratégicos constituem-se em fins a serem alcançados por uma determinada organização para o cumprimento de sua missão e atingimento de sua visão de futuro. Desta forma, é o detalhamento dos desafios a serem superados dentro de um período de tempo determinado pela própria organização. Constituem-se, ainda, como a ligação entre as diretrizes da instituição e seu referencial estratégico.

De acordo com o Planejamento Estratégico da Sudam 2021-2024, foram definidos 20 (vinte) objetivos estratégicos, organizados em 5 (cinco) perspectivas. Para cada objetivo estratégico, foram elaborados indicadores e metas para cada exercício. No quadro a seguir, apresenta-se o Painel de Desempenho Estratégico da Sudam com os resultados alcançados até 2024:

Quadro 3 – Painel de Desempenho Estratégico da Sudam

Perspectiva Impacto Socioeconômico					
Objetivo Estratégico	Entregas Estratégicas	Unidade Responsável	Indicadores	2024	
				Meta Anual Acumulada	Resultado Alcançado
Fortalecer a infraestrutura regional com foco na melhoria de qualidade de vida da população e no ambiente de negócios.	Execução de programas e/ou instrumentos voltados à inclusão social.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	4	6
Promover a proteção da biodiversidade.	Execução de planos, programas e/ou projetos voltados à proteção da biodiversidade.	DPROS	Número de planos, programas e/ou projetos apoiados	4	5

Desenvolver e incorporar tecnologias sustentáveis.	Implantação de programas e/ou projetos voltados à inovação sustentável.	DPROS	Número de projetos apoiados	4	6
Fortalecer a economia local e regional.	Efetivo repasse de recursos ao setor produtivo local e regional.	DGFAI	Taxa de Execução do orçamento do FNO*	100%	101,4%
Perspectiva Resultados Institucionais					
Sistematizar e avaliar resultados e impactos econômicos, sociais e ambientais dos instrumentos de ação da Sudam	Redução da quantidade de empresas com informações inconsistentes no SIAV - Incentivos.	DPLAN	Aprimoramento do SIAV - Incentivos	100%	58%
Financiar a execução de projetos estratégicos e conceder incentivos fiscais para empreendimentos (novos e atuais).	Celebração e/ou ampliação de parcerias, acordos de cooperação e convênios com instituições para divulgação dos incentivos fiscais	DGFAI	Número de Parcerias, Acordos de Cooperação e Convênios Celebrados/ampliados	1	1
	Aprimoramento dos processos de análise e concessão de incentivos fiscais.	DGFAI	Pleitos com Análises Iniciais realizadas no prazo*	90%	0%
			Manifestações Técnicas Pós-vistorias elaborados no prazo*	90%	81,25%
			Projetos estratégicos para a Amazônia Legal financiados com recursos do FDA.	28	25
	Diminuição do tempo de análise de pleitos relacionados ao FDA.	DGFAI	Tempo médio de resolução de pleitos relacionados ao FDA*	20	21,54
Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação.	Formação de Massa Crítica e Modernização da infraestrutura de CT&I.	DPROS	Coeficiente de Bolsas (B) e/ou Equipamentos (E)	3	11,47
Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas.	Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis, proteção da biodiversidade e fortalecimento da economia local e regional.	DPROS	Nº de Projetos Apoiados	4	6

Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais.	Projetos de Fortalecimento do setor produtivo apoiados.	DPROS	Número de projetos apoiados	5	6
Formular estratégias para o desenvolvimento regional.	Planos, Programas, Estudos, Diretrizes, Acordos de Cooperação, Relatórios.	DPLAN	Quantidade de instrumentos ou documentos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional elaborados, apoiados ou articulados	12	12
	Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.	DPROS	Percentual de atividades executadas para a elaboração do programa de CT&I	100%	100%
Fortalecer a articulação institucional junto aos parceiros estratégicos.	Parcerias Institucionais estabelecidas.	Gabinete	Parcerias Institucionais Firmadas	16	27
Perspectiva Processos Internos					
Otimizar a gestão dos recursos com foco na efetividade do gasto público.	Aumento da execução do orçamento público.	DIRAD	Índice de Execução Orçamentária*	96,25%	99,96%
	Relatórios de Monitoramento do Plano Anual de Contratações	DIRAD	Número de Relatórios de Monitoramento do Plano Anual de Contratações	4	6
Ampliar a captação de recursos para a execução de projetos prioritários.	Aumento de recursos orçamentários.	DPROS	Índice de disponibilização de orçamento*	10%	130,81%
Desenvolver a Comunicação Estratégica.	Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	ASCOM	Número de eventos internos realizados	8	16
			Percentual de Elaboração do Plano de Comunicação Estratégica da Sudam	70%	58%

Aperfeiçoar o sistema de avaliação dos instrumentos da Sudam.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Instrumentos de Avaliação	13	11
Fortalecer os mecanismos de Controles Internos com ênfase na transparência e integridade.	Aprimoramento da Governança, Controles Internos e Gestão de Riscos.	Auditoria	Auditorias e Consultorias realizadas - Controles Internos	12	11
Aprimorar processos de gestão institucional.	Padronização dos processos.	CGEST	Processos mapeados	34	26
Perspectiva Infraestrutura e Inovação					
Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho.	Aprimoramento do atendimento aos chamados de TI.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	90%	96%
	Modernização dos sistemas.	DIRAD	Índice de satisfação dos clientes de TIC*	90%	90%
	Desenvolvimento dos sistemas.	DIRAD	Quantidade de sistemas desenvolvidos/ implementados	4	3
	Modernização do parque tecnológico da Sudam.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização do parque computacional implantados	2	2
	Modernização da infraestrutura de redes, Datacenter e Telecom.	DIRAD	Nº de aquisições de itens para modernização da infraestrutura implantados	4	4
	Garantia da segurança da informação.	DIRAD	Nº de recursos de segurança da informação implantados	4	3

	Aquisição de softwares de prateleira, assinaturas de serviços periódicos e postais.	DIRAD	Quantidade de software adquiridos	2	2
	Contratação de serviços administrativos.	DIRAD	Total de Serviços contratados	4	4
Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho.	Revitalização do 3º e 6º andares do Bloco C da Sudam	DIRAD	Quantidade de pavimentos reformados	2	0
	Aprimoramento das áreas ocupadas pelos servidores da Sudam.	DIRAD	Área disponibilizada pela Sudam para outros órgãos da União (m²)	1400	1760,47
Perspectiva Aprendizado e Crescimento					
Promover a valorização das pessoas com foco na excelência da prestação dos serviços.	Norma que estabeleça os perfis desejáveis para ocupação de cargos de chefia por servidores da Sudam. Implementação da gestão por competências. Implementação do plano de cargos dos servidores da Sudam. Implantação do programa de gestão. Capacitações.	DIRAD	Índice de Valorização*	20%	0%

Fonte: CGEST/SUDAM, 2025

*Indicadores que não possuem mensuração cumulativa

Em relação à avaliação de desempenho institucional referente ao ciclo de 2024, estruturada em consonância com o Planejamento Estratégico atual (2021-2024), a Sudam obteve um resultado de 83%, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Metas Globais da Sudam em 2024

Meta Global	Unidades Organizacionais Relacionadas às Metas Intermediárias	Peso	Resultado Alcançado
Planejar, articular e fomentar ações voltadas para o desenvolvimento incluyente e sustentável na Amazônia	CGPLA, CGAVI, CGEFE, CGFIN, CGINF, CGINV e CGDES	60	53%
Otimizar os processos internos com foco em resultados	AUD, GAB, ASCOM, CGOFI, CLIC, CGEST, CGCON, CGEA, CGPES, CCON, PF, OUV e CPOR	20	17%
Desenvolver e valorizar o capital humano da instituição	CGPES	10	5%
Modernizar a infraestrutura física e tecnológica da instituição	CGTIC, CGEA	10	8%
TOTAL		100	83%

Fonte: CGEST/SUDAM, 2025

3.3. Apoio da estrutura de governança para o cumprimento dos objetivos estratégicos

3.3.1. Conselho Deliberativo – CONDEL

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que, dentre outras atribuições, tem a competência de acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- **Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia:** decorre da ocupação de cargo, ou seja, os titulares destes cargos serão efetivamente membros do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 11.230, de 2022, e no Regimento Interno do CONDEL/SUDAM.
- **Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais:** é realizada por meio de indicação das classes e prefeituras, sendo nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, que ocupa a função de Presidente do CONDEL.

As informações detalhadas sobre o Conselho estão disponíveis no sítio institucional: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/condel>.

3.3.2. Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei Complementar nº 124, de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 11.230, de 2022. É composta por um Superintendente que a preside e por quatro diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República.

Dentre suas competências, é responsável por assistir ao CONDEL, exercer a administração da Sudam, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento da área de atuação da autarquia, consolidando propostas no PRDA; bem como elaborar relatório anual de avaliação da ação federal na área de atuação da Sudam.

3.3.3. Comitê Interno de Governança - CIGOV

O Comitê Interno de Governança, instituído pela Portaria Sudam nº 78, de 28 de dezembro de 2023, tem como objetivo proporcionar a melhoria da gestão e garantir as entregas da Sudam com base nas boas práticas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos, melhorias dos Controles Internos e Transparência no âmbito da Sudam.

O CIGOV é composto pelo Superintendente, Diretores, Chefe de Gabinete, Ouvidor e pelo Coordenador-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional. Cabe ao Comitê, dentre outras competências, promover iniciativas e adotar instrumentos que busquem implementar o acompanhamento de resultados na Autarquia, que proporcionem soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório.

3.3.4. Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC

Instância responsável pelo estudo, planejamento e controle previsto nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC. Dentre suas competências, destacam-se a assessoria na implementação de ações de segurança da informação, a participação na elaboração e proposição de alterações de normas internas de segurança da informação, bem como a deliberação sobre estas.

O CSIC é composto pelo Gestor de Segurança da Informação da Sudam, por um representante do Gabinete, por um representante de cada diretoria finalística e pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações.

3.3.5. Auditoria-Geral

A Unidade de Auditoria-Geral da Sudam tem suas competências explicitadas no artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 11.230, de 2022. Em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, e com a instituição do Decreto nº 11.230, de 2022, a

Auditoria-Geral (AUD) encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria-Geral é exercida por uma unidade sistêmica e constituída por um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, e tem como principal finalidade o fortalecimento da gestão, com o acompanhamento de seus resultados e atos, monitorando as ações de controle, propondo melhorias e ações corretivas, além de realizar o acompanhamento do cumprimento das deliberações do TCU e das recomendações da CGU.

3.3.6. Corregedoria

Com a vigência do Decreto nº 11.230, de 2022, foi instituída a Corregedoria da Sudam, ligada diretamente ao dirigente máximo da autarquia, em conformidade com o disposto pelo Sistema Nacional de Correição do Poder Executivo Federal. Dentre as competências atribuídas cabe a execução de atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito da Sudam, tais como a apuração de denúncias, instauração de processos e a atuação visando a prevenção de irregularidades, identificação de riscos e orientação aos agentes públicos sobre as infrações administrativas e como evitá-las, em parceria com as demais instâncias de integridade do órgão.

3.3.7. Ouvidoria

Tem por finalidade promover ações de atendimento junto à sociedade e aos colaboradores da Sudam. Dentre suas competências, destacam-se o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos interessados (pessoas físicas e jurídicas), objetivando: mediar situações de conflitos; fortalecer a cidadania e a democracia participativa; agir em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão; ampliar o espaço público à participação da sociedade civil; manter a ética e a excelência nos serviços prestados.

3.3.8. Unidade Setorial da Integridade

A Unidade Setorial da Integridade compõe a estrutura de funcionamento do Programa de Integridade da Sudam. Dentre as competências principais, destacam-se: coordenar a estruturação, implementação, execução e o monitoramento contínuo do Programa de Integridade; coordenar a elaboração e a revisão do Plano de Integridade e acompanhar a sua execução, com vistas à prevenção e à mitigação de riscos à integridade eventualmente identificados; e submeter proposta do Plano de Integridade ao Comitê Interno de Governança para aprovação e posterior publicação.

3.3.9. Comissão de Ética

Atua como instância consultiva dos dirigentes e dos respectivos servidores e tem como objetivo promover os princípios da conduta ética do servidor no âmbito do relacionamento e do patrimônio público. Responsável por acolher e analisar denúncias, instaurar processo de apuração, bem

como de realizar diligências. Cabe, ainda, à Comissão, o estabelecimento de normas internas e procedimentos de prevenção a eventuais conflitos de interesse aos ocupantes de cargos cujo exercício proporcione acesso à informação privilegiada.

3.4. Ações de supervisão, controle e correição

Para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos, a Sudam dispõe de sua estrutura de governança e da atuação de diversas unidades administrativas no desenvolvimento e execução de ações de supervisão, controle e correição.

Em atenção aos princípios da transparência e da accountability, a Sudam disponibiliza ampla acessibilidade de seus dados à sociedade no seu sítio eletrônico, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes>. Ademais, a página da Sudam conta com a seção de Transparência e Prestação de Contas, que traz as principais informações de resultado da autarquia, seguindo as orientações da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, e da Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, e que pode ser acessada pelo link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/transparencia-e-prestacao-de-contas/>.

3.4.1. Auditorias

No exercício de 2024, a Auditoria-Geral da Sudam desenvolveu suas atividades em conformidade com o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, cuja elaboração segue as orientações da Controladoria-Geral da União. A apresentação das ações de auditoria interna realizadas no exercício, contendo um relato das atividades executadas frente às ações planejadas no PAINT, estão dispostas no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAI, disponível no sítio eletrônico da Sudam, por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/auditoria>.

3.4.2. Correição

No ano de 2024, a Corregedoria da Sudam participou, pela primeira vez, da Rodada de Avaliação do Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM 3.0), ferramenta estratégica que visa avaliar, fortalecer e aprimorar a gestão da atividade correcional, com padrões de qualidade, princípios, processos e procedimentos, aplicados para percorrer etapas sucessivas de evolução. Por meio desta ferramenta, cada Corregedoria consegue identificar seu nível de maturidade correcional, verificando o seu desempenho e o que falta ser alcançado, servindo, também, como orientação à evolução contínua para a excelência na gestão e resultados.

Segundo o resultado validado pela Corregedoria-Geral da União, a Corregedoria da Sudam encontra-se no Nível 1 - Inicial, que embora seja um estágio embrionário, favoreceu para que esta unidade verificasse o que tem e o que é preciso ser feito para evoluir, tendo iniciado um conjunto de ações para subir de nível, para que em dois anos, seja possível completar, ao menos, grande parte do Nível 2.

Em relação aos processos sob responsabilidade direta da Corregedoria da Sudam em 2024, constam no sistema e-PAD 30 (trinta) processos, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Situação dos Processos sob responsabilidade da Corregedoria da Sudam em 31/12/2024

Análise Inicial de Admissibilidade / Investigação Preliminar Sumária - IPS		Análise Concluída		Processo Administrativo Disciplinar	
Aguardando Análise	Em andamento	Sem Pendência de Decisão	Com Pendência de Decisão	Em Andamento	Concluído
7	10	12	0	1	0

Fonte: Corregedoria/Sudam, 2025

3.4.3. Integridade

Em 2024, a Sudam instituiu o Programa de Integridade, por meio da Resolução Cigov/Sudam nº 02, de 27 de setembro de 2024, a ser conduzido em observância aos preceitos e orientações definidas pela Controladoria-Geral da União. Este Programa tem a função precípua de orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público, promovendo assim o aperfeiçoamento e a transparência da gestão pública.

De acordo com a sua estrutura de funcionamento, o Cigov atuará no nível estratégico e acompanhará as atividades do Programa de Integridade, enquanto que a Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional atuará como Unidade Setorial de Integridade. Como Instâncias Internas de Integridade, foram designadas as unidades: Corregedoria, Auditoria-Geral, Ouvidoria, Comissão de Ética, Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional e Coordenação-Geral de Pessoal.

No final de 2024, estas unidades, sob a coordenação da Coordenação-Geral de Governança, Gestão Estratégica e de Desenvolvimento Organizacional, iniciaram a elaboração do Plano de Integridade 2025-2026, que tem por objetivo promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, atos de corrupção, irregularidades e desvios de conduta que podem impedir a Sudam de alcançar seus objetivos. A previsão é que o Plano de Integridade seja aprovado no primeiro trimestre de 2025.

3.4.4. Tomada de Contas Especial

Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a Sudam adota providências com vistas à instauração da Tomada de Contas Especial – TCE para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Em 2024, a Sudam instaurou 1 (uma) TCE e realizou o cadastro no sistema e-TCE de 3 (três) débitos inferiores ao mínimo estabelecido pelo TCU. Até o final do referido ano, havia 7 (sete) TCEs em elaboração na autarquia. No TCU, encontram-se 36 (trinta e seis) TCEs autuadas.

3.4.5. Ouvidoria e Controle Social

A Ouvidoria da Sudam, integrante da Rede Nacional de Ouvidorias, recebe continuamente manifestações dos usuários através da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.BR, gerenciado e supervisionado pela Controladoria-Geral da União - CGU. Com a tramitação exclusiva pelo Fala.BR, verificou-se um melhor fluxo no controle interno das manifestações, garantindo segurança nas informações prestadas ao usuário com rastreabilidade e monitoramento por parte da CGU. Em 2024, o tempo médio de resposta ao usuário foi de 15 (quinze) dias contínuos, dentro do prazo limite de 30 (trinta) dias estipulado pelas Leis nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Todavia, a Ouvidoria vem empregando estratégias e iniciativas para a redução desse tempo, principalmente com a adoção de estratégias junto aos setores técnicos, no sentido de otimizar o tempo de resposta ao usuário.

Atualmente, estão disponibilizados quatro canais de interação com a sociedade: atendimento presencial, correio eletrônico (e-mail), telefone e o atendimento digital, através da plataforma Fala.BR; além de ações de relacionamento e divulgação interna e externa dos serviços prestados pela ouvidoria.

A Ouvidoria da Sudam é responsável, também, pelo recebimento e resposta das manifestações dos agentes econômicos e suas entidades representativas relacionadas ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), conforme disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Desde 2023, a Sudam vem utilizando o sistema e-Agendas, que permite o registro e a divulgação, de forma padronizada e integrada, das Agendas de Compromissos Públicos de autoridades, favorecendo assim o exercício do controle social. As agendas encontram-se no link: <https://www.gov.br/sudam/ptbr/aceso-a-informacoes/agenda-de-autoridades>.

Outra ferramenta é o Sistema de Transparência Ativa (STA), elaborado pela Controladoria Geral da União - CGU, que tem como escopo garantir transparência e o cumprimento da padronização dos sites oficiais, quanto às suas informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). Em 2024, a Ouvidoria da Sudam realizou a atualização dos itens específicos e padronizados recomendados pela CGU em relação à Transparência Ativa, cumprindo 100% das recomendações.

Ressalta-se ainda a importância da Carta de Serviços ao usuário, atualizada em 2024, ferramenta imprescindível para a divulgação dos serviços ofertados pela Sudam, na qual são discriminados os setores técnicos responsáveis, meios de contato, links, horário de funcionamento, dentre outras informações necessárias para o atendimento satisfatório do usuário cidadão.

3.4.6. Comunicação e Transparência

A Sudam possui uma Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional (Ascom), vinculada ao gabinete da Superintendência, que exerce atividades relacionadas à transparência de atos institucionais, à valorização e divulgação da marca Sudam junto aos seus públicos de interesse em todas as esferas comunicacionais e ao fortalecimento das estratégias organizacionais para o cumprimento da missão institucional.

A Ascom realiza a gestão de publicação de conteúdo no sítio eletrônico da Sudam, tendo autoria sobre as informações de cunho jornalístico. É responsável ainda pela publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Sudam, além de promover a divulgação de eventos, serviços institucionais e instrumentos de ação da autarquia.

No exercício 2024, a Ascom produziu um total de 178 matérias jornalísticas, das quais 42 estão veiculadas no portal da Sudam e foram encaminhadas para a imprensa como sugestão para publicação e oito encontram-se no site de acesso interno. Ao longo do ano, foram ao menos 12 notícias veiculadas por pelo menos seis veículos regionais e nacionais.

Em seus perfis oficiais em redes sociais digitais, a Ascom apresentou os seguintes resultados em 2024:

- Instagram: foram publicados no feed 73 publicações (85,5% de aumento em relação a 2023); 163 stories (alta de 20% em relação ao ano anterior); alcance de 3 mil usuários (alta de 30%); 10,3 mil interações com o conteúdo (alta de 100%).
- Facebook: 216 publicações (alta de 11%), com engajamento de 3.974 usuários (alta de 10%); e 452 interações com o conteúdo (alta de 11,4%);

Ao longo do ano, foram organizados 12 eventos, incluindo reuniões técnicas e eventos temáticos, que serviram como plataformas importantes para a discussão de políticas públicas, interação com a comunidade e fortalecimento da imagem institucional. Destaques para três reuniões presenciais do Conselho Deliberativo da Sudam, com ampla representatividade política e social, que resultaram na aprovação do Plano Integrado do Marajó, no Pará, e do Bailique, no Amapá, além das diretrizes e prioridades FNO e FDA 2025; e na participação da Sudam no G20 (grupo de países e organizações que se reúne para discutir questões econômicas e sociais globais).

3.5. Principais programas, projetos e iniciativas

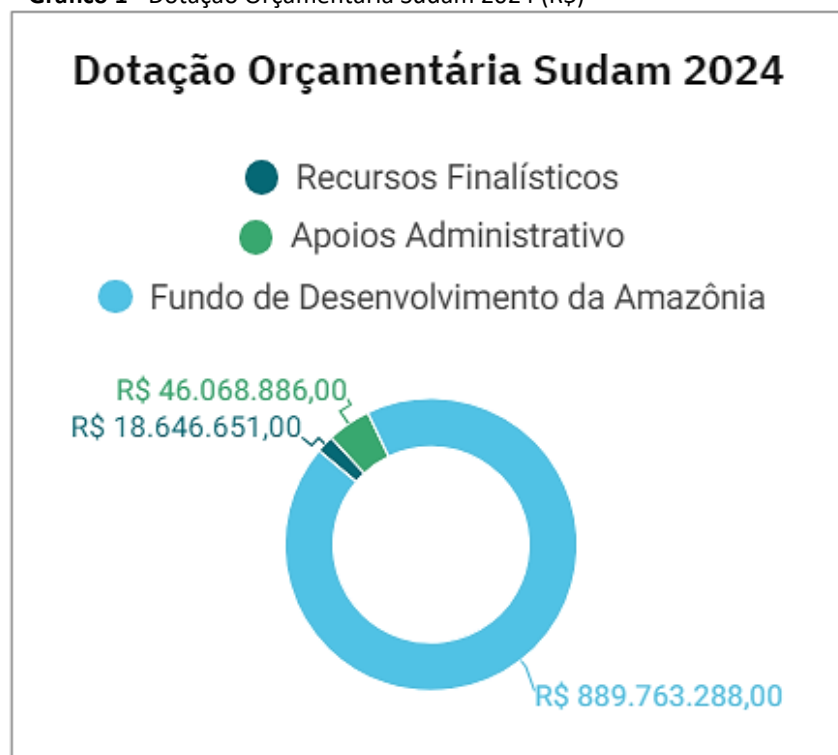
3.5.1. Ações Previstas na Lei Orçamentária Anual 2024

A gestão das ações finalísticas da Sudam, em 2024, coube à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN. Nesse sentido, o orçamento da Sudam, via Lei Orçamentária Anual – LOA 2024, foi composto pelos seguintes programas:

- 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- 2317 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; e
- 2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre.

A LOA 2024 destinou ao orçamento da Sudam o montante de R\$ 954.478.825,00 (dotação inicial). Desse total, 1,95% (R\$ 18.646.651,00) corresponde a recursos finalísticos, inclusive emendas parlamentares; 4,83% (R\$ 46.068.886,00) de apoio administrativo, compreendendo despesas obrigatórias e discricionárias; e 93,22% (R\$ 889.763.288,00) para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A distribuição dos recursos pode ser vista no gráfico 1.

Gráfico 1 - Dotação Orçamentária Sudam 2024 (R\$)



Fonte: LOA 2024

Tratando-se de orçamento discricionário (exclui-se as despesas obrigatórias de pessoal), a dotação inicial para os processos finalísticos e administrativo da Sudam foi de R\$18.646.651,00 e R\$13.941.227,00, respectivamente. Destes, no que tange ao processo finalístico, tem-se que R\$800.000,00 refere-se a emendas parlamentares alocadas no orçamento da autarquia e R\$17.846.651,00 a despesas finalísticas com o orçamento da própria instituição.

Ao longo do exercício, foram realizados bloqueios orçamentários no orçamento finalístico próprio da autarquia, o que ocasionou diminuição da dotação desse orçamento de R\$ 17.846.651,00 para R\$ 6.646.098,00. Desse último, foi empenhada quase a totalidade, conforme se verifica na Tabela a seguir.

Tabela 2 - Dotação e Despesas – Orçamento próprio finalístico Sudam 2024 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2317 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	6.344.050,00	2.892.359,00	2.892.358,68	2.892.358,68	2.892.358,68
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	6.025.681,00	1.814.269,00	1.814.269,00	1.584.950,00	1.584.950,00
	4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	3.192.520,00	674.367,00	674.367,00	500.000,00	500.000,00
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica	2.284.400,00	1.265.103,00	1.265.103,00	0,0	0,0
TOTAL		17.846.651,00	6.646.098,00	6.646.097,68	4.977.308,68	4.977.308,68

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

*Situação até 31/12/2024.

Com relação às Emendas Parlamentares, a Sudam tinha uma previsão orçamentária, conforme a LOA 2024, de R\$ 2.300.000,00, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 1.500.000,00 de Emenda Parlamentar Individual na Ação 2000 - Plano Orçamentário 0000;
- R\$ 800.000,00 de Emenda da Bancada do Pará na Ação 00SX.

O aporte de recursos de emendas parlamentares foi destinado a duas ações orçamentárias, 00SX e 2000, conforme Tabela 3.

Os recursos alocados no Programa 0032 - Ação 2000 são oriundos de Emenda Parlamentar Individual, destinados a despesas de custeio no âmbito da administração da unidade (Sudam). Por sua vez, os recursos alocados no Programa 2317 - Ação 00SX foram provenientes de emenda de bancada, para apoio a projetos no âmbito do Estado do Pará.

Tabela 3 - Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2024 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2317 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 – Administração da Unidade	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00
TOTAL		2.300.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

*Situação até 31/12/2024.

No exercício de 2024, o orçamento finalístico próprio da Sudam apresentava o montante de R\$16.618.820,78 inscritos em Restos a Pagar (RP), processados e não processados. Esses recursos estavam no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em seis ações orçamentárias: 20WQ, 214S, 6553, 7K66, 8902 e 4542 (Tabela 4). Ao longo do ano, a Sudam pagou o total de R\$ 5.138.771,63 referentes a RP de seu orçamento próprio.

Tabela 4 - Restos a Pagar – Orçamento próprio Sudam 2024 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC. E NÃO PROC.)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	1.029.000,00	1.029.000,00	0,00	0,00
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	10.402.233,00	3.111.391,84	3.611.005,94	3.679.835,22
	6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	86.519,01	86.519,01	0,00	0,00

	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	243.700,00	0,00	224.723,36	18.976,64
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	438.018,44	438.018,44	0,00	0,00
	20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	512.165,53	0,00	172.529,53	339.636,00
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	2.799.594,80	1.080.925,00	1.019.137,80	699.532,00
	4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	1.107.590,00	236.075,00	111.375,00	760.140,00
TOTAL		16.618.820,78	5.981.929,29	5.138.771,63	5.498.119,86

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

*Situação até 31/12/2024.

Ainda com relação aos restos a pagar, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a Sudam iniciou o exercício de 2024 com um volume de R\$ 99.106.006,00 em restos a pagar inscritos, processados e não processados, e pagou, desse montante, o total de R\$ 49.020.192,91 (Tabela 5). Os recursos de restos a pagar inscritos estavam alocados no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial e no Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em seis ações orçamentárias: 214S, 7K66, 8902, 00SX, 00SY e 10T2, com destaque para a Ação 10T2, que detinha um valor total de R\$ 64.744.330,85 – correspondendo a um percentual de aproximadamente 65% do total de RP inscritos. Ao final do exercício, restou um estoque de R\$ 42.976.071,45 de RP a pagar.

Tabela 5 - Restos a Pagar – Emendas Sudam 2024 (R\$)*

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC. E NÃO PROC.)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	12.698.013,24	2.690.003,46	8.063.153,30	1.944.856,48
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	6.354.717,09	1.244.258,49	3.688.717,80	1.421.740,80
	8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	875.235,29	742.631,01	113.164,55	19.439,73
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	2.191.432,00	0,00	626.547,43	1.564.884,57
	00SY – Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	2.900.000,00	0,00	2.099.429,76	800.570,24
	10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	64.744.330,85	59.221,51	29.273.208,60	35.411.900,74
	214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	6.666.991,90	1.571.842,05	4.081.091,00	1.014.058,85
	7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	2.675.285,63	801.785,12	1.074.880,47	798.620,04
TOTAL		99.106.006,00	7.109.741,64	49.020.192,91	42.976.071,45

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

*Situação até 31/12/2024.

Em relação à execução orçamentária e financeira, registra-se que o ano de 2024 apresentou adversidades, o que impactou a execução de projetos finalísticos da Instituição, dificultando a execução do planejamento institucional e prejudicando parcialmente a execução de projetos para a sociedade.

Destaca-se, como o principal fator para a não execução integral da dotação prevista na LOA, os contingenciamentos e bloqueios realizados a partir de agosto de 2024. Em virtude disso, alguns projetos foram cancelados, como o de "Capacitação em Manejo de Mínimo Impacto de Açaizal Nativo no Marajó", outros ajustados para um quantitativo/valor menor – caso do projeto “Implantação de infraestrutura básica em Municípios sob a Jurisdição da Superintendência Regional do INCRA no Nordeste do Pará – SR(PA/NE), objetivando o fornecimento e instalação de Micro estações de Tratamento de Água – META” e outros paralisados até o descontingenciamento parcial dos recursos, que ocorreu apenas no mês de novembro de 2024, acarretando atrasos no início da execução desses projetos.

É importante destacar que a política monetária recente, com elevação nas taxas de juros, impacta a dinâmica dos investimentos produtivos e, consequentemente, é um fator de alerta para a execução do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia nos próximos anos, uma vez que o impacto dessas elevações, gera efeitos sobre o custo do crédito e o apetite por investimentos, especialmente, em uma região periférica como a Amazônia.

A análise do orçamento de 2024, baseada na LOA aprovada, indica um orçamento mais robusto em relação aos exercícios de 2021, 2022 e 2023, principalmente no que tange ao orçamento administrativo e finalístico da Autarquia, em que pese os bloqueios/contingenciamentos ocorridos.

Para 2025, as projeções – até a presente data, o PLOA aguarda aprovação do Congresso Nacional – demonstram um orçamento menor que o de 2024, o que pode prejudicar as entregas de uma instituição, que na sua origem legal, tem a missão de promover o desenvolvimento regional, algo tão complexo e caro à política pública nacional.

A seguir, apresenta-se a execução detalhada das Ações de Programas Finalísticos, no exercício de 2024, sob responsabilidade da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 5 – Resumo das Ações Previstas na LOA em 2024

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	A Ação 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, do Programa 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, apresentou dotação inicial de R\$800.000,00, que foi posteriormente bloqueada, ocasionando dotação final sem recursos. Portanto, não houve execução nessa ação orçamentária.	Relativo ao orçamento vigente em 2024, não houve execução na Ação 00SX.
20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento	A Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação, do Programa 2317 - Desenvolvimento	Localizador 6000 - Relativo ao orçamento vigente em 2024, foi liquidado o montante de R\$ 2.892.358,68 para apoio a 1 projeto. Essa execução refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o

Regional e Ordenamento Territorial	Regional e Ordenamento Territorial, apresentou dotação final de R\$ 2.892.359,00, dos quais foram liquidados R\$ 2.892.358,68 para apoio a 1 (um) projeto.	Desenvolvimento – PNUD, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores – MRE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam - Projeto BRA/21/005.
214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional	A Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional, do Programa 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, apresentou dotação final de R\$ 1.814.269,00. Desse montante, o valor de R\$ 1.584.950,00 foi liquidado para apoio a 4 (quatro) projetos. O valor total empenhado na ação orçamentária foi de R\$1.814.269,00, com restos a pagar não processados de R\$ 229.319,00.	Localizador 6000 - No orçamento vigente em 2024, houve liquidação de R\$ 1.584.950,00 para apoio a 4 projetos: <ul style="list-style-type: none"> • “Apoio à implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para produção sustentável de camarões por comunidades ribeirinhas do município de Mazagão (Amapá) e Arquipélago do Marajó - Afuá (Pará)”; • “Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a sustentabilidade da bioeconomia do açaí de várzea em comunidades ribeirinhas da Região do Bailique (Distrito de Macapá/AP) e Afuá (Pará)”; • “Transferência de tecnologia voltadas ao aperfeiçoamento tecnológico de apicultores, meliponicultores e técnicos na adoção de boas práticas de manejo zootécnico de abelhas sociais”; • “Ações de incentivo à valorização do Café Ancestral agroecológico no Nordeste Paraense”.
4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	A Ação 4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica, do Programa 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, apresentou dotação final de R\$ 674.367,00. Desse montante, houve liquidação de R\$ 500.000,00, para apoio a 1 (um) projeto. O valor empenhado na ação orçamentária foi de R\$ 674.367,00, com restos a pagar não processados de R\$ 174.367,00.	Localizador 6000 - No orçamento vigente em 2024, o montante de R\$ 500.000,00 foi liquidado para apoiar 1 projeto: "Desenvolver sistemas sustentáveis de produção, junto aos produtores familiares do Estado do Amazonas, por meio do uso de práticas agroecológicas e produção orgânica, visando promover a conservação dos recursos naturais, a produção de alimentos saudáveis, geração de renda e a segurança alimentar nutricional", do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.
00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica	A Ação 00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica, do Programa 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre, apresentou dotação final de R\$ 1.265.103,00, com empenho integral desse valor para apoio ao projeto “O presente instrumento tem por objeto a descentralização de recursos financeiros para o programa de implantação de infraestrutura	Localizador 6000 - Relativo ao orçamento vigente em 2024, não houve execução física na Ação 00TB.

básica em Municípios sob a Jurisdição da Superintendência Regional do INCRA no Nordeste do Pará – SR(PA/NE), objetivando o fornecimento e instalação de Micro estações de Tratamento de Água – META, visando garantir o fornecimento de água tratada para famílias em situação de risco iminente de saúde, por consumo de água contaminada, ocasionando um grande quantitativo de doenças de veiculação hídrica”, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Entretanto, não houve despesa liquidada até o encerramento do exercício de 2024.

Fonte: DPROS/SUDAM, 2025

3.5.2. Ações Não Previstas na LOA do Exercício - Restos a Pagar - OFSS

As Ações Orçamentárias não previstas na Lei Orçamentária Anual 2024, mas que apresentaram recursos inscritos em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores, são as seguintes:

a) **Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano:** Ação 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado; Ação 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas; Ação 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas; Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação; Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional; Ação 4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica; e Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado;

b) **Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial:** Ação 20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Ação 214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional; Ação 6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira; Ação 7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado; e Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica.

Quadro 6 – Resumo das Ações Não Previstas na LOA 2024 – Restos a Pagar (RP)

Ação Orçamentária	Análise Crítica	Destinação dos Recursos/Projetos Apoiados
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Na Ação 00SX, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 2.191.432,00. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 626.547,43 referente a 2 (dois) projetos apoiados.	Localizador 0015 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 626.547,43 referente a 2 projetos apoiados, objetivando Aquisição de Maquinário. Os beneficiários são os Municípios de Rurópolis/PA e Trairão/PA.
00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	Na Ação 00SY, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 2.900.000,00. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$2.099.429,76 referente a 2 (dois) projetos apoiados.	Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 2.099.429,76 referente a 2 projetos apoiados, objetivando Construção de Terminal Rodoviário e Revitalização de Praça Pública. Os beneficiários são os Municípios de Barra do Bugres/MT e Jaciara/MT.
10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	Na Ação 10T2, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 64.744.330,85. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 29.273.208,60 referente a 8 (oito) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 59.221,51.	Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.396.241,05 referente a 3 projetos apoiados, objetivando Construção de Praça Pública e Construção de Área Recreativa. Os beneficiários são os Municípios de Jaciara/MT, Juscimeira/MT e Nova Brasilândia/MT. Localizador 0241 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 11.810.947,73 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Urbanas. O beneficiário é o Estado de Roraima. Localizador 0244 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 6.171.781,02 referente a 2 projetos apoiados, objetivando Calçamento e Urbanização de Logradouros e Pavimentação e Urbanização de Vias. O beneficiário é o Município de Mucajaí/RR. Localizador 0166 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 7.091.435,20 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Urbanização de Orla. A beneficiária é a Secretaria de Estado de Obras Públicas, do Acre. Localizador 0248 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 2.802.803,60 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário. O beneficiário é o Estado de Roraima.

<p>20WQ – Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial</p>	<p>Na Ação 20WQ, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 512.165,53. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 172.529,53, referente ao Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC do Ministério das Relações Exteriores - MRE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam. No que diz respeito à Execução Física, informa-se que a ação 20WQ não possui meta.</p>	<p>Valor liquidado de R\$ 172.529,53, referente ao Acordo de Cooperação Técnica Internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC do Ministério das Relações Exteriores - MRE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam.</p>
<p>214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas</p>	<p>Na Ação 214S, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 8.947.189,70. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 4.580.831,80 referente a 10 (dez) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 2.652.767,05.</p>	<p>Localizador 7000 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.151.839,98 referente a 4 projetos apoiados, objetivando Aquisição de Maquinário e Aquisição de Veículos Rodoviários. Os beneficiários são os Municípios de Eptaciolândia/AC, Plácido de Castro/AC, Porto Acre/AC e Xapuri/AC.</p> <p>Localizador 7001 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.837.907,43 referente a 3 projetos apoiados, objetivando Aquisição de Maquinário e Implantação de Sistema de Geração Fotovoltaica de Energia Elétrica. Os beneficiários são os Municípios de Porto Acre/AC, Sena Madureira/AC e Xapuri/AC.</p> <p>Localizador 6000 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 499.740,80 referente a 1 projeto apoiado, objetivando “(I) Desenvolver Protocolo de Adequação do Processo Produtivo de Queijo Coalho Artesanal a ser adotado em queijarias artesanais da Bacia leiteira de Autazes ligadas à APROQUEIJO (Associação de Produtores de Queijo de Autazes) e (II) Promover adequação do LabisLeite (Laboratório de Análise de leite e derivados - da Faculdade de Ciências Agrárias), para que este se torne laboratório de referência na Região Norte na análise da sanidade, qualidade microbiológica e bromatológica de leite fluido e derivados”, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.</p> <p>Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 1.091.343,59 referente a 2 projetos apoiados, objetivando Pavimentação de Vias Públicas e Aquisição de Maquinário. Os beneficiários são os Municípios de Comodoro/MT e Poxoréu/MT.</p>

4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	Na Ação 4542, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 1.107.590,00. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 111.375,00 referente a 1 (um) projeto apoiado. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$236.075,00.	Localizador 6000 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 111.375,00 referente a 1 projeto apoiado, objetivando "Promover a transformação da capoeira degradada com o manejo de rebrotamento de bacurizeiros (Platonia insignis Mart.) nas Mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó", da Embrapa Amazônia Oriental.
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Na Ação 7K66, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 2.675.285,63. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 1.074.880,47 referente a 2 (dois) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 801.785,12.	Localizador 0011 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 295.081,97 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Implantação de Sistema de Abastecimento de Água. O beneficiário é o Município de Corumbiara/RO. Localizador 0013 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 779.798,50 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vicinais. O beneficiário é o Município de Tefé/AM.
20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Na Ação 20WQ, do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 1.029.000,00, sendo esse valor cancelado no decorrer do exercício de 2024.	Não houve liquidação de recursos durante o exercício.
214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas	Na Ação 214S, do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 9.743.757,76. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 8.333.945,16 referente a 2 (dois) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 456.627,90.	Localizador 7002 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 7.872.953,30 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Aquisição de Maquinário e Veículos Rodoviários. O beneficiário é o Estado do Acre. Localizador 0001 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 460.991,86 referente a 1 projeto apoiado, objetivando realizar consultoria para elaboração e implementação de Plano de Desenvolvimento. O beneficiário é o Estado do Acre.
6553 - Apoio a Implantação de Infraestrutura	Na Ação 6553, do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, o total	Não houve liquidação de recursos durante o exercício.

Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira	de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 86.519,01, sendo esse valor cancelado no decorrer do exercício de 2024.	
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	Na Ação 7K66, do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 6.258.900,04. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$ 3.688.717,80 referente a 5 (cinco) projetos apoiados. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 1.205.155,64.	<p>Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 500.000,00 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Pavimentação de Vias Públicas. O beneficiário é o Município de Marcelândia/MT.</p> <p>Localizador 0014 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 2.398.078,32 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Eletrificação Rural. O beneficiário é o Município de Pacaraima/RR.</p> <p>Localizador 0015 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 790.639,48 referente a 3 projetos apoiados, objetivando Construção da Casa de Apoio ao Produtor Rural, Aquisição de Veículos Rodoviários e Aquisição de Maquinário. Os beneficiários são os Municípios de Goianésia do Pará/PA e Primavera/PA, bem como a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, do Pará.</p>
8902 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	Na Ação 8902, do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, o total de recursos em 1º de janeiro de 2024, de restos a pagar não processados, foi de R\$ 1.313.253,73. Desse valor, foi liquidado o montante de R\$113.164,55 referente a 1 (um) projeto apoiado. No decorrer do exercício foi cancelado o valor de R\$ 1.180.649,45.	Localizador 0051 - Valor liquidado de restos a pagar não processados de R\$ 113.164,55 referente a 1 projeto apoiado, objetivando Construção de Mini-Indústria de Laticínios e Aquisição de Equipamentos. O beneficiário é o Município de Nova Brasilândia/MT.

Fonte: DPROS/SUDAM, 2025

3.5.3. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FNO 2025

Com base nas diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, nos dispositivos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.636/2018 que trata do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2024-2027, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, alterada pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, a Sudam, em conjunto com o MIDR, elaborou a proposta de diretrizes e prioridades do FNO para o exercício de 2025, que foi aprovada pela Resolução nº 120, de 14 de agosto de 2024, alterada pela Resolução nº 127, de 13 de dezembro de 2024.

Para 2025, passaram a integrar as diretrizes do FNO projetos indicados pelo Plano Nacional de Bioeconomia, que atendam a Nova Indústria Brasil, bem como aos que atendam estratégias de gestão ambiental definidas em Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE. No aspecto das prioridades

espaciais, foi enfatizado o atendimento a projetos situados na região de integração do arquipélago do Marajó e do distrito de Bailique, e demais sub-regiões alcançadas por planos sub-regionais coordenados pela Sudam, bem como foi determinado que projetos situados em áreas afetadas por eventos climáticos extremos devam possuir condições diferenciadas a exemplo de limites, carências, prazos e demais condições que se fizerem necessárias.

3.5.4. Elaboração das Diretrizes e Prioridades do FDA 2025

Com base no artigo 1º do Anexo do Decreto nº 10.053, de 2019, em consonância com a PNDR, com o PRDA 2024-2027, e observadas as diretrizes e orientações gerais contidas na Portaria MIDR nº 2.252, de 4 de julho de 2023, alterada pela Portaria MIDR nº 3.646, de 29 de outubro de 2024, a Sudam elaborou proposta de diretrizes e prioridades do FDA para o exercício 2025, que foi aprovada pela Resolução Condel/Sudam nº 121, de 14 de agosto de 2024, alterada pela Resolução nº 128, de 13 de dezembro de 2024.

Para 2025, passou a figurar entre as diretrizes do FDA o apoio a projetos de investimentos aderentes ao Plano de Transformação Ecológica – PTE, a projetos indicados pelo Plano Nacional de Bioeconomia, no âmbito da Estratégia Nacional de Bioeconomia, e aos que atendam aos direcionamentos da Nova Indústria Brasil. Com relação às prioridades espaciais, foi determinado o atendimento a projetos situados na região de integração do arquipélago do Marajó e do distrito de Bailique e demais sub-regiões alcançadas por planos sub-regionais coordenados pela Sudam.

3.5.5. Projeto de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

O projeto de cooperação técnica internacional - PCT “BRA/021/005 – Fortalecimento da Capacidade Técnica-Institucional da Sudam” é fruto de uma parceria entre a Sudam e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto tem como objetivo ampliar e fortalecer, por meio de cooperação técnica, a capacidade institucional da Sudam para o cumprimento de sua missão, voltada a promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia, assegurando a mitigação da miséria e a redução das desigualdades intra e inter-regionais. O projeto tem como produtos:

- Produto 1 – Capacidades institucionais aprimoradas para a formulação e condução de processos de desenvolvimento regional sustentável;
- Produto 2 – Mecanismos de governança e operacionalização do PRDA fortalecidos;
- Produto 3 – Estudos especializados sobre arranjos e cadeias produtivas amazônicas para o desenvolvimento sustentável da região realizados;
- Produto 4 – Qualidade do projeto assegurada para garantir a efetividade da cooperação técnica.

A parceria permitiu a contratação de consultorias que viabilizaram a capacitação de técnicos e gestores da Sudam e de instituições regionais, além da entrega de produtos como guias de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas que favorecem a construção de políticas públicas para a região. O PCT também possibilitou a implantação do Banco de Dados da Amazônia Legal – Badam.

Em 2024, em colaboração com a consultoria do PNUD, foi elaborado o Termo de Referência para contratação de consultoria especializada para avaliação dos impactos econômicos e sociais do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e da avaliação do desenho dos incentivos fiscais, a ser realizada em 2025.

3.5.6. Banco de Dados da Amazônia – Badam

A sistematização da base de dados da Amazônia Legal é considerada uma ferramenta de suma importância para a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas na região. Através da parceria com o PNUD, a Sudam implantou em 2023 o Banco de Dados da Amazônia – Badam, ferramenta que congrega indicadores sociais, econômicos e ambientais do Brasil e regiões, incluindo recortes definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, como faixa de fronteira e regiões de baixa, média e alta renda.

Em 2024, a Sudam iniciou os trabalhos de atualização dos dados da plataforma e espera concluir em 2025. O Badam pode ser acessado no site da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/badam>.

3.5.7. Acordo de Cooperação Técnica Sudam e Suframa

A Sudam deu continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre Sudam e a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, em 2021, para articulação, promoção, elaboração e execução dos programas e projetos de interesse comum, no cumprimento da missão de ambas as instituições.

Em 2024, a Sudam participou da Jornada de Integração Regional e Interiorização do Desenvolvimento, organizada pela Suframa, que objetiva a integração e interiorização do desenvolvimento regional, bem como a melhoria do ambiente de negócios da região. Na oportunidade, a equipe da Sudam proferiu palestra sobre o PRDA e o modelo de projetos a serem recepcionados pela Autarquia para comporem a Carteira de Projetos.

A Sudam promoveu o workshop "Arranjos Produtivos Locais (APL) na Amazônia Legal: Desafios e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável", em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). O encontro objetiva identificar os principais desafios e propor soluções para o desenvolvimento dos setores produtivos regionais, com o objetivo de criar uma estratégia de fomento voltada aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). O evento contou com a participação da Suframa, em cumprimento ao ACT firmado, considerando o alinhamento direto com a missão institucional da referida autarquia, especialmente no que diz respeito à promoção da integração entre as atividades econômicas locais e o fortalecimento das cadeias produtivas regionais.

3.5.8. Planos Sub-regionais

Outra relevante ação conduzida pela Sudam foi a elaboração dos planos sub-regionais, o Plano Integrado de Desenvolvimento Regional Sustentável dos Arquipélagos do Marajó/PA e do Bailique/AP, bem como o início do levantamento de informações para a possível construção dos planos do Lago de Tucuruí, Vale do Javari e território Yanomami.

Os planos figuram como importantes ferramentas nas estratégias de promoção de desenvolvimento regional. Após intensas escutas da sociedade e tratamento de dados, foram sistematizadas demandas e potencialidades dos territórios, tais informações foram cruzadas com o PPA federal e com programas dos ministérios relacionados a sua natureza.

Cabe ressaltar que após a finalização dos planos, as áreas do Marajó e Bailique foram estabelecidas como prioritárias para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR do Ministério da Integração Regional e do Desenvolvimento Regional – MIDR, o que indica o estabelecimento de estratégias por parte do ministério que possam garantir ações e recursos orçamentários para os territórios, nos termos da Resolução do Comitê Executivo/MIDR nº1, de 18 de junho de 2024.

3.5.9. Estratégia Brasil 2050

No intuito de planejar Brasil para os próximos vinte e cinco anos, o governo federal lançou o Estratégia Brasil 2050 - união, desenvolvimento e sustentabilidade, ou EB-2050, considerado um planejamento de longo prazo, a Estratégia será essencial para formular políticas públicas e planos governamentais capazes de responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros. Propõe a ser o referencial de longo prazo para o país, capaz de mobilizar parcerias institucionais e recursos para orientar o desenvolvimento nacional até 2050.

Foi definido que o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal será o parceiro para a elaboração do Estratégia Brasil 2050, baseada em três principais temas: a) análise retrospectiva - visão evolutiva/situacional (2010 em diante), apoiada por indicadores e dados b) visão de futuro para a região até 2050 c) Diretrizes concretas de ação. A Sudam contribuiu, à luz do PRDA 2024-2027, ao expediente encaminhado pelo Consórcio da Amazônia Legal com vistas a subsidiar o estudo geral para a Estratégia Brasil 2050.

3.5.10. Portal de Investimentos da Amazônia

Em 2024, a Sudam disponibilizou em versão de teste o Portal de Investimentos da Amazônia, um portal na internet com informações e ferramentas voltadas para a divulgação das potencialidades e oportunidades de investimento na Região, contribuindo de forma estratégica para a atração de investimentos na Amazônia.

O referido Portal se apresenta como um instrumento de promoção de investimentos da Amazônia, disponibilizando as informações que os investidores em potencial precisam para avaliar a atratividade de sua área de atuação para investimentos ou reinvestimentos. A ideia é prover informações de forma estruturada, por meio do portal (site), e com isso, subsidiar a atração de investimentos que contribuam para redução das

desigualdades econômicas e sociais da região, nos termos do Art. 1º, do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que aprovou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

Pretende-se disponibilizar acesso à sociedade como um todo sobre o potencial econômico, social e ambiental existente na Amazônia Legal, seus diferenciais competitivos no mercado nacional e mundial e os incentivos fiscais e financeiros disponibilizados na região, em nível federal e estadual, voltados à atração de investimentos produtivos geradores de emprego, renda e qualidade de vida aos amazônidas.

Estima-se que o Portal de Investimentos da Amazônia esteja disponível para acesso público em 2025.

3.5.11. Sudam +Indústria

A Sudam, em parceria com o Núcleo de Acesso ao Crédito-NAC da Federação da Indústria do Estado do Pará - FIEPA, organizou o evento Sudam +Indústria nos dias 15 e 16 de outubro de 2024, na sede da FIEPA, em Belém-PA. O objetivo principal do evento foi apresentar as soluções oferecidas pela Sudam para promover o desenvolvimento da indústria paraense, versando sobre os incentivos federais fiscais e financeiros disponíveis para a atração de investimentos na região.

O Sudam +Indústria apresentou uma programação abrangente, composta pelos seguintes painéis: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia-FDA e o financiamento de projetos estruturantes; o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e sua capilaridade nos negócios; os Incentivos Fiscais administrados pela Sudam como estímulos ao setor industrial na região; e o Portal de Investimentos da Amazônia como ferramenta auxiliar para a tomada de decisão.

3.6. Resultados Alcançados no Exercício

3.6.1. Áreas Finalísticas

3.6.1.1. Incentivos Fiscais

Dentro da estrutura da Sudam, compete à Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos – DGFAI ser a executora dos instrumentos explícitos da PNDR para a Amazônia Legal, quais sejam: o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais (IRPJ). Para coordenar as atividades relativas aos incentivos fiscais, a DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros – CGINF.

Os incentivos fiscais administrados pela Sudam poderão ser concedidos até 2028, conforme Lei nº 14.753, de 12 de Dezembro de 2023, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, estabelecendo novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam.

Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2024, foram analisados e concluídos, por meio do Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais - SIN, 236 (duzentos e trinta e seis) pleitos. Destes, 154 (cento e cinquenta e quatro) foram finalizados com pareceres conclusivos emitidos com sugestão de aprovação e 82 (oitenta e dois) foram finalizados com pareceres conclusivos emitidos com sugestão de arquivamento/indeferimento. Os pleitos cujas análises foram favoráveis quanto ao cumprimento aos requisitos legais necessários resultaram na expedição de 234 (duzentos e trinta e quatro) Laudos Constitutivos, referentes à Redução fixa de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis, e na aprovação de 16 (dezesseis) Reinvestimentos de 30% do IRPJ. Para este resultado, foram realizadas 161 (cento e sessenta e uma) vistorias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal.

As tabelas a seguir contemplam o quantitativo de contribuintes (pessoas jurídicas), que obtiveram seus pleitos de incentivos fiscais aprovados pela Sudam. Cabe ressaltar que, no caso da Redução de 75% e Isenção do IRPJ, a empresa deve se dirigir à Receita Federal para reconhecimento do laudo constitutivo e receber a homologação do incentivo, para usufruir da renúncia fiscal, deixando de recolher o valor total do imposto devido aos cofres públicos.

Tabela 6 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Redução e Isenção de IRPJ de 2022 a 2024

Quantidade de Pessoas Jurídicas			
UF	2024	2023	2022
AC	2	0	0
AM	60	56	50
AP	4	2	1
MA	6	0	1
MT	18	32	29
PA	22	20	11
RO	7	2	4
RR	0	0	1
TO	7	4	6
Total	126	116	103

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2025

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Tabela 7 - Pessoas Jurídicas beneficiadas pelo incentivo de Reinvestimento de 30% do IRPJ de 2022 a 2024

Pessoas Jurídicas						
UF	2024		2023		2022	
	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados*	Qtde.	Valores Liberados*
AC	0	-	0	-	0	-
AM	3	R\$ 22.346.030,43	5	R\$ 27.659.738,10	7	R\$ 46.571.341,16
AP	0	-	0	-	0	-
MA	0	-	0	-	0	-
MT	5	R\$ 31.583.492,23	4	R\$ 3.769.598,40	5	R\$ 26.348.238,36
PA	6	R\$ 39.124.981,70	5	R\$ 2.344.756,90	3	R\$ 2.755.739,02
RO	0	-	0	-	1	R\$ 495.706,47
RR	0	-	0	-	0	-
TO	1	R\$ 156.969,14	1	R\$ 92.525,70	1	R\$ 3.962.383,07
Total	15	R\$ 93.211.473,50	15	R\$ 33.866.619,10	17	80.133.408,08

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2025

* Valores Liberados = 30% do IRPJ devido acrescido de 50% de recursos próprios, conforme previsto no art. 19 da Lei 8.167, de 1991.

Tabela 8 - Pleitos aprovados e empresas beneficiadas no ano de 2024

Estados	Pleitos Aprovados			Total de empresas beneficiadas*
	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	
Acre	2	0	0	2
Amazonas	70	0	3	61
Amapá	4	0	0	4
Maranhão	6	0	0	6
Mato Grosso	19	0	6	22
Pará	23	0	6	28
Rondônia	7	0	0	7
Roraima	0	0	0	0
Tocantins	7	0	1	8
Total	138	0	16	138

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2025

* O total de empresas beneficiadas é menor que o somatório identificado em cada tipo de incentivo, pois uma única pessoa jurídica pode ter mais de um tipo de pleito aprovado.

Tabela 9 – Linhas de produção incentivadas em 2024 (Laudos Constitutivos Emitidos)

Estados	Nº de Laudos Emitidos
Acre	2
Amazonas	117
Amapá	5
Maranhão	8

Mato Grosso	33
Pará	40
Rondônia	15
Roraima	0
Tocantins	14
Total	234

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2025

Indicadores de Desempenho do Exercício

Quadro 7 - Índices de desempenho alcançados no período (Incentivos Fiscais)

Denominação	Índice de Referência (2024)	Índice Observado (2023)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Manifestações Técnicas Pós-Vitorias elaboradas no prazo	81,25%	57,78%	Anual	(Manifestações técnicas emitidas em até 17 dias após as vitorias / Total de Vitorias Realizadas) x 100
Tempo médio de tramitação de processos	403 dias	319 dias	Anual	TMTP = soma da duração de processos solucionados com sucesso / Nº de processos solucionados com sucesso

Fonte: CGINF/DGFAI/SUDAM, 2025

Embora tenha ocorrido melhora no percentual de manifestações técnicas pós-vitorias elaboradas no prazo, que aumentou de 57,78%, em 2023, para 81,25%, em 2024, o tempo médio de tramitação de processos aumentou de 319 dias, em 2023, para 403 dias, em 2024, para os pleitos aprovados no exercício. Esse aumento é explicado pelo fato de que a maioria dos pleitos analisados no ano de 2024 foram protocolados no ano de 2023, quando houve aumento significativo da demanda, tendo em vista a proximidade do fim do prazo legal para a possibilidade de aprovação de

pleitos pela Sudam, o qual foi prorrogado somente em dezembro de 2023, por meio da Lei nº 14.753, de 2023, o que resultou no acúmulo de pleitos para análise no ano seguinte.

Em relação ao indicador de pleitos com análises iniciais realizadas no prazo (17 dias), houve prejuízo no seu monitoramento, tendo em vista que ocorreram mudanças na forma de distribuição dos pleitos aos técnicos responsáveis, que passou a ser realizada em bloco. Além disso, a partir da metade de 2024, foram priorizadas as análises de respostas às notificações, as vistorias e as análises finais, com o objetivo de concluir o maior número possível de análises de pleitos dentro do exercício. Por fim, as análises iniciadas de alguns pleitos, mesmo após a distribuição, não foram realizadas por se tratar de empresas que possuíam incentivo ainda em fruição para o objeto do pleito, de modo que não haveria prejuízo em adiar aquelas análises para 2025. Desta forma, estuda-se a mudança do indicador para que possa medir de maneira mais assertiva a eficiência nas análises iniciais dos pleitos.

Diante da situação crítica de acúmulo de pleitos, ocasionada pelo aumento da demanda no ano de 2023, e agravada pelo reduzido quadro de analistas da CGINF, foi emitida a Resolução Dicol/Sudam Nº 1126, de 27 de novembro de 2024, que revogou a Resolução Dicol/Sudam Nº 650, de 7 de dezembro de 2022, possibilitando a realização da vistoria prévia à emissão do parecer de análise técnica por apenas um técnico. Tal medida aumentou a capacidade de análise de pleitos da Sudam a partir de dezembro de 2024 e poderá culminar em resultados melhores dos indicadores em 2025.

Desafios e Ações Previstas

Para o ano de 2025, um dos principais desafios nesta temática diz respeito à recomposição do quadro técnico da CGINF, em virtude da redução significativa do número de servidores nos últimos anos. Em consequência deste quadro, um quantitativo significativo de pleitos de incentivos fiscais provenientes de 2024 serão analisados somente em 2025.

Outro importante desafio consiste na implementação de melhorias no Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais – SIN, utilizado pela Sudam para receber os pleitos de incentivos fiscais e analisar o mérito das solicitações. Faz-se necessária a implementação de funcionalidade de emissão de relatórios de gestão dos pleitos, assim como outras funcionalidades para melhorar a eficiência dos trabalhos nesta área. Dessa forma, com o apoio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações da Sudam, pretende-se, em 2025, implementar tais melhorias no SIN.

Para este próximo ano contempla-se ainda a necessidade de aprovação de dois normativos internos importantes para a Sudam. O primeiro com o objetivo de aprimorar o processo de concessão de incentivos e dar maior clareza aos itens do roteiro de projeto e documentação solicitados às empresas requerentes para apresentação de pleitos de incentivos fiscais. O segundo normativo, voltado para o público interno, trata-se do “Manual de Normas e Procedimentos de Pleitos de Incentivos Fiscais”, o qual estabelecerá diretrizes, orientações e procedimentos a serem observados, no âmbito da CGINF, no processo de análise para a aprovação de pleitos e/ou concessão de Incentivos Fiscais. As propostas para estes normativos estão em tramitação interna na Sudam.

Destaca-se ainda a necessidade de regulamentação da Vistoria Virtual, prevista no parágrafo único do Art. 17 do Regulamento dos Incentivos Fiscais, anexo à Resolução Condell/Sudam nº 123, de 2024, de forma a simplificar o processo de vistoria, tendo em vista as limitações de recursos orçamentários e humanos, assim como as dificuldades de deslocamento existentes na Amazônia Legal.

Por fim, a Sudam, por meio da Coordenação-Geral de Atração de Investimentos - CGINV, pretende, em 2025, promover uma capacitação para os servidores públicos dos Municípios classificados como Intermediários, localizados na Amazônia Legal, que ainda não são alcançados pelos incentivos

fiscais administrados pela Sudam. O objetivo principal é possibilitar uma maior interiorização dos incentivos e redução das desigualdades intrarregionais.

Avaliação dos Incentivos Fiscais

Para acompanhar as atividades desenvolvidas com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos, a DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI.

A CGAVI busca, anualmente, fazer consultas às empresas beneficiadas com incentivos fiscais concedidos pela Sudam, a fim de apurar os resultados socioeconômicos, bem como à Receita Federal para o compartilhamento de dados de tais benefícios.

Em 2024, foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Sudam a Avaliação Executiva dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam. Esta avaliação faz parte do primeiro ano do ciclo avaliativo definido pela autarquia e visa apresentar um amplo panorama sobre os principais gargalos desta política. Assim, foram trabalhados 10 (dez) temas inerentes à política de incentivos fiscais administrados pela Sudam: Descrição Geral, Diagnóstico, Desenho, Implementação, Governança, Resultados, Impacto, Execução, Economia e Economicidade, além de recomendações sobre os principais achados. O documento foi encaminhado ao MIDR em cumprimento ao plano de trabalho estabelecido pela Portaria MDR n. 3.145, de 26 de dezembro de 2019. A avaliação está disponível no sítio eletrônico da Sudam no link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/incentivos-fiscais/relatorios>.

A 2ª etapa do ciclo avaliativo já está em andamento, com a elaboração da Avaliação de Resultados dos incentivos fiscais administrados pela Sudam, a partir de dados do Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais - SIAV e do Sistema de Incentivos Fiscais - SIN, criados para recepcionar informações dos empreendimentos beneficiários de incentivos fiscais da Instituição. A avaliação parte da metodologia dos 6 Es de desempenho exposta no Guia Prático de Avaliação Ex Post aprovado pelo Governo Federal em 2018 e no aperfeiçoamento de indicadores previstos na Resolução Dicol/Sudam nº 07, de 10 de março de 2015, que aprovou uma cesta de indicadores para avaliação dos incentivos fiscais.

Com base na nova regulamentação interna sobre o Cadastro Privativo de Estabelecimentos Incentivados Inadimplentes – CAINS, a Sudam iniciou, em 2024, o processo de identificação e notificação das empresas com pendência de envio de informações.

Com relação ao convênio firmado com a Receita Federal do Brasil para o envio de informações sobre as empresas beneficiadas e valores de incentivos concedidos na área da Sudam, esta autarquia encaminhou, em 2024, as informações solicitadas pela Receita Federal sobre os incentivos e benefícios fiscais da Sudam referentes aos exercícios de 2019 a 2023. No momento, a Sudam aguarda a liberação por parte da Receita Federal do acesso à Base de Dados das empresas incentivadas.

Em resumo, os principais desafios e ações para 2025 na execução das atividades relacionadas à avaliação dos incentivos fiscais na Sudam são:

- a) Previsão de contratação via PNUD de avaliação de desenho dos incentivos fiscais e das sistemáticas de monitoramento e avaliação dos instrumentos administrados pela Sudam;
- b) Recepção dos dados solicitados à Receita Federal pela Sudam, referente às empresas incentivadas, segregando as informações na área de atuação da Sudam;
- c) Concluir o relatório de avaliação de resultados dos incentivos fiscais;

- d) Acompanhar avaliação de impacto dos incentivos fiscais administrados pela Sudam a ser realizada em parceria com o MIDR;
- e) Notificar as empresas com pendências de envio de informações dos incentivos fiscais; e
- f) Adequar o quantitativo de servidores da unidade CGAVI.

3.6.1.2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA

A gestão da Sudam em relação ao FDA se circunscreve, de forma resumida, desde as avaliações técnicas consultivas até às liberações de recursos e demais procedimentos que visam resguardar o retorno dos referidos recursos ao Fundo, na forma dos regulamentos estabelecidos, como é da responsabilidade e competência da Autarquia Federal.

Para coordenar as atividades relativas ao FDA, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento - CGFIN.

Pleitos Aprovados e Investimentos Realizados

Em 2024, foram protocoladas 41 (quarenta e uma) consultas prévias junto à Sudam, com objetivo de obter recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) análises de consultas prévias durante o exercício pela unidade competente (sendo 2 análises de consultas remanescentes de 2023) e, dentre estas consultas, 10 (dez) foram aprovadas pela Diretoria Colegiada da Sudam e tiveram Termo de Enquadramento emitido, sendo que 3 (três) das quais resultaram em projetos com participação do FDA.

Os resultados dos indicadores de desempenho da gestão do FDA estão quantificados a seguir:

Quadro 8 – Resultados Indicadores de Desempenho FDA 2024

Indicadores	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
CGA%	Determinar se as consultas prévias protocoladas na Sudam no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	78%	anual	C.P. analisadas x 100/ Total de C.P. protocoladas
PFA	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	2,336 CP/téc.	> 1	7 CP/téc	anual	C.P. analisadas / nº de técnicos

TCCP% *	Determinar se as empresas têm encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela Sudam e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	57%	100%	29%	anual	C.P. aprovadas x 100 / Total C.P. analisadas
TMACP dias	Indicar o tempo médio de análise de uma consulta prévia	36 dias	< 30	21 dias	anual	Σ da duração de cada processo (dias) / Número de processos analisados
TCP%	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela Sudam têm resultado em projetos analisados pelos agentes operadores e aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudam	25%	100%	30%	anual	Nº de projetos aprovados / nº de Consultas Prévias aprovadas

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM, 2025

Obs.: Índice de referência: Índice observado no ano anterior.

Legenda:

CGA% – Capacidade Geral de Análise

PFA – Produtividade da Função Análise

TCCP% – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

TMACP – Tempo Médio de Análise de Consultas Prévias

TCP% – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

Dentre os indicadores de desempenho, apenas o PFA e o TMACP atingiram os índices previstos para o exercício, destacando-se a significativa melhora dos resultados em relação ao ano anterior.

Com relação ao CGA%, o resultado previsto não foi plenamente alcançado devido a 9 consultas prévias terem sido protocoladas na Sudam nos meses de novembro e dezembro de 2024, inviabilizando a conclusão da análise no mesmo exercício.

Quanto ao TCCP%, o resultado de 29% corresponde a 10 consultas prévias aprovadas das 34 analisadas. O resultado é bastante inferior ao índice de referência e ao previsto, considerando que houve um significativo aumento do número de consultas prévias protocoladas na Sudam em 2024 sem que tenha havido melhora na qualidade técnica das mesmas.

No que se refere à taxa de conversão de consultas prévias em projetos financiados (TCP%), mesmo com o significativo crescimento da base (consultas prévias aprovadas em 2024) do indicador, o resultado alcançado foi superior ao de 2023, com 3 (três) projetos aprovados pelo Banco do Brasil que tiveram a participação do FDA autorizada pela Sudam. Ressalta-se que a sistemática do FDA observa algumas etapas com prazos extensos de análise e resposta, que têm como consequência, por vezes, a não efetivação de uma consulta prévia aprovada em projeto contratado no mesmo exercício.

Desde 2005, a Sudam aprovou 106 (cento e seis) cartas-consultas e consultas prévias, das quais 27 (vinte e sete) foram efetivadas em projetos aprovados pelos agentes operadores, resultando em uma TCP% histórica do fundo de 25%.

Quadro 9 – Consultas prévias aprovadas em 2024

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos (Em R\$ mil)		Objetivo
					FDA	Total	
01	Energias de Espigão SPE S.A	INF	Espigão D'Oeste	RO	22.000	36.667	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina hidrelétrica de 3,41 MW de potência instalada.
02	Sparta 300 SPE S.A	INF	Silves	AM	1.000.000	3.219.702	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 590 MW de capacidade instalada (UTE Azulão II)
03	Transnorte Energia S.A. - TNE	INF	Manaus / Boa Vista	AM/RR	1.500.000	3.374.437	Implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica constituídas pela linha de transmissão Manaus - Boa Vista, 500kV, Circuito Duplo - CD e subestações associadas.
04	Concessionária Rota do Oeste S.A.	INF	Sinop/ Itiquara	MT	600.000	8.776.230	Conservação, recuperação e ampliação da BR-163, trecho Sinop/MT a Itiquara/MT, total de extensão 850,9 KM
05	Santo Antônio Energética SPE S.A.	INF	Sto Antº Leverage	MT	48.838	97.975	Implantação da PCH Colibri, com potência instalada de 10 MW.
06	Comportce Operador Portuário Cesari Ltda	INF	Barcarena	PA	302.400	504.000	Construção e operação de um complexo portuário no Município de Barcarena - PA

07	Hospital Santa Izabel Saúde Ltda.	SERV	Marabá	PA	114.943	191.572	Implantação de um hospital regional.
08	Águas do Teles Pires Empreendimentos Imobiliários Ltda	SERV	Sinop	MT	108.042	270.106	Implantação de um Hotel Spa
09	Agronorte Logística e Agronegócio Ltda.	SERV	Bom Jesus do Tocantins	TO	14.469	36.172	Construção e Instalação de Unidade de Recepção, Beneficiamento e Armazenamento de Grãos com capacidade estática de 38.400 toneladas
10	GDE - Geração de Energia S.A.	INF	Almerim	PA	750.820	1.501.640	Implantação de Terminal de GNL Brasil Norte, com capacidade de armazenagem de 135.000 m3 de gás natural e regasificação de 14.000.000 m3 de gás natural
TOTAL					4.461.512	18.008.501	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM, 2025

Quadro 10 – Projetos aprovados em 2024

Nº	Empresa	Município	UF	Setor	Recursos (Em R\$ mil)		Objetivo
					FDA	Total	
01	Companhia Energética Amazonense S.A.	INF	Manaus	AM	499.811	1.053.778	Implantação de uma UTE em Ciclo Combinado movida a Gás Natural que gerará, aproximadamente, 162,9 MW.
02	Sparta 300 SPE S.A.	INF	Silves	AM	1.000.000	3.254.286	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 590 MW de capacidade instalada (UTE Azulão II)
03	Transnorte Energia S.A. - TNE	INF	Manaus / Boa Vista	AM/RR	1.700.000	3.316.984	Implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica constituídas pela linha de transmissão Manaus - Boa

Vista, 500kV, Circuito Duplo - CD e subestações associadas.		
TOTAL	3.199.811	7.625.048

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM, 2025

As 10 (dez) consultas prévias que foram aprovadas pleitearam juntas o montante aproximado de R\$ 4,5 bilhões em recursos do FDA. Os 3 (três) projetos aprovados pelos agentes operadores demandaram juntos aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em recursos do FDA.

Em 2024, ocorreram liberações de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA para 4 (quatro) projetos, totalizando o valor aproximado de R\$ 828,8 milhões.

Quadro 11 – Relação dos projetos que tiveram liberação de recursos no exercício

Nº	Empresa	UF	Setor	Recursos do FDA (R\$ mil)			Objetivo
				FDA	Liberado em 2024	Saldo a liberar	
01	Azulão I Geração de Energia	AM	INF	625.968	150.000	475.968	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 360 MW de capacidade instalada movida a gás natural.
02	Companhia Energetica Amazonense S.A.	AM	INF	499.811	161.371	274.419	Implantação de uma UTE em Ciclo Combinado movida a Gás Natural que gerará, aproximadamente, 162,9 MW.
03	Equatorial Transmissora 7 SPE	PA	INF	291.919	17.500	0,00	Duas Linhas de Transmissão e uma subestação
04	SPARTA 300 SPE S.A.	AM	INF	1.000.000	500.000	500.000	Construção, implementação, operação e manutenção de uma usina termelétrica de 590 MW de capacidade instalada (UTE Azulão II)
TOTAL				2.417.698	828.871	1.250.387	

Fonte: CGFIN/DGFAI/SUDAM, 2025

Obs.: Nos valores liberados não estão incluídos os 2% de remuneração da Sudam.

Programação e Execução das Despesas

Demonstração dos saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores relacionados ao FDA

No exercício de 2024, foram empenhados R\$ 3.263.807.624,94. Desse montante, foram liquidados e pagos R\$ 674.599.216,70. O saldo restante, R\$ 2.589.208.408,24, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados. Tal fato se deve aos cronogramas de desembolsos previstos nos projetos aprovados, os quais, via de regra, se estendem por mais de um exercício.

Quadro 12 – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários – Total								
Unidade Orçamentária: FDA				Código UO: 53202			UGO: 533008	
DESPESAS DE CAPITAL (valores em R\$ 1,00)								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		Paga		RP Não Processados	
5- Inversões Financeiras	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
66- Concessões Empréstimos e Financiamentos	3.263.807.624,94	638.488.060,64	674.599.216,70	0,00	674.599.216,70	0,00	2.589.208.408,24	638.488.060,64

Fonte: SIAFI, 2025

A seguir, apresenta-se o quadro de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores. Dos Restos a Pagar Não Processados de 2022, cujo saldo no início de 2024 era de R\$ 49.376.332,55, foram pagos R\$ 17.850.228,57 e cancelados R\$ 17.350.981,89, restando um saldo a pagar de R\$ 14.175.122,09 para o exercício seguinte. Os cancelamentos se deram em razão de pedido de alteração do projeto com redução do valor financiado pelo FDA, feito pelas empresas Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. e Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.. O saldo remanescente a pagar se refere à última liberação prevista em favor da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., cuja execução deve ser realizada somente em 2025.

Quanto aos RPNP de 2023, cujo saldo inicial era de R\$ 638.488.060,64, foram pagos R\$ 153.000.000,00, restando um saldo a pagar de R\$ 485.488.060,64 para o exercício seguinte. Tal saldo corresponde aos desembolsos do FDA previstos no cronograma físico-financeiro do projeto da empresa Azulão I Geração de Energia S.A..

Quadro 13 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios anteriores

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores					
Restos a Pagar Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2024	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2024
	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2024	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2024
	2022	49.376.332,55	17.850.228,57	17.350.981,89	14.175.122,09
	2023	638.488.060,64	153.000.000,00	0,00	485.488.060,64

Fonte: SIAFI, 2025

Desafios e Ações Previstas

As principais dificuldades detectadas para realização dos objetivos do FDA e sua adequada operacionalização, no exercício de referência, foram:

- Governança insuficiente acerca das ações e decisões da competência do Condel/Sudam;
- O desconhecimento por parte do empresariado sobre o regulamento do FDA, inclusive quanto às áreas prioritárias para implantações dos projetos de empreendimentos passíveis de serem beneficiados, assim como outros importantes aspectos relacionados aos encaminhamentos dos pleitos.
- Baixo interesse de potenciais Agentes Operadores em operar com recursos oriundos do FDA.
- Ausência de ferramentas informatizadas de controles, ainda em desenvolvimento, aliada à falta de capacitação específica dos poucos servidores lotados nas unidades regimentalmente responsáveis pelas análises e pelas tratativas necessárias aos atos de gestão do FDA, por parte da Sudam, em processos de alta complexidade com expressivos valores envolvidos.

Dentre os desafios remanescentes e ações previstas para os próximos exercícios, elencam-se as ações pactuadas para o alcance dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional, quais sejam:

- Habilitação de instituições financeiras a operar com recursos do FDA;
- Realização de ações de divulgação do FDA;
- Alteração e simplificação da Resolução nº 82, de 2019 – o regulamento do FDA;

- Normatização, alteração e simplificação das normas de procedimentos relacionados ao FDA;
- Aprimoramento e sistematização dos procedimentos para monitoramento e controle de projetos já financiados.

3.6.1.3. Fundo Constitucional do Norte – FNO

Além do FDA, a Sudam compartilha com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR o papel de gestora do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, exercido por meio do seu Conselho Deliberativo.

As atribuições da Sudam relacionadas ao FNO são divididas entre três Coordenações-Gerais, duas pertencentes à Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas - DPLAN, a Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA e Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento – CGAVI; e uma pertencente à Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e Atração de Investimentos - DGFAI, a Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento – CGFIN.

No que se refere ao acompanhamento do FNO, a definição de um modelo de relatório trimestral de acompanhamento da aplicação dos recursos, com base em indicadores selecionados e que visam monitorar aspectos críticos da atuação do BASA como agente operador, caracterizou um importante passo no sentido de se instituir na Sudam esta rotina de acompanhamento da execução dos recursos do Fundo, fazendo com que a Autarquia aperfeiçoe seu papel na gestão compartilhada do instrumento.

Quanto ao Plano de Trabalho para o FNO, a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022, estabeleceu as diretrizes gerais para as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes das aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Em 2024, a Sudam finalizou o processo licitatório para firmação de contrato com empresa para a prestação de serviço de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), ciclo 2023-2024. A Resolução Dicol/Sudam nº 1088, de 27 de setembro de 2024, autorizou a celebração do contrato firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Fundação Instituto de Pesquisas Avançadas (FIPE), no valor global de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) e com vigência de 16 (dezesesseis) meses.

Resultados Operacionais

No exercício de 2024, foi elaborado o Parecer Conjunto SUDAM/MIDR nº 03/2024-CAFI/CGAVI/DPLAN, aprovado pela Resolução Dicol/Sudam nº 1125, de 21 de novembro de 2024, o qual se baseou nos dados contidos no Relatório das Atividades Desenvolvidas e nos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) elaborado pelo Banco da Amazônia, referente ao exercício de 2023.

Analisando as contratações no exercício de 2023, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO financiou um total de 31.872 empreendimentos na região, totalizando R\$ 11,2 bilhões em financiamentos. Em comparação com 2022, observou-se uma queda de aproximadamente R\$ 600 milhões de reais nos valores contratados pelo FNO. Importante destacar que o setor rural em ambos os exercícios absorveu quase 75% do total

de recursos aplicado no exercício. Além disso, em termos de operações contratadas, ao comparar os anos de 2023 com 2022, houve uma redução de 3.659 contratos. O setor rural teve uma redução de 4.200 operações, enquanto o setor não rural teve um aumento de 541 operações.

Tabela 10 – Contratações FNO 2022 e 2023

Contratações	2022		2023	
	Valores (R\$ bilhões)	Operações	Valores (R\$ bilhões)	Operações
Setor Rural	9,0	30.778	8,3	26.578
Setor Não Rural	2,8	4.753	2,9	5.294
Total	11,8	35.531	11,2	31.872

Fonte: Banco da Amazônia, Relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO/2022 e 2023.

Segundo o Banco da Amazônia, a demanda pelo crédito dos estados foi influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais, o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de infraestrutura logística eficiente, a melhor estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a identificação de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local. Tais fatores influenciam na viabilidade de projetos que impulsionam o desenvolvimento econômico e social da Região Norte.

Em 2023, o FNO contemplou todos os 07 (sete) Estados da Região Norte, sendo o Pará o estado com maior número de operações de crédito contratadas, 12.138, o que representa 38,08% do total. Rondônia ficou em segundo lugar, com 10.271 operações (32,23%), e o Tocantins em terceiro, com 4.053 operações (12,71%), conforme tabela a seguir.

Tabela 11 – Contratações FNO 2023 por UF

UF	Operações Contratadas			
	Quantidade	Percentual	Valor (R\$ Milhões)	Percentual
AC	2.476	7,77%	710,92	6,33%
AP	667	2,09%	123,58	1,10%
AM	1.778	5,58%	877,22	7,81%

PA	12.138	38,08%	3.448,91	30,70%
RO	10.271	32,23%	2.535,07	22,57%
RR	489	1,53%	303,50	2,70%
TO	4.053	12,72%	3.234,13	28,79%
Total	31.872	100%	11.233,33	100%

Fonte: Banco da Amazônia, Relatório sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo FNO/2022 e 2023.

Em relação ao atendimento às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudam para o período de 2023, definidas através da Resolução nº 99, de 15 de agosto de 2022, apresenta-se a tabela a seguir:

Tabela 12 – Atendimento de Diretrizes do FNO em 2023

Indicador (%)	Avaliação	Diretrizes Atendidas
Meta > 100%	Superada	3
95% < Meta < 100%	Atingida	0
80% < Meta > 95%	Satisfatoriamente atingida	5
50% < Meta > 80%	Parcialmente atingida	1
Meta < 50%	Não atingida	8

Fonte: CGAVI/DPLAN/SUDAM, 2025.

Em relação ao exercício de 2024, dados preliminares encaminhados pelo Banco da Amazônia demonstram que foram realizados 35.348 contratos, com um volume total de valor contratado de R\$ 13.508.912.379,57. Os 3 (três) estados com maior volume de contratação foram Pará com 30%, pouco mais de R\$ 4 bilhões; Tocantins com 24%, pouco mais de R\$ 3,2 bilhões; e Rondônia com 22%, pouco mais de R\$ 3 bilhões. Ao passo que Amazonas teve 9%, cerca de R\$1,2 bilhões; Roraima com 9%, pouco mais de R\$1,1 bilhões; Acre 5%, pouco mais de R\$600 milhões; e Amapá com 1%, pouco mais de R\$100 milhões.

A taxa de execução do orçamento do FNO em 2024 atingiu o percentual de 101,4%, evidenciando a boa execução do Fundo por parte do agente operador Banco da Amazônia, muito embora os resultados e a avaliação final do banco somente serão do conhecimento da Sudam e do MIDR ao final de abril, na ocasião em que o banco encaminhará o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos em 2024, o qual será analisado pela Superintendência em conjunto com o MIDR.

As informações e os resultados sobre o FNO, referentes ao exercício de 2024, serão disponibilizados no Relatório de Gestão da Sudam de 2025.

Desafios e Ações Previstas

Para o exercício de 2025, planeja-se acompanhar as entregas do projeto de Avaliação do FNO, ciclo 2023-2024, conforme determina a Portaria Interministerial ME/MDR nº 4.905, de 22 de junho de 2022, e realizar a contratação do projeto de Avaliação do FNO para o ciclo 2025-2026.

3.6.1.4. Convênios e Transferências Voluntárias

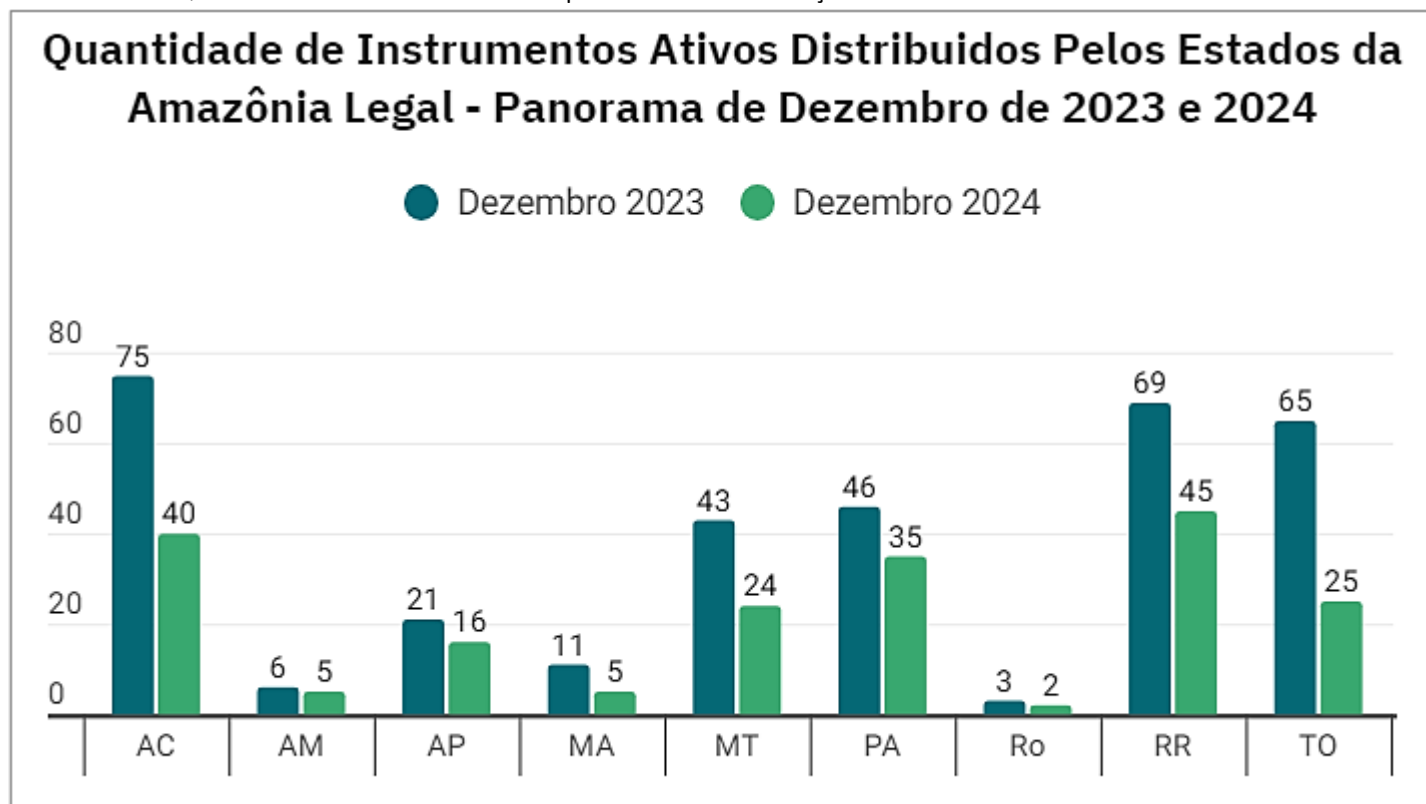
Para coordenar as atividades relativas aos Convênios e Transferências Voluntárias, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável – DPROS dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Convênios e Instrumentos Congêneres – CGCON, da qual fazem parte a Coordenação de Convênios de Obras e Serviços de Engenharia – CCOB e a Coordenação de Convênios de Aquisição e Custeio – CCAQ, além da Coordenação de Análise Financeira e Conformidade - CCON.

Em 2024, não houve celebração de convênios, tendo ocorrido, no entanto, as atividades de acompanhamento e de análise da prestação de contas de convênios de exercícios pretéritos.

No exercício em referência, 62 instrumentos foram concluídos, totalizando o investimento na ordem de 89,7 milhões de reais, que beneficiaram a população dos Estados do Acre (17 convênios), Amazonas (2 convênios), Amapá (5 convênios), Mato Grosso (7 convênios), Pará (6 convênios), Roraima (13 convênios) e Tocantins (12 convênios). Essas entregas consistiram em ruas pavimentadas, construções de feiras, mercado, praça e aquisição de maquinário agrícola e máquinas pesadas da construção civil, que impactam diretamente em melhorias da qualidade de vida das populações dos municípios beneficiários de maneira abrangente.

O estoque de convênios em execução reduziu 41,8 % em relação a dezembro de 2023, chegando ao fim de 2024 com 197 ativos, sendo 88 ainda vigentes, conforme gráfico a seguir.

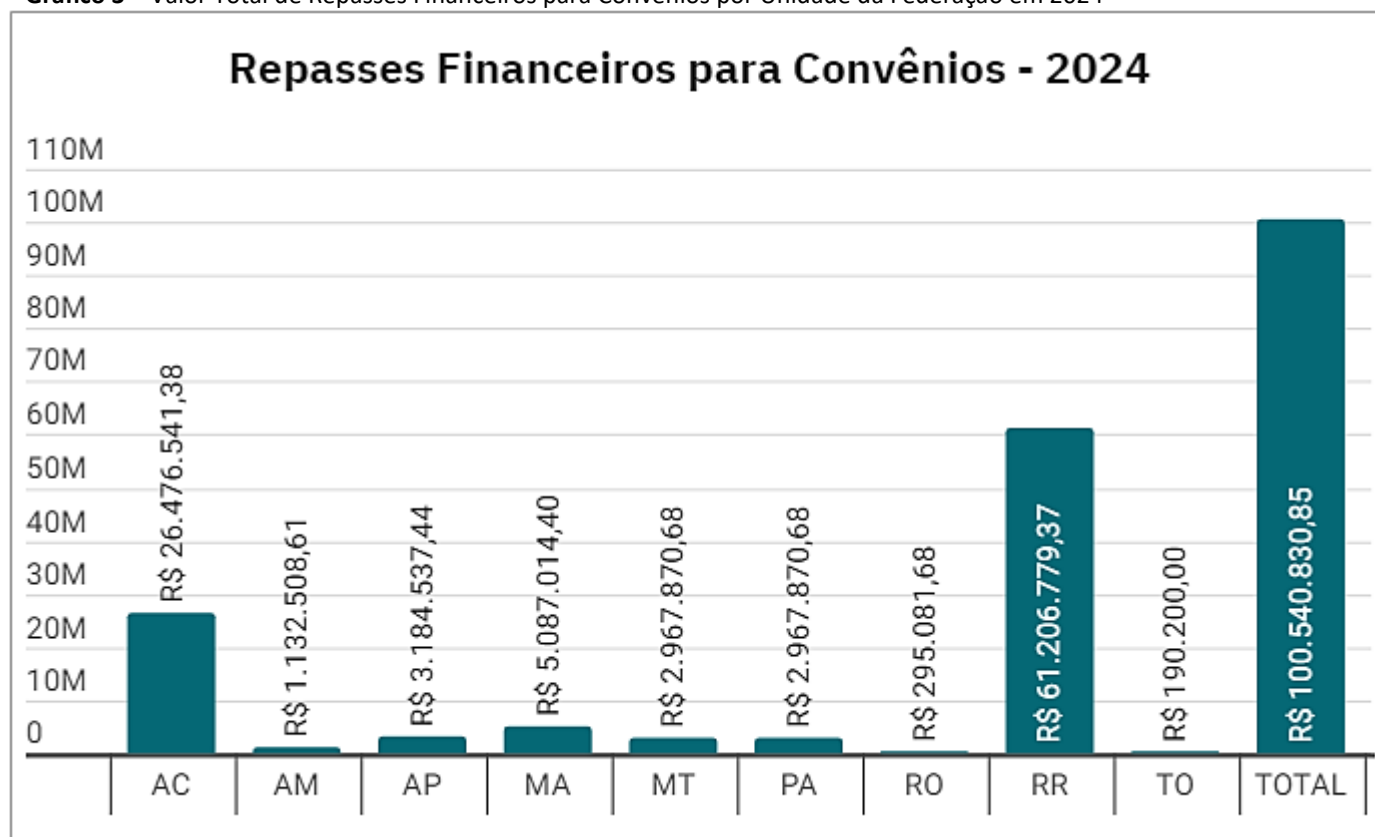
Gráfico 2 – Quantidade de Instrumentos Ativos por Unidade de Federação



Fonte: CGCON/DPROS/SUDAM, 2025

Ademais, no ano de 2024, foram realizados repasses financeiros para os instrumentos firmados em anos anteriores, somando o valor total de R\$ 100.540.831,00. No gráfico 3, são apresentados os valores por Estado da Federação.

Gráfico 3 – Valor Total de Repasses Financeiros para Convênios por Unidade da Federação em 2024



Fonte: CGCON/DPROS/SUDAM, 2025

Diante da imperiosa demanda pela execução célere dos convênios firmados com os entes municipais e estaduais, a Sudam realizou Pregão eletrônico para Registro de Preços nº 9005/2024 para a aquisição de máquinas e equipamentos para construção civil, agricultura e de pesca artesanal com vigência até o final do exercício de 2025. Tal iniciativa visou conceder celeridade ao processo de execução dos convênios cuja Sudam é signatária como Concedente e contratante, além de possível economicidade no ato administrativo e sempre atento aos preceitos legais e às exigências de eficiência e transparência administrativa.

Ao centralizar a condução do pregão eletrônico no órgão concedente, busca-se oferecer celeridade na execução da política pública, agilizando o processo de aquisição do maquinário necessário. A realização do pregão eletrônico de forma centralizada permite uma gestão mais ágil e eficiente dos recursos públicos, minimizando os entraves burocráticos e administrativos que muitas vezes retardam a conclusão das compras pelos Municípios.

Prestação de Contas de Convênios

Ao longo de 2024 foram analisadas 122 (cento e vinte e duas) prestações de contas de convênios. Desse total, 120 (cento e vinte) foram finalizadas no prazo pactuado de 8 (oito) meses após a última complementação ou solicitação respondida pelo conveniente, e apenas 2 (duas) ultrapassaram tal período.

Verifica-se ainda uma significativa redução no número de prestações de contas de convênios celebrados em exercícios anteriores a 2017, cujo estoque reduziu em cerca de 90%. Assim, das 9 (nove) prestações de contas de convênios celebrados em exercícios anteriores a 2017, 8 (oito) foram analisadas no ano de 2024.

3.6.1.5. Planejamento Regional

3.6.1.5.1. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia - PRDA

Para coordenar as atividades relativas ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, no âmbito da Sudam, a Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas – DPLAN dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Planejamento Regional - CGPLA, da qual fazem parte a Coordenação de Convênios de Elaboração de Planos e Programas - CPLA e a Coordenação de Estudos, Pesquisas e Estatísticas - CPES. Além disso, compõe a estrutura da DPLAN a Coordenação-Geral de Avaliação de Planos, Programas e de Instrumentos de Desenvolvimento - CGAVI, responsável por coordenar as atividades relativas à avaliação do PRDA.

Em 2024, visando fechar o ciclo de avaliação do PRDA 2020-2023, foi elaborado o Relatório de Avaliação do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), referente aos exercícios de 2022 e 2023, situando a evolução das ações do Plano e suas relações com a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

O relatório apontou que, de forma ampla, a Sudam empreendeu uma série de ações visando a implementação do PRDA. Entretanto, a não aprovação do PRDA em Lei tem uma influência direta e significativa na implementação da carteira de projetos, diferentemente dos demais instrumentos da Sudam (FNO, FDA, entre outros), que continuam a funcionar de maneira mais robusta. Portanto, são necessários esforços contínuos para promover a institucionalização do Plano conforme previsto na Lei Complementar nº 124, de 2007.

O referido relatório também apontou que as recomendações do Relatório de Avaliação anterior (biênio 2020-2021) foram amplamente atendidas através da elaboração do PRDA 2024-2027, que incorporou significativos avanços metodológicos em sua construção. Ao final do relatório 2022-2023, constam as seguintes recomendações:

- a) promover esforços para a aprovação do PRDA 2024-2027 em Lei, visando garantir a implementação de sua carteira de projetos;
- b) promover esforços para que as principais iniciativas implementadas pela Sudam estejam alinhadas ao PRDA;
- c) construir metodologia de alinhamento estratégico de iniciativas da Sudam (eventos, acordos, projetos, etc) ao PRDA;

- d) construir proposta de metodologia para alinhamento estratégico dos projetos e ações dos governos estaduais e demais instituições ao PRDA, visando utilização pelos próprios governos e instituições quando do planejamento de suas ações;
- e) criar metas de desempenho anuais para as atividades e instrumentos do PRDA;
- f) desenvolver metodologia com critérios para retirada e inserção de novos projetos no Plano; e
- g) implementar modelo de monitoramento e avaliação do PRDA que possibilite disponibilidade mais frequente de informações à sociedade.

O Relatório de Avaliação do PRDA (biênio 2022-2023) pode ser acessado por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/publicacoes-institucionais>.

Em relação ao PRDA 2024-2027, este foi aprovado pelo Condell/Sudam através da Resolução nº 106, de 4 de agosto de 2023, passou por tramitação no MIDR e tramita no Congresso Nacional através do Projeto de Lei nº 5787/2023. O Plano faz um diagnóstico da região e incorpora as demandas e os anseios da sociedade amazônica através dos programas e projetos necessários à transformação regional no curto, médio e longo prazo. Nele, a sociobiodiversidade ganha relevância como elemento de propulsão do desenvolvimento endógeno associado à ciência, tecnologia e inovação.

Em 2024, a Sudam deu passos importantes para a implementação do PRDA 2024-2027. Considerando o orçamento próprio insuficiente para apoiar suas atividades finalísticas, a autarquia realizou várias tratativas com parceiros que demonstraram disponibilidade para financiar os projetos do Plano Regional. Dentre as parcerias, destacam-se as articulações com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, com a Fundação Vale, com o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC para a implementação do Selo Amazônia. No âmbito ministerial, foram firmados acordos com a ANATEL, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a EMBRATUR. A Sudam também atuou em conjunto com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR e com o Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO através de oficinas para viabilizar acesso aos recursos do PPA e aprimorar a fiscalização usando os instrumentos do MPO tais como o SIOP além de informações prestadas pelos estados.

Além dos trabalhos de articulação, a Sudam vem atuando na divulgação do Plano e uma das ações empreendidas foi o desenvolvimento do Portal PRDA, um espaço mais dinâmico e acessível para visualização de informações completas a respeito do PRDA e dos trabalhos que estão sendo executados. O portal pode ser acessado por meio do link: <https://prda.sudam.gov.br/>.

Atualmente, constam na Carteira de Projetos do PRDA 2024-2027 152 (cento e cinquenta e dois) projetos, distribuídos pelos 9 (nove) Estados da Amazônia Legal. A seguir, apresenta-se tabela com a distribuição dos projetos na Carteira por Estado e o total de recursos necessários para a implementação.

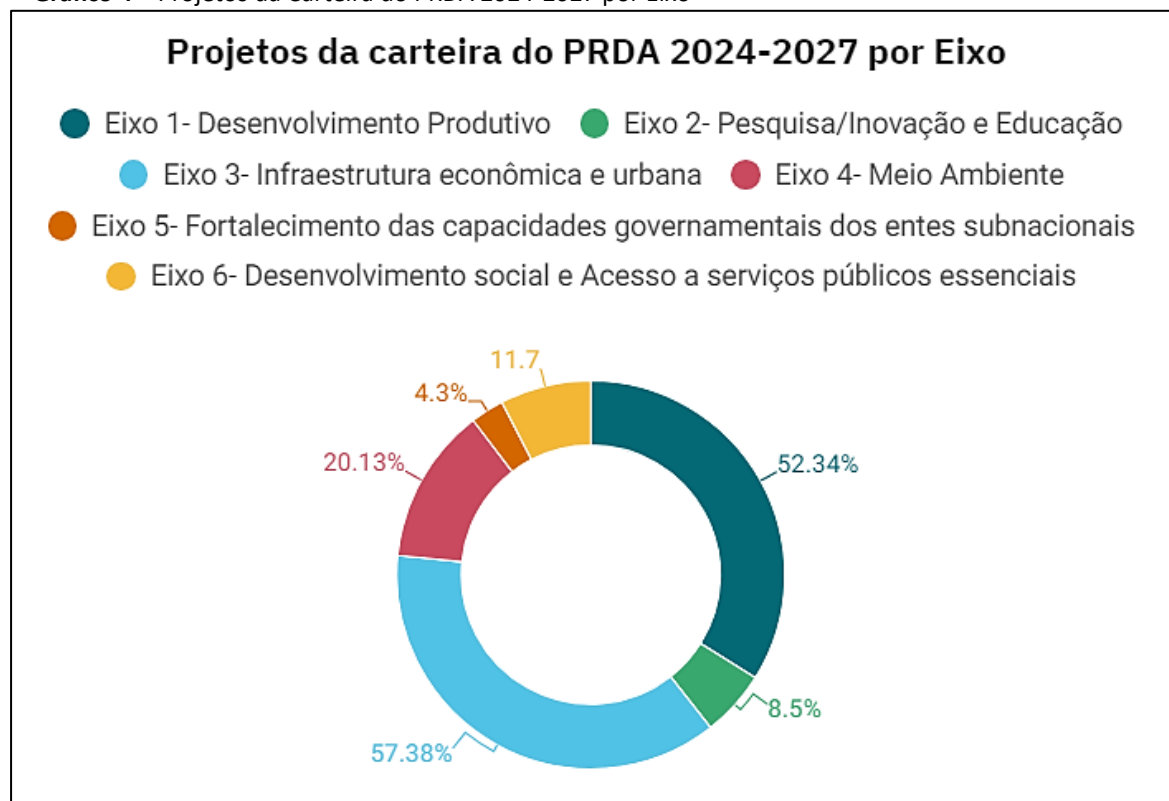
Tabela 13 – Carteira de Projetos do PRDA 2024-2027 por Estado e pelo Total de Recursos

Estado	Nº de Projetos	Total de Recursos
Acre	18	R\$ 792.143.317,75
Amapá	9	R\$ 628.491.709,36
Amazonas	42	R\$ 3.134.020.346,90
Maranhão	5	R\$ 615.333.362,00
Mato Grosso	3	R\$ 36.606.612,80
Pará	38	R\$ 1.232.116.914,69
Rondônia	8	R\$ 219.958.186,82
Roraima	18	R\$ 1.190.847.701,49
Tocantins	11	R\$ 196.818.442,16
Total	152	R\$ 8.046.336.593,97

Fonte: CGPLA/DPLAN/SUDAM, 2025

Atento à PNDR, o PRDA 2024-2027 adota 6 (seis) eixos estratégicos: desenvolvimento produtivo; pesquisa, inovação e educação; infraestrutura econômica e urbana; meio ambiente; fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais. Na distribuição dos projetos por eixo, destacam-se o eixo de infraestrutura econômica e urbana com 57 (cinquenta e sete) projetos e o de desenvolvimento produtivo com 52 (cinquenta e dois) projetos. A seguir, apresenta-se gráfico com a distribuição dos projetos da Carteira do PRDA 2024-2027 por eixo:

Gráfico 4 – Projetos da Carteira do PRDA 2024-2027 por Eixo



Fonte: CGPLA/DPLAN/SUDAM, 2025

Para auxiliar nos trabalhos de articulação em prol de parcerias que possam viabilizar a execução dos projetos da carteira do PRDA, a Sudam elaborou cartilhas que apresentam os projetos priorizados pelos estados amazônicos. As cartilhas podem ser acessadas por meio do link: <https://prda.sudam.gov.br/cartilhas-projetos.php>.

3.6.1.6. Desenvolvimento Sustentável

Para coordenar as ações relativas ao desenvolvimento sustentável, a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável – DPROS dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, da qual fazem parte a Coordenação de Apoio aos Sistemas Produtivos – CASP e a Coordenação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – CAPI.

A seguir, apresenta-se quadro com os projetos apoiados em 2024:

Quadro 14 – Projetos de Desenvolvimento Sustentável Apoiados em 2024

Projeto	Executora	Valor Aplicado	Objetivo Estratégico Vinculado	Resultados/Impactos Esperados
Desenvolvimento de sistemas orgânicos de produção para agricultores familiares do Amazonas	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	R\$ 500.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação; Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 	Promover a implantação de unidades demonstrativas de adubação orgânica com algumas culturas como banana, guaraná, açaí, pupunha, abacaxi e milho, visando atender a demanda dos produtores e produtoras de alguns municípios do estado onde as áreas plantadas com essas culturas são expressivas, assim como, implantar ensaios de adubação orgânica com os cultivos de milho e tomate, visando atender os produtores de orgânico da região de Manaus. Impactos esperados: profissionalização de pequenos produtores em técnicas agroecológicas e na produção orgânica; sustentabilidade ambiental; produção de alimentos saudáveis e geração de renda.
Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a produção sustentável de camarões por comunidades ribeirinhas do município de Mazagão (Amapá) e Arquipélago do Marajó - Afuá (Pará)	Centro de Pesquisa Agroflorestral do Amapá - CPAF	R\$ 300.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da Biodiversidade; Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção; Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação. 	Preservação dos recursos naturais, o fortalecimento das comunidades pesqueiras e a melhoria da qualidade de vida da população amazônica. Impactos esperados: aumento da renda e da segurança alimentar para famílias que vivem no estuário amazônico; promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva do camarão; combate e mitigação à crise do camarão; e difusão de boas práticas de manejo pesqueiro.
Implantação de soluções tecnológicas e de qualificação para a sustentabilidade da bioeconomia do açaí de várzea em comunidades	Centro de Pesquisa Agroflorestral do Amapá - CPAF	R\$ 670.000,00	<ul style="list-style-type: none"> Proteção da Biodiversidade; Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção; 	Criação de protocolos de boas práticas de fabricação e formação de agentes multiplicadores em comunidades ribeirinhas da Região do Bailique (Amapá) e Afuá (Pará), por meio da transferência de tecnologias. Impactos esperados: aumento da renda de agroextrativistas e ribeirinhos; promoção da sustentabilidade a

<p>ribeirinhas da região do Baillique (Distrito de Macapá/AP) e Afuá (Pará)</p>				<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas; Fortalecer o Sistema Regional de Ciência, Pesquisa e Inovação” - por contribuir com a formação de massa crítica e com o desenvolvimento tecnológico. 	<p>cadeia produtiva do açaí; difusão de boas práticas no processo de elaboração de bebida fermentada de açaí.</p>
<p>Transferência de tecnologia voltadas ao aperfeiçoamento tecnológico de apicultores, meliponicultores e técnicos na adoção de boas práticas de manejo zootécnico de abelhas sociais.</p>	Embrapa Amazônia Oriental	R\$ 499.950,00		<ul style="list-style-type: none"> Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 	<p>Aperfeiçoamento tecnológico de apicultores e meliponicultores, através da realização de atividades práticas e teóricas, voltadas a resolução de problemas relativos ao manejo, reprodução, sanidade e a produção. Impactos esperados: aumento da produção de mel e de culturas associadas (como o açaizeiro), a ampliação dos serviços ambientais de polinização, a validação de produtos e serviços das abelhas para inclusão produtiva, no atendimento dos mercados locais, nacionais e internacionais.</p>
<p>Ações de incentivo à valorização do Café Ancestral agroecológico no Nordeste Paraense</p>	Embrapa Amazônia Oriental	R\$ 115.000,00		<ul style="list-style-type: none"> Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 	<p>Pelo menos 3 publicações contemplando Mapa de localização das ocorrências de café ancestral em sistemas agroflorestais, avaliação sobre o sistema de plantio, reflexões sobre resgate histórico, cenário atual e caminhos futuros; Identificação botânica e ambiente de cultivo dos cafeeiros localizados nos municípios selecionados para o estudo, contendo a descrição das características botânicas e ambiente de cultivo. Impactos esperados: reconstrução histórica e etnobotânica da cultura tradicional do café ancestral entre os agricultores familiares dos municípios abrangidos pelo projeto, bem como a divulgação do Café Ancestral, o aumento do número de produtores interessados na cultura e da demanda pelo produto e, consequentemente, a geração de emprego e renda.</p>
<p>Contratação de consultoria física especializada para elaboração de revista</p>	Consultoria Contratada	R\$ 9.880,60		<ul style="list-style-type: none"> Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 	<p>Visibilidade aos demais parceiros institucionais sobre as ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas pela Sudam em 2025, para formação de possíveis parcerias na execução da Estratégia de Fomento. Impactos esperados: levantar parcerias para construção</p>

diagramada do Workshop de APL's					conjunta da Estratégia de Fomento de APL's, bem como de sua execução.
Contratação de consultoria física especializada para elaboração de vídeo institucional do Workshop de APL's	Consultoria Contratada	R\$ 4.311,62	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 		Visibilidade aos demais parceiros institucionais sobre as ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas pela Sudam em 2025, para formação de possíveis parcerias na execução da Estratégia de Fomento. Impactos esperados: levantar parcerias para construção conjunta da Estratégia de Fomento de Apls, bem como de sua execução.
Realização do Workshop "Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Legal: Desafios e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável"	Sudam	Sem custo	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 		Contribuição dos stakeholders presentes no Workshop para a formulação da Estratégia de Fomento de Apls a ser elaborada pela Sudam em 2025. Impactos esperados: elaboração de uma Estratégia de APL coletiva e condizente com a realidade da região.
Elaboração e aprovação do termo de referência para construção da Estratégia de Fomento de Arranjos Produtivos Locais – APLs para a região amazônica	Sudam e Consultoria contratada	R\$ 85.000,00	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 		Elaboração de uma Estratégia de APL coletiva e condizente com a realidade da região. Impactos esperados: desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias da região.
Aporte no Projeto BRA/21/005 para contratação de consultorias, pessoa física, para auxiliar as coordenações no processo de confecção dos Termos de Referências para a futura contratação de pessoas jurídicas capazes de entregar os produtos previstos	Sudam e Consultoria contratada	R\$ 2.892.358,68	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos e iniciativas de entes nacionais e subnacionais com recursos federais 		Entregas dos produtos previstos no Acordo. Impactos esperados: fortalecimento da capacidade institucional da Sudam.

Celebração de Termo de Execução Descentralizada para aquisição de 1.423 motores estacionários de 5.5 hp acoplados com rabetas e de cinco tratores agrícolas 4x4, plataformado e motor diesel com potência mínima de 85 cv	Descentralizadora: Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Descentralizada: Sudam.	R\$ 2.035.792,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas. 	Atender 25 entidades de pesca com motores e tratores. Impactos esperados: desenvolvimento da pesca artesanal e dos territórios pesqueiros no Estado do Amazonas, inovação tecnológica e qualificação da atividade pesqueira artesanal no estado do Amazonas.
Celebração de Termo de Execução Descentralizada para Fornecimento e instalação de Microestações de Tratamento de Água – META em comunidades ribeirinhas	Descentralizadora: Sudam Descentralizada: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	R\$ 1.265.103,00	<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase na aplicação de tecnologias ambientalmente adequadas. Desenvolvimento e incorporação de tecnologias sustentáveis de produção. 	Instalação de 42 Microestações de Tratamento de Água, para atender pequenos núcleos habitacionais de 4 a 30 residências, fornecendo diariamente 250 litros de água tratada dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Impactos esperados: fornecimento de água tratada para 252 famílias em situação de risco iminente de saúde, por consumo de água contaminada.

Fonte: DPROS, 2025

No exercício de 2024 foram finalizados os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de produtos tecnológicos e capacitação profissional na área de processamento de alimento. **Executora:** Embrapa Amazônia Oriental. **Valor aplicado:** R\$ 90.000,00. **Resultados alcançados:** formulação do doce cremoso (abacaxi e banana) e dos doces em massa (banana e açaí; cupuaçu e abacaxi); formulações de doces laminados desidratados de açaí, cupuaçu e banana (Formulação 1), açaí e banana (Formulação 2) e açaí e abacaxi (Formulação 3); elaboração e caracterização de produtos de panificação a partir de farinha de feijão-caupi (pão, bolo, farinha e biscoito); estimativa de vida de prateleira dos produtos desenvolvidos; e capacitação de 20 mulheres. **Impacto:** agregação de valor a produtos da biodiversidade Amazônica.
- Produção de cristais de β -caroteno de elevado grau de pureza a partir da casca da pupunha (*Bactris gasipaes*). **Executora:** Universidade Federal do Pará - UFPA. **Valor aplicado:** R\$ 60.000,00. **Resultados alcançados:** obtenção de extratos com elevados teores de β -caroteno; cristalização e estabilidade do β -caroteno; e publicação de artigo científico em periódico internacional. **Impacto:** Agregação de valor a produtos da biodiversidade Amazônica.

- Instituição do Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação (PDCTIA) por meio da Resolução DICOL/SUDAM nº 1058, de 19 de agosto de 2024. **Executora:** Sudam e atores regionais. **Relevância:** Propõe tornar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, forças propulsoras para a redução das desigualdades socioeconômicas na Amazônia Legal, alinhado ao fortalecimento do ecossistema científico, tecnológico e de inovação regional.

Também em 2024 foram acompanhados os seguintes projetos de exercícios anteriores:

- Promover a transformação da capoeira degradada com o manejo de rebrotamento de bacurizeiros (*Platania insignis* Mart.) nas Mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó. **Executora:** Embrapa Amazônia Oriental. **Valor aplicado:** não houve desembolso em 2024. **Resultados Esperados:** a difusão da quebradeira de fruto de bacuri permitirá aumentar a produtividade da mão de obra, substituir a quebra por porrete ou terçado melhorando a qualidade da polpa. **Impactos Esperados:** transformação de rebrotamentos de bacurizeiros no Nordeste Paraense e no Marajó em pomares produtivos, permitindo a transformação dessas duas mesorregiões em polo produtor desta fruta com recuperação de APP e ARL.
- Validação, avaliação e transferência de tecnologias do cultivo do cacau em SAF's no Sul do Estado de Roraima. **Valor aplicado:** não houve desembolso em 2024. **Resultados Esperados:** implantação de 3 ha de SAFs com cacau em propriedades da agricultura familiar. **Impactos Esperados:** desenvolvimento de saf's de cacau como alternativa estratégica para inclusão produtiva, geração de emprego e renda e para a recuperação de áreas degradadas, ocasionadas pelo avanço do desmatamento no sul do estado de Roraima.
- Desenvolvimento de Protocolo de Adequação do Processo Produtivo de Queijo Coalho Artesanal a ser adotado em queijarias artesanais da Bacia leiteira de Autazes ligadas à APROQUEIJO (Associação de Produtores de Queijo de Autazes). **Valor aplicado:** não houve desembolso em 2024. **Resultados Esperados:** consolidação de um protocolo para melhoria de processos produtivos artesanais do leite tipo coalho produzido na bacia leiteira de Autazes, tendo em vista a criação do Selo QualiLab UFAM, primeiro atestado de qualidade higiênico sanitário de queijo artesanal do Estado do Amazonas, atingindo pequenos produtores em 25 propriedades localizadas nos municípios do Careiro e Careiro da Várzea e 30 propriedades localizadas no município de Autazes associadas à Associação de Produtores de Queijo de Autazes (APROQUEIJO). **Impactos Esperados:** promover melhorias no processo de produção do queijo coalho artesanal do Amazonas, com a estruturação de um laboratório de referência em análises microbiológicas e sanitárias do queijo produzido na região, tendo em vista a ampliação do mercado consumidor.

Outros resultados também foram alcançados em 2024, como a articulação com entes e instituições governamentais e não-governamentais, participação em eventos de relevância regional, como na Câmara Técnica de Equidade e Gênero do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas; no Comitê Gestor do Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu - CGDEX do PSDS do Xingu; no BioRegio – estratégia de bioeconomia e desenvolvimento regional no território do Alto Solimões; no Fórum da cacauicultura, no evento: Chocolat Amazônia 2024 / Flor Pará; no Amazônia Tech: Conferência Pan-Amazônica de Ciência e Tecnologia; Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva.

A Sudam apoiou a realização do Seminário de Regionalização do Turismo no Oeste do Pará, ocorrido em Santarém/PA, o qual debateu a importância do turismo para o desenvolvimento da região do Tapajós, evento realizado pelo Ministério do Turismo, Prefeitura de Santarém, governo do Pará, com apoio da Sudam e Banco da Amazônia.

Também organizou juntamente com o PNUD e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) o Diálogos sobre a Agenda 2030: infância e juventude na Amazônia". O evento discutiu acesso à educação de qualidade, cuidados com saúde, proteção ambiental e inclusão social levando em consideração os desafios enfrentados pelas comunidades amazônicas para implementação da Agenda 2030 no estado, tendo como foco a infância e a juventude na região amazônica.

Outro evento relevante com a participação da Sudam foi o "II Fórum Varanda da Amazônia", no painel "Bases Fundamentais para o Desenvolvimento da Amazônia". O evento promoveu um espaço de debate e conferências com oito painéis, que reuniu setores das iniciativas pública e privada, comunidades locais, universidades e agentes globais para refletir e propor soluções para os grandes desafios da região.

Desafios e Ações Previstas

O principal desafio a ser enfrentado em 2025 diz respeito à insuficiência de recursos humanos, tanto relacionado aos aspectos quantitativos, quanto à formação acadêmica necessária para execução das competências. Outro desafio diz respeito às questões orçamentárias ante à possibilidade de orçamento reduzido e/ou bloqueio/contingenciamento de recursos para apoio aos projetos, ou ainda sua disponibilização em tempo não suficiente para instrução dos processos.

Relativamente à implementação e o monitoramento do PDCTIA e das ações e estratégias programadas para 2025, o desafio-chave trata-se da fonte de recursos para financiamento do Programa, tendo em vista que ainda carece de regulamentação para aplicação dos recursos oriundos do 1,5% sobre cada parcela de recursos liberados do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia (P&D) de interesse do desenvolvimento regional. Nesse sentido, consoante o art. 16 da Lei Complementar nº 124/2007, cabe ao Conselho Deliberativo (Condel) definir os critérios de aplicação desses recursos.

Os próximos passos previstos para 2025 são:

- Elaboração da Estratégia de Fomento de APL's, no âmbito do Acordo PCT SUDAM – PNUD BRA/21/005;
- Elaboração do Edital de Chamamento Público para captação de projetos relacionados aos setores produtivos e à inovação (PDCTIA);
- Apoio a projetos de fortalecimento dos setores produtivos e de inovação.

3.6.2. Gestão

3.6.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira

Para coordenar as atividades relativas à Gestão Orçamentária e Financeira na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No que concerne à gestão orçamentária e financeira, em 2024, a Sudam apresentou o desempenho sob as diferentes perspectivas apresentadas a seguir.

Dotação Orçamentária: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Finalísticas

A tabela a seguir apresenta a disponibilidade orçamentária da Sudam no exercício fiscal de 2023. É possível identificar que, do total de, aproximadamente, R\$ 3.324.999.661 bilhões, a maior parte do orçamento, cerca de 98,19%, corresponde à dotação do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

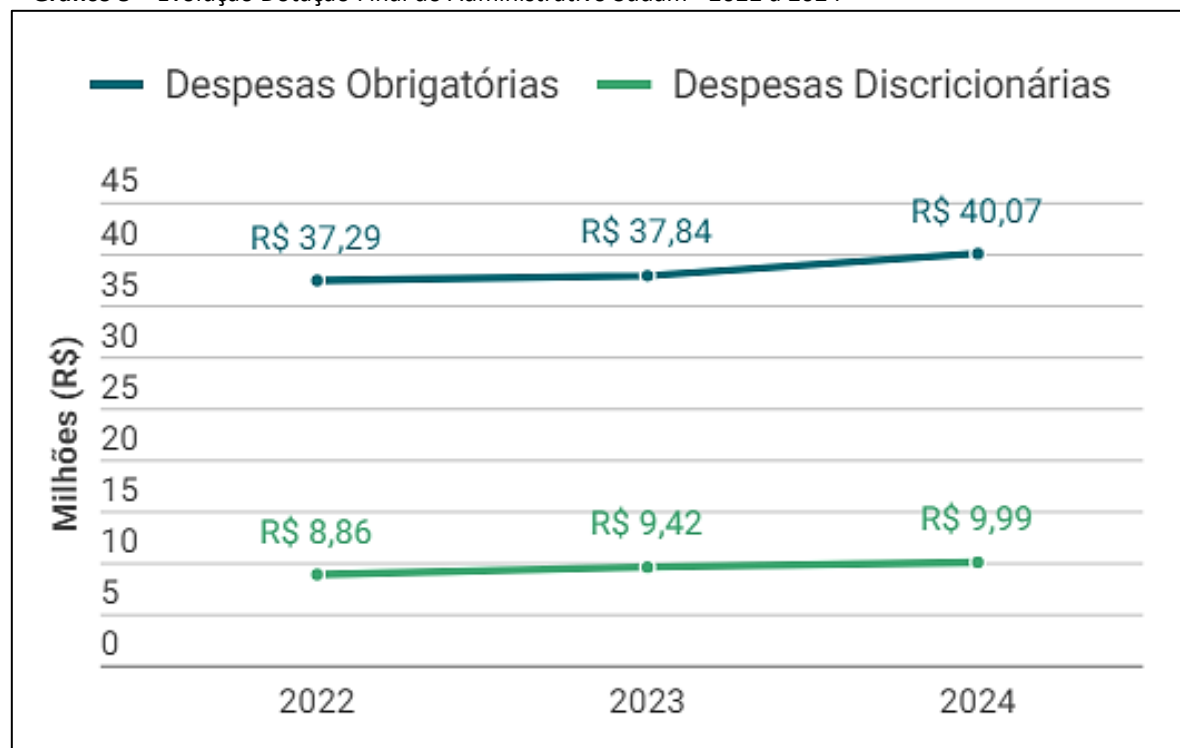
Tabela 14 – Disponibilidade Orçamentária da Sudam em 2024

Tipo	Valor	Percentual
Despesas Obrigatórias	R\$ 40.067.876,00	1,20%
Emendas Parlamentares	R\$ 3.535.792,00	0,11%
Finalístico	R\$ 6.646.098,00	0,20%
Administrativo Discricionário	R\$ 9.986.607,00	0,30%
FDA	R\$ 3.264.763.288,00	98,19%
Total	R\$ 3.324.999.661,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

No exercício de 2024, a dotação orçamentária da Sudam para Despesas Obrigatórias (salários, benefícios etc.) e para despesas discricionárias do administrativo (administração da unidade, tecnologia da informação e capacitação) apresentou alta, conforme gráfico a seguir.

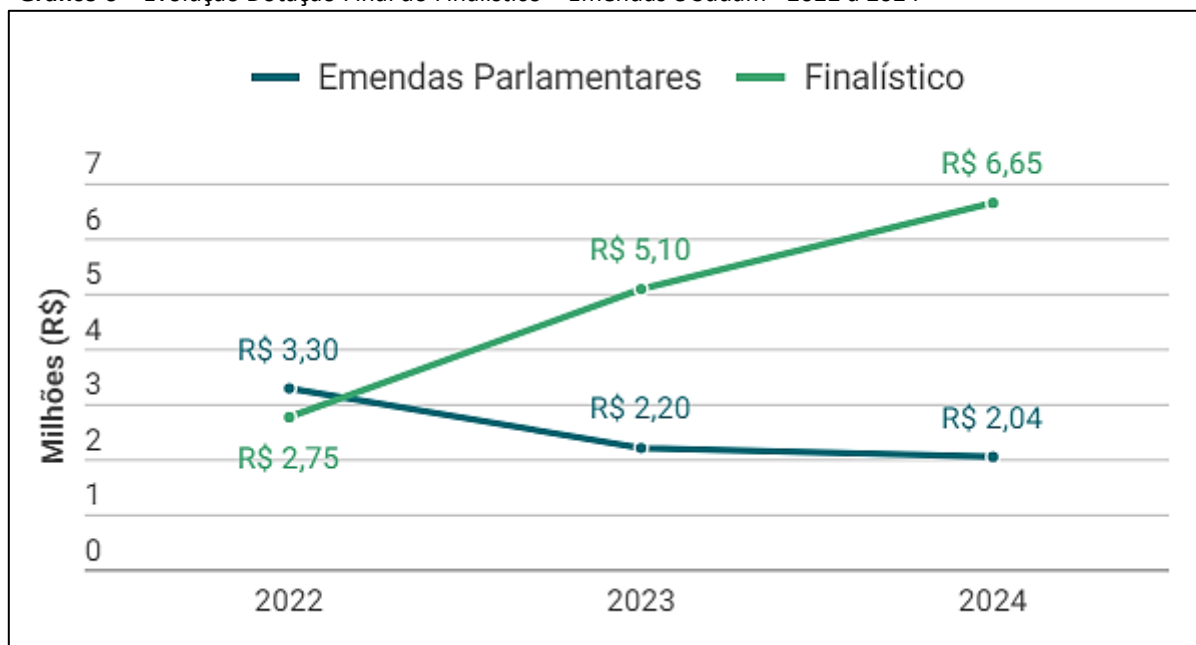
Gráfico 5 – Evolução Dotação Final do Administrativo Sudam - 2022 a 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

No finalístico, a dotação orçamentária da Sudam apresentou tendência de alta entre 2022 e 2024, alcançando o valor de R\$ 6,65 milhões no último exercício. O orçamento de emendas parlamentares consignadas à Sudam para despesas finalísticas, no entanto, apresentou tendência de queda entre 2022 e 2024. O volume saiu de R\$ 3,3 milhões, aproximadamente, em 2022, para R\$ 2,2 milhões em 2023 e R\$ 2,04 milhões em 2024. Ressalta-se que não estão incluídas na análise emendas consignadas para despesas administrativas.

Gráfico 6 – Evolução Dotação Final do Finalístico – Emendas e Sudam - 2022 a 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

Financeiro em 2024

No que diz respeito ao volume financeiro aplicado na conta contábil 111110206 - Recursos da Conta Única Aplicados, a Sudam apresentou melhora considerável no volume de recursos aplicados, conforme observa-se na Tabela 15.

Tabela 15 – Evolução dos Recursos Aplicados Sudam 2016 a 2024

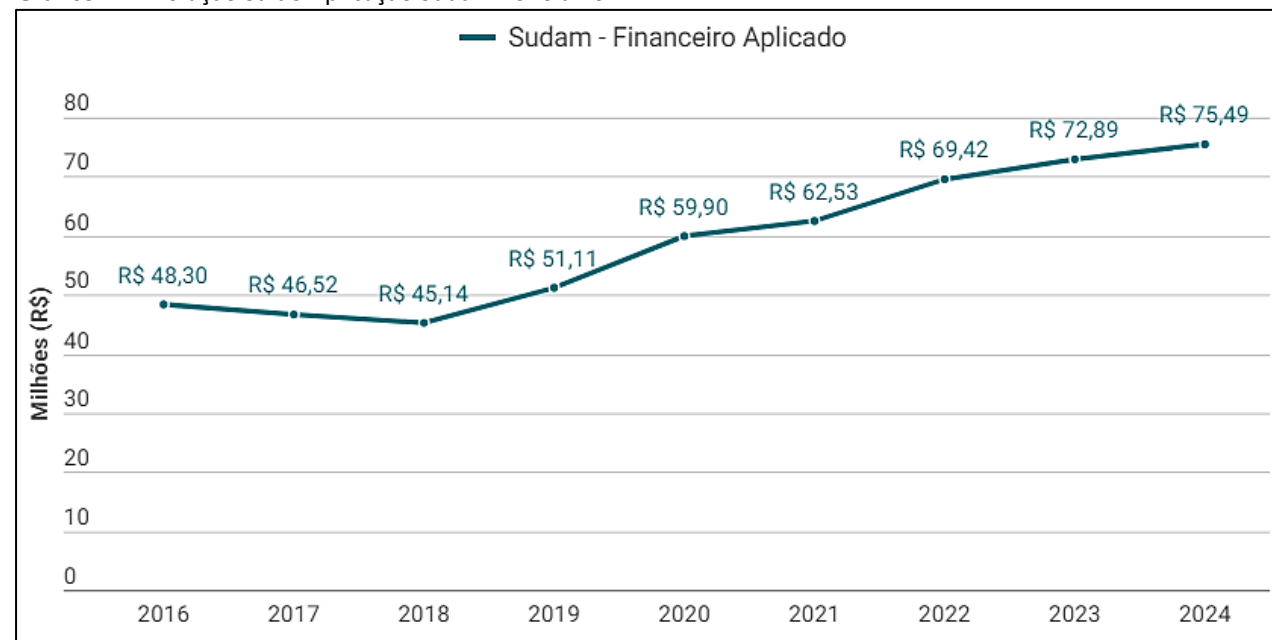
Ano	Saldo da Conta de Recursos da Conta Única Aplicados	Variação Percentual Anual
2016	R\$ 48.300.707,93	-
2017	R\$ 46.524.478,65	-4%
2018	R\$ 45.144.007,74	-3%
2019	R\$ 51.111.591,67	+13%

2020	R\$ 59.897.395,03	+17%
2021	R\$ 62.528.850,76	+4%
2022	R\$ 69.420.886,20	+11%
2023	R\$ 72.891.226,77	+5%
2024	R\$ 75.493.221,59	+3%

Fonte: Siafi, 2025.

De 2016 a 2024, houve um aumento de 56,30% no volume financeiro aplicado. Entre 2016 e 2018, no entanto, o volume aplicado caiu 7%, retomando a trajetória de alta a partir de 2019, quando voltaram a ser liberados financiamentos do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, do qual, a cada liberação, 2% é direcionado à Sudam como forma de remuneração pela gestão do fundo. Ressalta-se que os dados apresentados na Tabela 15 referem-se ao período até 31/12/2024, cuja apuração somente pôde ser auferida após 10/01/2025, quando apresentada pelo sistema SIAFI a rentabilidade dos últimos dez dias do ano de 2024.

Gráfico 7 – Evolução Saldo Aplicação Sudam 2016 a 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

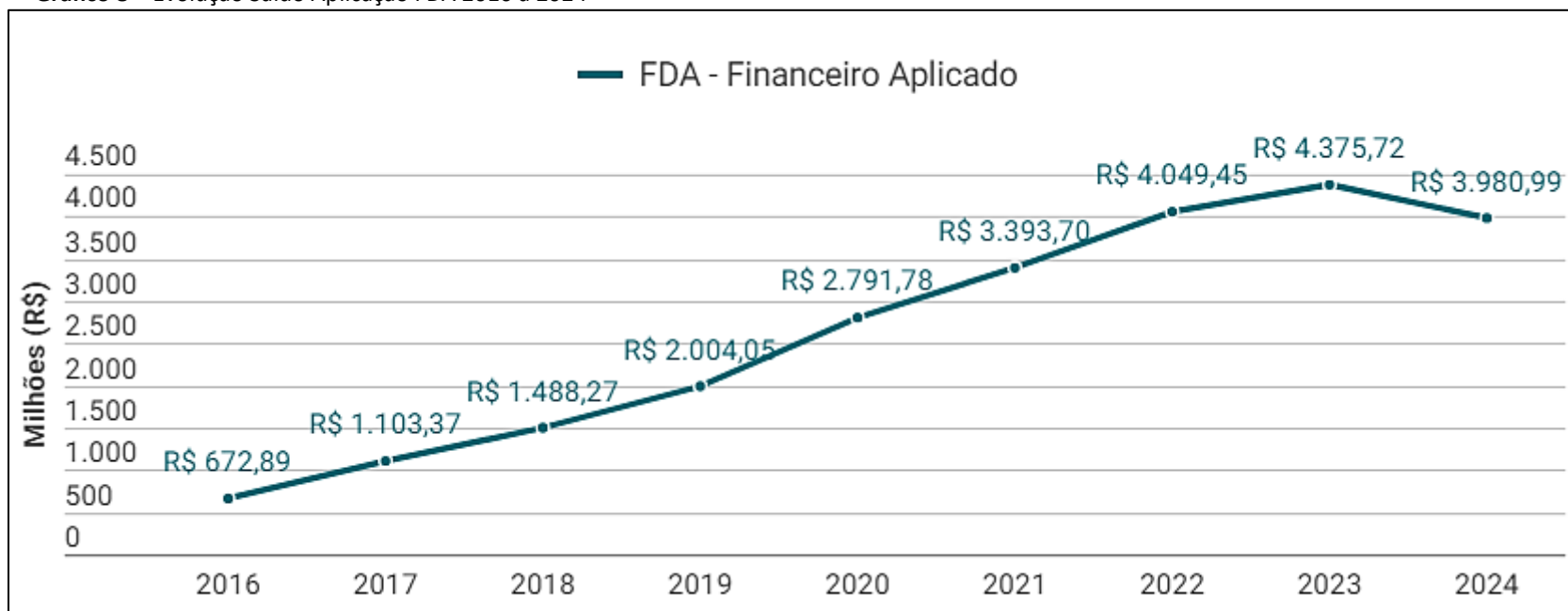
O saldo de aplicações financeiras do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia a Sudam apresentou considerável melhora no período de 2016 a 2023. Em 2016, eram cerca de R\$ 627 milhões aplicados. Até 2023, o saldo financeiro havia aumentado 591%, para mais de R\$ 4,3 bilhões. Em 2024, foram resgatados R\$ 845.449.445,27, para pagamentos de financiamentos do Fundo. Com os resgates, o saldo da aplicação financeira do FDA caiu para R\$ 3,9 bilhões ao final de 2024.

Tabela 16 – Evolução dos Recursos Aplicados – FDA 2016 a 2024.

Ano	Saldo da Conta de Recursos da Conta Única Aplicados	Variação Percentual Anual
2016	R\$ 627.890.687,33	-
2017	R\$ 1.103.371.528,73	+76%
2018	R\$ 1.488.271.741,59	+35%
2019	R\$ 2.004.049.408,63	+35%
2020	R\$ 2.791.776.266,43	+39%
2021	R\$ 3.393.695.334,86	+22%
2022	R\$ 4.049.445.146,36	+19%
2023	R\$ 4.375.718.646,73	+7%
2024	R\$ 3.980.988.796,86	-9%

Fonte: Siafi, 2025

Gráfico 8 – Evolução Saldo Aplicação FDA 2016 a 2024



Fonte: Siafi, 2025

Execução Orçamentária

Há diferentes formas de classificar o orçamento da Sudam. Para este relatório, o orçamento está classificado em três partes: Administrativo Obrigatório, que contempla despesas como folha de pagamentos e auxílios a servidores; Administrativo Discricionário, que consiste em despesas administrativas de caráter discricionário, como energia elétrica, água e auxílio moradia, por exemplo; e Finalístico, cuja disponibilidade orçamentária advém de emendas parlamentares e orçamento da própria Sudam para despesas de caráter finalístico, como convênios para obras em municípios.

A tabela a seguir demonstra a evolução do orçamento da Sudam entre 2022 e 2024 nas três classificações orçamentárias acima descritas e do FDA. Houve aumento na dotação orçamentária para despesas administrativas obrigatórias de 7,46%, para despesas do administrativo discricionário de 12,75% e para despesas do finalístico de 43%, incluindo emendas parlamentares no finalístico. No ano de 2024, a Sudam recebeu R\$ 1,5 milhão em consignação de emenda parlamentar para despesas do administrativo, evento não contabilizado na análise abaixo por ser considerado atípico. As despesas do finalístico incluem disponibilidades consignadas à Sudam, mas não incluem destaques orçamentários recebidos. A dotação do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, ao contrário, apresentou tendência de alta de 616% entre 2020 e 2024.

Tabela 17 – Evolução Orçamentária de 2022 a 2024 (R\$).

Ano	2022			2023			2024		
Orçamento	Dotação Atualizada	Orçamento Comprometido	Despesas Pagas	Dotação Atualizada	Orçamento Comprometido	Despesas Pagas	Dotação Atualizada	Orçamento Comprometido	Despesas Pagas
Administrativo Obrigatório	37.287.605,00	34.449.049,88	31.558.992,79	37.839.512,00	36.467.986,48	33.187.595,52	40.067.876,00	39.228.526,12	35.501.229,85
Administrativo Discricionário	8.857.474,79	8.650.722,97	3.678.253,79	9.420.359,96	9.409.280,17	4.113.533,35	9.986.607,00	9.982.786,93	5.275.842,85
Finalístico	6.048.529,00	5.360.000,00	1.609.000,00	7.297.003,00	7.271.892,03	1.978.109,70	8.775.960,36	8.750.538,04	2.892.358,68
FDA	455.369.549,00	187.849.876,88	0,00	815.906.253,00	638.488.060,64	0,00	3.264.763.288,00	3.263.807.624,00	674.599.216,70

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

Os dados de comprometimento orçamentário do administrativo obrigatório acima não consideram um total de R\$ 483.200,13 de orçamento descentralizado à Sudam por outras Unidades Gestoras referentes ao rateio do espaço físico utilizado. Os dados do rateio não foram contabilizados nos exercícios anteriores. Além disso, também não está contabilizado na tabela acima um total de R\$ 1,5 milhão de emenda parlamentar individual consignada ao Administrativo da Sudam em 2024, dotação considerada atípica e que não deve se repetir nos próximos exercícios.

Em compensação, no finalístico, os orçamentos descentralizados à Sudam por emendas parlamentares foram contabilizados nos exercícios anteriores e nesse exercício. No total, a Sudam recebeu uma dotação de R\$ 2.129.862,36 no finalístico. Os dados de comprometimento orçamentário acima também consideram descentralizações de crédito realizadas, R\$ 3.350.053,00, informação que não consta em análises de dotação empenhada.

No que diz respeito à execução, a Sudam comprometeu em 2024 mais de 95% da disponibilidade orçamentária nas três diferentes classificações: Administrativo Obrigatório, Administrativo Discricionário e Finalístico, conforme observa-se na Tabela 18.

Na comparação entre anos de 2022 a 2024, observa-se um aumento gradual nos percentuais empenhados nos orçamentos do Administrativo Obrigatório, Administrativo Discricionário e Finalístico.

No Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, foi identificada alta volatilidade no percentual da dotação empenhado ano a ano. Em 2023, o percentual empenhado elevou-se de 41,25% para 78,26% e, em 2024, alcançou 99,97%.

Tabela 18 – Execução Orçamentária de 2022 a 2024

Ano	2022		2023		2024	
Orçamento	%	%	%	%	%	%
	Comprometido	Pago	Comprometido	Pago	Comprometido	Pago
Administrativo Obrigatório	92,39%	84,64%	96,38%	87,71%	97,90%	88,60%
Administrativo Discricionário	97,67%	41,53%	99,88%	43,67%	99,96%	52,83%
Finalístico	88,62%	26,60%	99,66%	27,11%	99,71%	34,02%
FDA	41,25%	0,00%	78,26%	0,00%	99,97%	20,66%

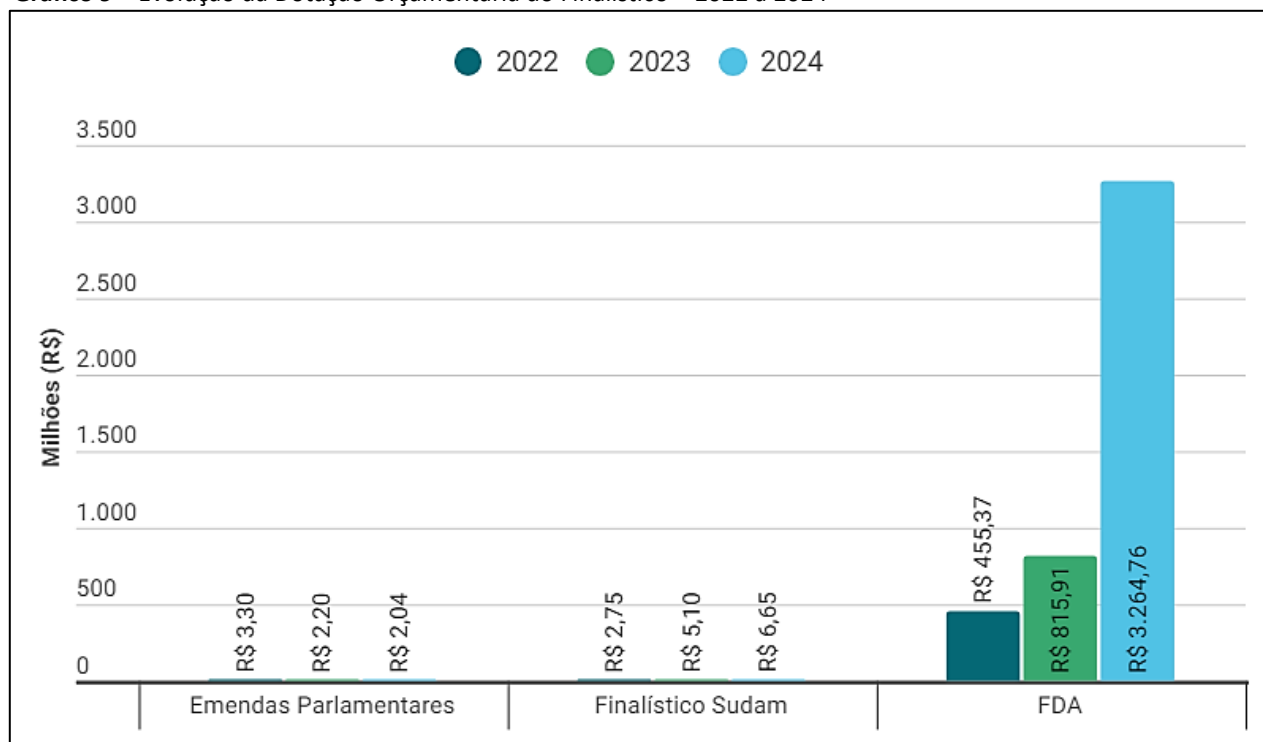
Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

As despesas do Finalístico podem ainda ser segmentadas em: Finalístico Sudam, Emendas Parlamentares e Fundo do Desenvolvimento da Amazônia - FDA. Desta forma, para uma análise mais detalhada do período de 2022 a 2024, as despesas do finalístico foram divididas nestas três categorias.

O gráfico 9 demonstra aumento da disponibilidade orçamentária do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia de R\$ 455 milhões em 2022 para R\$ 3,2 bilhões em 2024. As consignações de emendas parlamentares apresentaram tendência de leve redução, saindo de R\$ 3,3 milhões em 2022 para R\$ 2,04 milhões em 2024. A dotação para finalístico da própria Sudam apresentou elevação de R\$ 2,75 milhões em 2022 para R\$ 6,65 milhões em 2024.

Ressalta-se que na análise em questão não estão sendo consideradas emendas parlamentares consignadas para despesas administrativas da Sudam.

Gráfico 9 – Evolução da Dotação Orçamentária do Finalístico – 2022 a 2024

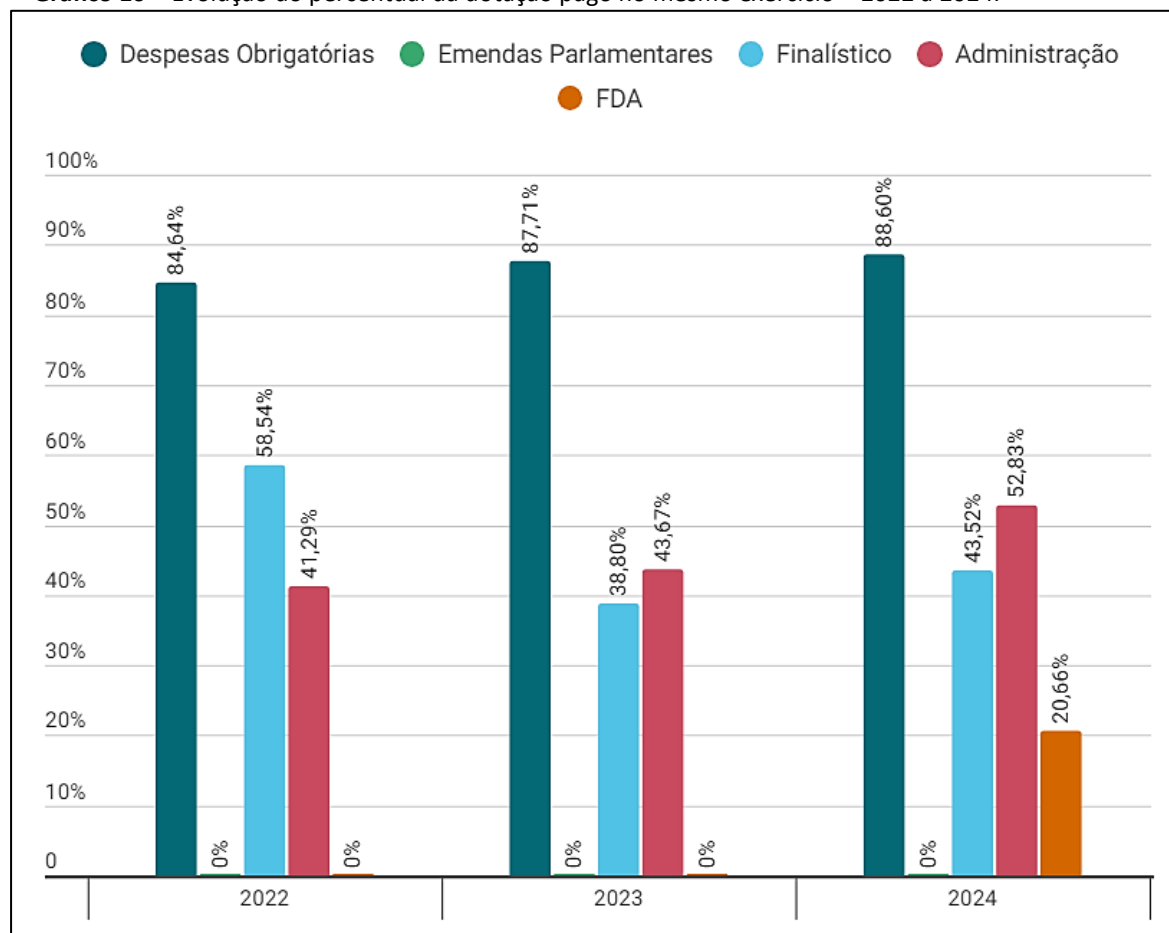


Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

Execução Financeira

Ao analisar a execução financeira do finalístico, incluindo emendas parlamentares, finalístico da própria Sudam e FDA, identifica-se que a maior parte das despesas é liquidada e paga em exercícios posteriores. As emendas parlamentares, por exemplo, não tiveram, de 2022 a 2024 execução financeira no mesmo exercício. Apenas as dotações orçamentárias do Fundo do Desenvolvimento da Amazônia, em 2024, com 20,66%, e do finalístico da própria Sudam, com 38,80%, em 2023, e 43,52% em 2024, tiveram pagamentos realizados no mesmo exercício.

Gráfico 10 – Evolução do percentual da dotação pago no mesmo exercício – 2022 a 2024.



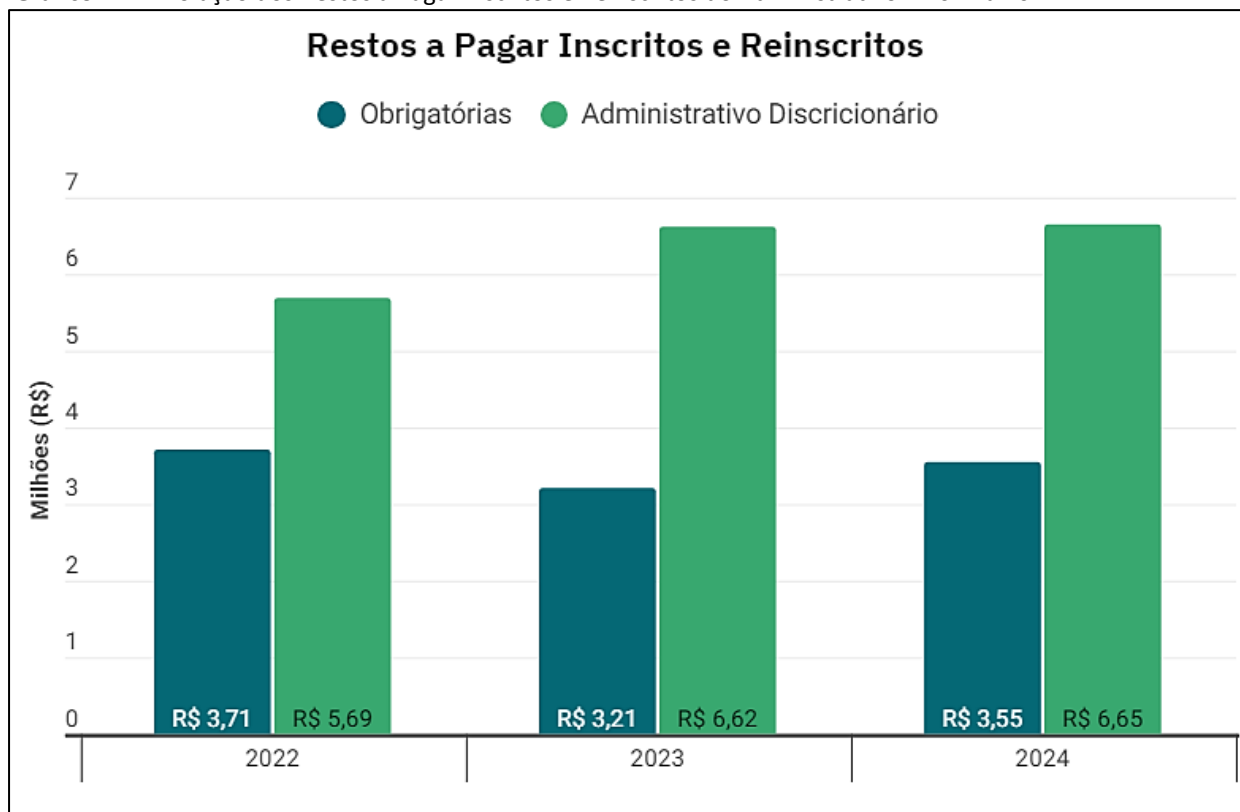
Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

Restos a Pagar

O não pagamento dos empenhos emitidos no mesmo exercício gera a inscrição destes em Restos a Pagar. Os Restos a Pagar são dotações orçamentárias de anos anteriores que não foram executadas, mas que podem ser pagas no futuro.

Em relação ao Administrativo, o volume inscrito em Restos a Pagar em Despesas Obrigatórias apresentou uma queda de 2022 para 2023 e, posteriormente, um aumento em 2024. Em Despesas Discricionárias, houve um aumento na inscrição de empenhos em Restos a Pagar de 2022 para 2024. O gráfico a seguir não contempla Restos a Pagar de despesas finalísticas.

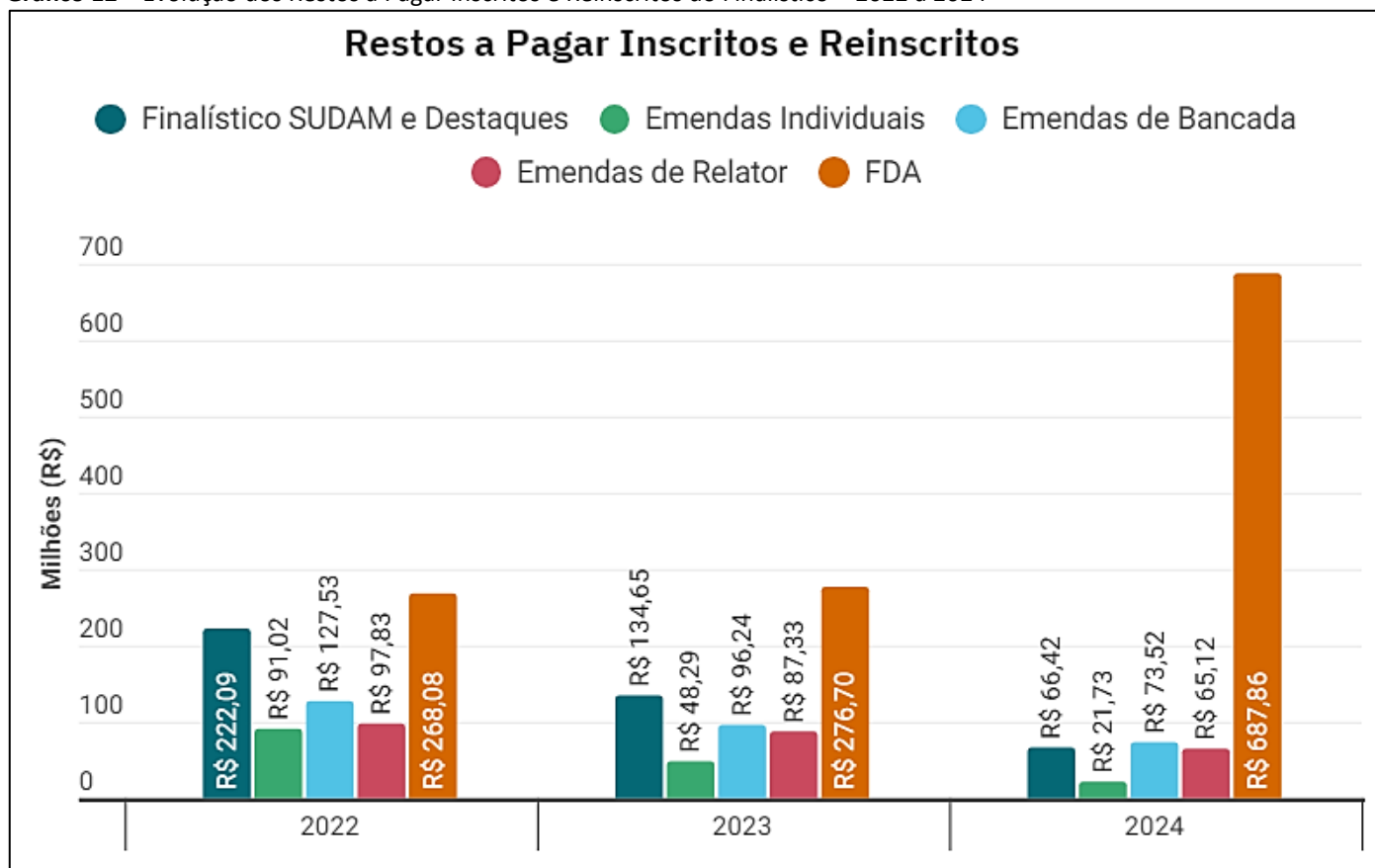
Gráfico 11 – Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Administrativo – 2022 a 2024.



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

No que diz respeito às despesas do finalístico da Sudam, no geral, a tendência do volume inscrito em Restos a Pagar foi de queda no período de 2021 a 2023. Em relação ao FDA, houve ligeiro aumento de 2022 para 2023 e um forte aumento em 2024, alcançando R\$ 687 milhões inscritos em Restos a pagar. A principal razão foi o grande aumento na dotação orçamentária do FDA ocorrido no exercício de 2024, cujos empenhos foram, em grande parte, inscritos em restos a pagar para o exercício de 2025 e exercícios posteriores.

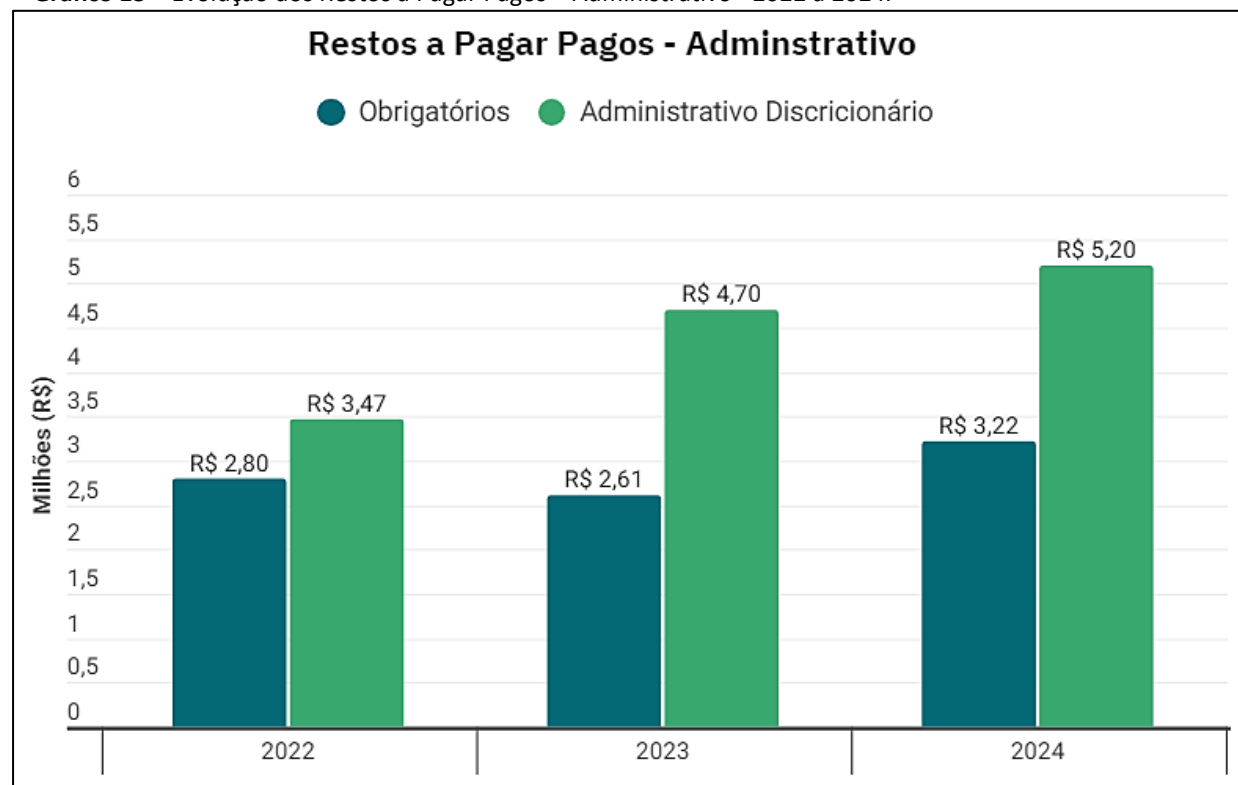
Gráfico 12 – Evolução dos Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos do Finalístico – 2022 a 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

Em relação aos pagamentos de Restos a Pagar do Administrativo, o volume pago de Despesas Obrigatórias apresentou uma leve queda de 2022 para 2023 e, posteriormente, um aumento em 2024. Em Despesas Discricionárias, houve um movimento de alta no volume de Restos a Pagar pagos em Despesas Discricionárias no período de 2022 a 2024, conforme gráfico a seguir.

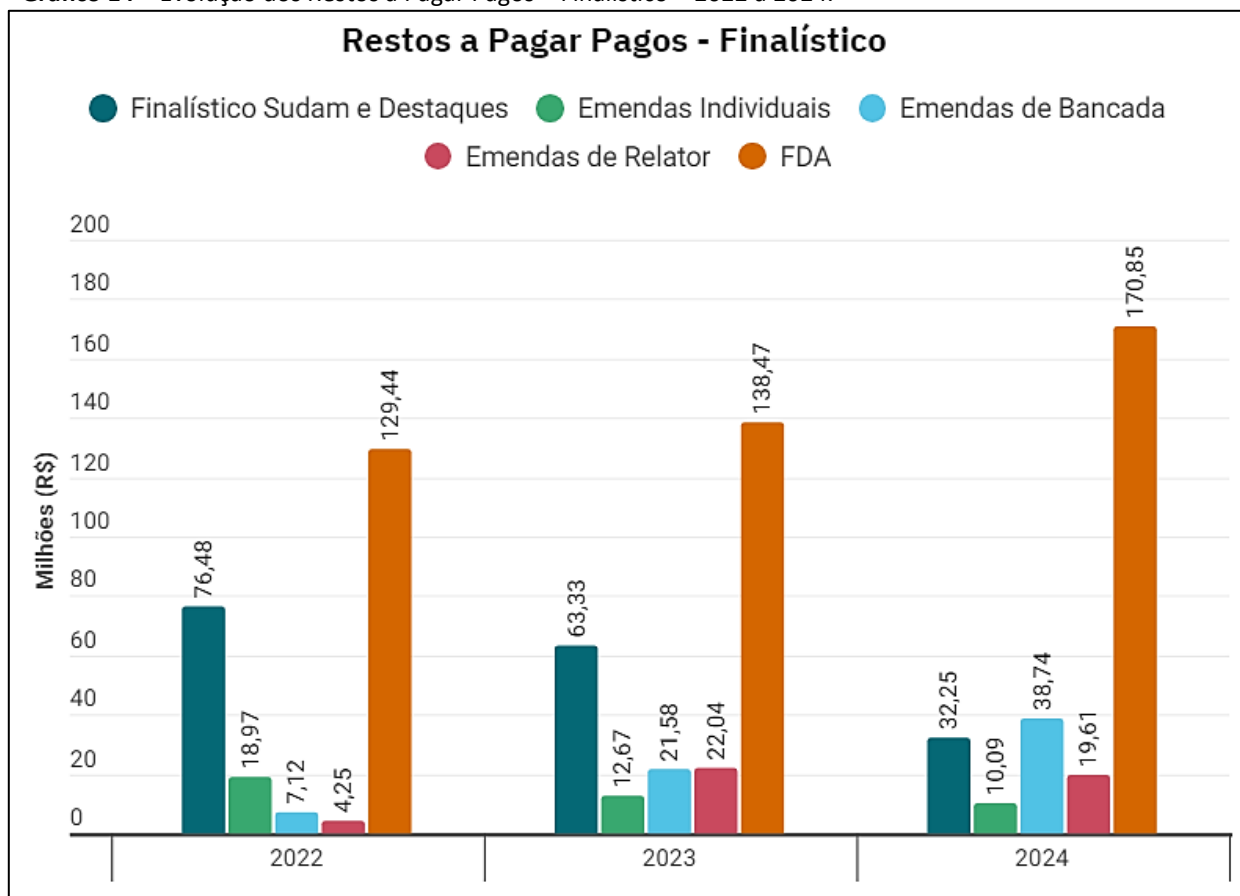
Gráfico 13 – Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Administrativo - 2022 a 2024.



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

No Finalístico, os dados não apresentam uma tendência específica. Enquanto nas dotações do finalístico próprio da Sudam, proveniente de destaques orçamentários de outros órgãos e emendas individuais os pagamentos de restos a pagar apresentaram tendência de queda, nas dotações de emendas de bancada e do FDA houve tendência de aumento no volume de pagamentos de Restos a Pagar. Nas emendas de Relator, não foi identificada uma tendência clara, ocorrendo um aumento em 2023 e uma redução em 2024, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 14 – Evolução dos Restos a Pagar Pagos – Finalístico – 2022 a 2024.



Fonte: Tesouro Gerencial, 2025

Principais metas alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

Com base no orçamento administrativo discricionário, os dados demonstram que a Sudam atingiu a meta estabelecida no Planejamento Estratégico de executar, no mínimo, 95% de sua dotação orçamentária em 2024. O resultado foi de 99,98% no referido exercício, superando os valores alcançados em anos anteriores: 97,67% em 2022 e 99,88% em 2023. Assim, observa-se que a Sudam executou adequadamente o seu orçamento de 2024, mantendo o percentual empenhado em níveis bastante elevados.

O principal desafio para os próximos exercícios consiste em adequar o quadro de pessoal da unidade responsável pela gestão orçamentária e financeira da Sudam, considerando o seu quantitativo atual reduzido.

3.6.2.2. Gestão de Pessoas

Para coordenar as atividades relativas à Gestão de Pessoas na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Pessoal.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a Sudam observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. As principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão de pessoas na Sudam são os seguintes:

- Resolução Dicol/Sudam nº 25, de 07 de outubro de 2010, que trata da Avaliação de Desempenho Individual e Institucional, no âmbito da Sudam;
- Resolução Dicol/Sudam nº 22, de 1º de fevereiro de 2018, que institui a Política de Gestão de Pessoas da Sudam;
- Resolução Normativa Dicol/Sudam nº 18, de 28 de junho de 2024, que dispõe sobre a jornada de trabalho e o registro e controle de frequência dos servidores da Sudam;
- Portaria Sudam nº 12, de 25 de março de 2024, que trata do Programa de Gestão na Sudam;
- Registros dos atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria no E-pessoal;
- Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Orientação dos servidores em relação a normas e procedimentos de gestão de pessoas por meio de ofícios circulares e outros instrumentos.

Avaliação da Força de Trabalho

Com relação à força de trabalho, atualmente a Sudam conta com o seguinte quadro funcional:

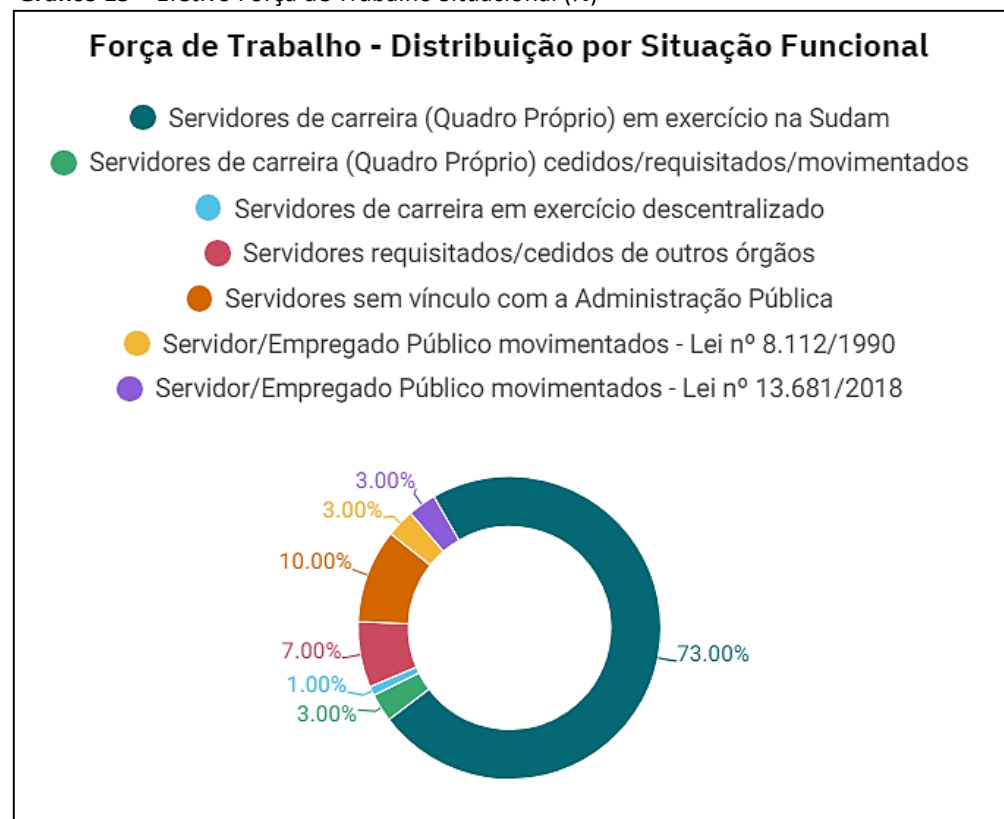
Tabela 19 – Efetivo Força de Trabalho

Categorias	Quantidade
Servidores de carreira (Quadro Próprio) em exercício na Sudam	113
Servidores de carreira (Quadro Próprio) cedidos/requisitados/movimentados	5
Servidores de carreira em exercício descentralizado	2
Servidores requisitados/cedidos de outros órgãos	10
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	16
Servidor/Empregado Público movimentados - Lei nº 8.112/1990	5
Servidor/Empregado Público movimentados - Lei nº 13.681/2018	4
TOTAL	155

Fonte: SIAPE, 2025.

Conforme Gráfico 15, é possível visualizar a força de trabalho da Sudam distribuída por situação funcional em percentuais. Observa-se que 76% da Força de Trabalho da Sudam é composta por servidores de carreira do quadro próprio, embora 3% esteja cedido, requisitado ou movimentado para outros órgãos.

Gráfico 15 – Efetivo Força de Trabalho Situacional (%)



Fonte: SIAPE, 2025.

Analisando a evolução da força de trabalho da Sudam desde 2014, demonstra-se que esta teve seu ápice no período entre 2015 e 2017, após ingresso dos servidores oriundos do último concurso público realizado, e que entrou em declínio a partir de 2018. Demonstra-se ainda que a força de trabalho atual é menor que a força de trabalho do período anterior ao ingresso dos servidores advindos do concurso público, impactando a manutenção de uma base sólida formada por profissionais de carreira que fortaleça o desempenho institucional.

Tabela 20 - Evolução da Força de Trabalho (2014-2024)

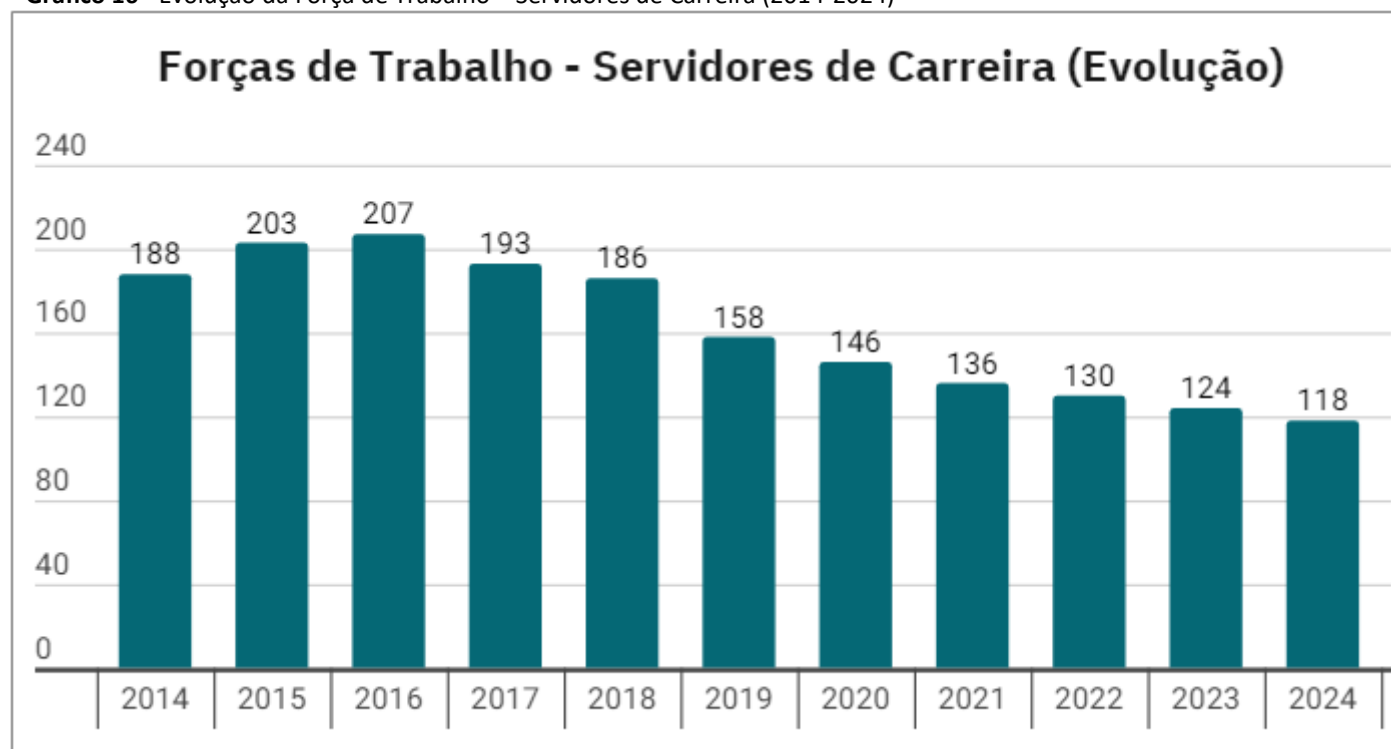
Categoria	Quantidade por Ano										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Servidores de carreira (quadro próprio)	188	203	207	193	186	158	146	136	130	124	118
Servidores de carreira em exercício descentralizado (PF)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores de carreira cedidos de outros órgãos	3	2	1	5	5	10	8	9	5	5	10
Servidores sem vínculo com a Administração Pública	17	20	14	15	15	18	18	16	9	17	16
Empregados públicos / Servidores movimentados	0	0	0	9	7	5	4	5	6	5	9
TOTAL	210	227	224	224	215	193	178	168	152	153	155

Fonte: SIAPE, 2025.

Conforme os dados apresentados na Tabela 20, de 2016 até 2024, observa-se uma redução de cerca de 31% na força de trabalho da Sudam, o que se mostra incompatível com o importante papel da autarquia de promoção do desenvolvimento regional na Amazônia Legal, considerando os diversos instrumentos de ação geridos e as complexidades enfrentadas na região.

Ao analisar a evolução da força de trabalho da Sudam quanto aos servidores de carreira, conforme o Gráfico 16, observa-se uma redução de 42% no quadro no período de 2016 a 2024.

Gráfico 16 - Evolução da Força de Trabalho – Servidores de Carreira (2014-2024)



Fonte: SIAPE, 2025.

Há dificuldades em manter na Sudam uma base sólida formada por profissionais de carreira, em razão da elevada rotatividade de pessoal, ocasionada pela ausência de uma carreira especializada que corrija as distorções salariais existentes em comparação a outras carreiras já estruturadas. Essa dificuldade de retenção do capital intelectual prejudica a realização de atividades da área finalística e da área meio, comprometendo a governança institucional.

Consoante as dificuldades apontadas, entende-se como necessária a implementação de carreira especializada, inclusive, para a realização de concurso público, pois representa um fator de atratividade, estimulando o ingresso e reduzindo a rotatividade. Ademais, a perda prematura de servidores representa de forma cabal o desperdício de treinamento e de esforços consideráveis para formar e manter um quadro funcional de excelência.

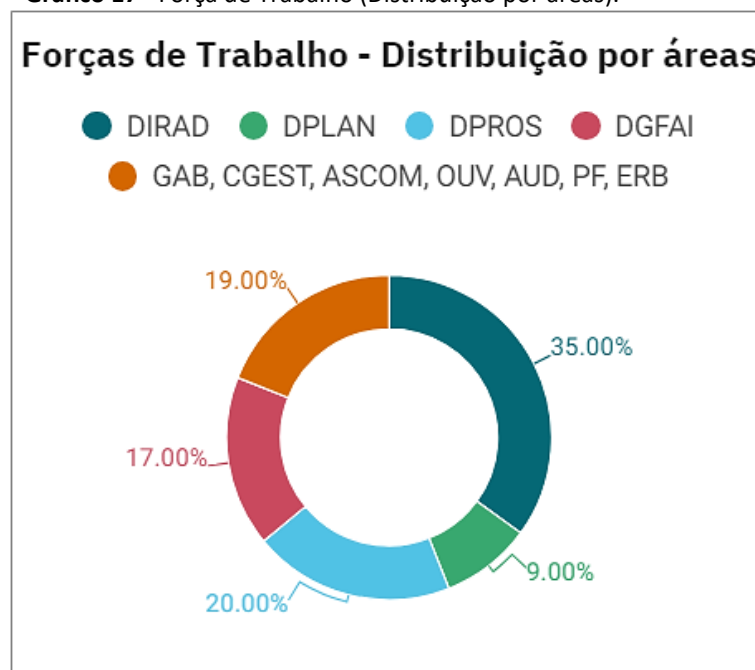
A seguir, apresenta-se a força de trabalho da Sudam distribuída por áreas:

Tabela 21 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).

Área	Unidades	Quantidade
ÁREA MEIO	DIRAD	52
ÁREA FINALÍSTICA	DPLAN	14
	DPROS	30
	DGFAI	26
ÁREA DE APOIO	GAB, CGEST, ASCOM, OUV, AUD, PF, ERB	28
TOTAL		150

Fonte: SIAPE, 2025.

Gráfico 17 - Força de Trabalho (Distribuição por áreas).



Fonte: SIAPE, 2025.

A seguir, apresenta-se a força de trabalho e a ocupação dos cargos de liderança da Sudam por gênero:

Tabela 22 - Força de Trabalho e Cargos de Liderança por gênero

Gênero	Força de Trabalho		Cargos de Liderança	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Feminino	59	38%	15	35%
Masculino	96	62%	28	65%

Fonte: SIAPE, 2025.

Para contribuir no fortalecimento da força de trabalho da Sudam, encontra-se em trâmite proposta para que os servidores desta instituição, bem como da Sudene e Sudeco, integrem o plano de carreiras da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Quanto aos servidores em condições de aposentadoria, destaca-se que 18% do quadro próprio estão de abono permanência, evidenciando o risco de comprometer as atividades desta autarquia.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Durante o exercício de 2024, a principal ação foi ampliar a força de trabalho, sendo solicitada autorização para realizar concurso público para provimento de 59 vagas. A solicitação encontra-se em análise no Ministério da Gestão e Inovação.

A Sudam também solicitou a redistribuição de servidores da RENORT/MGI, bem como solicitou servidores/empregados públicos reenquadrados com fundamento na EC nº 98/2017 e nos termos do art. 13º e parágrafos da Lei nº 13.681/2018, dos antigos territórios do Amapá e Roraima. Essa última ação resultou no ingresso de 04 servidores/empregados públicos.

A Sudam conta ainda com 05 estagiários que foram submetidos ao processo seletivo para estágio não obrigatório, havendo a necessidade de preenchimento de 7 vagas, totalizando as 12 que a Sudam tem direito, considerando o percentual de 8% da força de trabalho da instituição, segundo a legislação. Além disso, a Sudam dispõe de 77 postos terceirizados de mão de obra exclusiva.

Detalhamento da Despesa de Pessoal Ativo

No que tange ao detalhamento da despesa de pessoal, houve ampliação das despesas com pessoal ativo e com aposentadoria e pensões civis em comparação com os exercícios anteriores (2022 e 2023). A despesa com aposentadoria e pensões civis foi impactada pela concessão de aposentadorias voluntárias e pensões civis em 2024. A despesa com ativos civis foi impactada pela progressão funcional e pela ocupação de cargos/funções vagos no exercício anterior.

Tabela 23 – Despesa com Pessoal (2022-2024).

DESPESA DE PESSOAL	2022	2023	2024
Aposentadoria e pensões civis	R\$ 8.980.833,18	R\$ 9.561.566,08	R\$ 10.017.144,51
Ativos civis	R\$ 18.305.557,07	R\$ 19.139.940,76	R\$ 20.893.457,23

Fonte: SIAPE, 2025.

Estratégias de Valorização por Desempenho e Levantamento de Necessidades de Treinamento

A valorização das pessoas com foco na excelência da prestação de serviços constitui um dos objetivos estratégicos da Sudam, na perspectiva do aprendizado e crescimento, segundo o seu Planejamento Estratégico Institucional 2021 - 2024. Nessa perspectiva, a Sudam investe em ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, cujas temáticas estejam contempladas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas, um dos instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP, criada por meio do Decreto nº 9.991/2019, como estratégia de valorização dos servidores por desempenho, a fim de contribuir ao aperfeiçoamento e pleno desempenho de suas atribuições.

Na busca pela excelência na prestação dos serviços, a Sudam elaborou o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP para o exercício de 2024, visando o atendimento das necessidades de treinamento em conformidade às orientações do órgão central do SIPEC. As ações de desenvolvimento basearam-se nas necessidades de desenvolvimento registradas no Plano pelas unidades organizacionais, totalizando 89 necessidades, representando o esforço da organização pela efetividade das atividades, alinhadas com os objetivos estratégicos e com as metas globais.

Nesse sentido, foram ofertados cursos, seminários, workshops, oficinas, dentre outros, promovidos por escolas de governo, como a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, conforme orientações da Manifestação Técnica do órgão central do SIPEC, e outros entes (Fundação Bradesco), sem custos e, promovidos por empresas de treinamento, com custos, quando a necessidade não pode ser atendida por escola de governo, tanto em modalidade online (sem deslocamento), quanto presencial (com e sem deslocamento) e remoto (ao vivo e online), primando pela maior eficácia e eficiência no gasto dos recursos disponíveis para o desenvolvimento dos servidores.

Uma das dificuldades para o alcance das metas de capacitação e treinamento dos servidores, cujo investimento foi no valor de R\$ 113.109,20 (cento e treze mil, cento e nove reais e vinte centavos), foi o bloqueio e contingenciamento orçamentário dos recursos administrativos discricionários de 2024, gerando a adoção, por parte da Administração, de medidas para mitigar os riscos de insuficiência orçamentária e comprometimento do funcionamento da entidade. Uma dessas medidas foi a suspensão das contratações de prestadores de serviços para capacitação, impossibilitando a execução integral do investimento em capacitação.

Apresenta-se, a seguir, os dados da execução do Plano referentes aos investimentos em capacitação e a quantidade de eventos realizados, demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 24 – Capacitações em 2024

	Eventos de Capacitação com Custos	Eventos de Capacitação sem Custos	Total
Número de Eventos Ofertados	8	41	49
Número de Participantes	22	16	38

Fonte: SIAPE, 2025.

Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) foi implantado na Sudam em 2021, por meio da Portaria nº 236, de 13/12/2021. Em 2024, houve necessidade de adequações no regulamento do PGD, em conformidade com o previsto na Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023, a fim de adequar-se às orientações, critérios e procedimentos gerais relativos à implementação do Programa de Gestão e Desempenho-PGD, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI.

O Sistema de Gestão e Governança (SGG), criado e utilizado pela Sudam para condução do PGD foi substituído pelo sistema PETRVS, recomendado pelo MGI, após adesão da Sudam a esse sistema, sem ônus financeiro à autarquia. Em 2024, 81 servidores participaram do PGD, sendo 23 na modalidade presencial e 58 em teletrabalho parcial.

Ações Voltadas à Qualidade de Vida do Servidor

No ano de 2024 foram realizados 05 (cinco) eventos preventivos em saúde e qualidade de vida, com palestras, verificação de pressão arterial, dosagem de glicemia, ginástica laboral, em parceria com a GEAP e suas conveniadas. No total, foram registradas 261 participações de servidores nos eventos realizados.

- ✓ Julho Amarelo – Mês de Conscientização Contra as Hepatites Virais;
- ✓ Dia Nacional de Combate ao Colesterol e Homenagem aos Pais;
- ✓ Síndrome de Bournout e a Campanha Setembro Amarelo;
- ✓ Campanha Outubro Rosa e Homenagem ao Dia do Servidor Público; e
- ✓ Campanha Novembro Azul;

Foram realizados ainda os Exames Médicos Periódicos (EMP), destinados aos servidores ativos e em exercício na autarquia, por intermédio do convênio nº 01/2024 celebrado entre a Sudam e a GEAP Autogestão em Saúde, em observância ao art. 206-A da Lei 8.112/1990. Do total de 143 servidores convocados para realização do EMP, 81 concluíram os exames (56,64%).

Principais Metas não Alcançadas, Principais Desafios, Ações e Perspectivas para os Próximos Anos

A principal meta não alcançada em 2024 está relacionada à realização de pesquisa de clima organizacional na Sudam. Apesar do projeto da pesquisa ter sido elaborado, não foi possível aplicá-la em virtude da exiguidade de tempo, tendo em vista a sobrecarga de trabalho das unidades envolvidas na realização da pesquisa.

Os principais desafios na área de gestão de pessoas da Sudam são:

- Redução do quadro de servidores ativos devido aposentadorias, movimentações e exonerações de servidores;
- Realização de concurso público visando a recomposição do efetivo da força de trabalho; e
- Aprovação do Plano de Cargos e Carreiras em conjunto com SUDENE e SUDECO.

As principais ações e perspectivas para os próximos anos na área de gestão de pessoas da Sudam são:

- Implementação da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC);
- Atualização da Política de Gestão de Pessoas;
- Atualização da Norma de Capacitação dos Servidores;
- Ampliação de GSISTES de outros sistemas; e
- Capacitação, incluindo curso de Inglês para todos os servidores.

3.6.2.3. Gestão de Licitação e Contratos

Para coordenar as atividades relativas à gestão de licitações e contratos na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos, da qual faz parte a Coordenação de Licitações e Contratos.

Conformidade Legal

O processo de trabalho relativo às atividades de licitações e contratos teve como base os pressupostos estabelecidos nas legislações vigentes em 2024, tais como a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 1.024, de 20 de setembro de 2019 (Pregão eletrônico), a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, o Decreto nº 11.462, de 31 de março de

2023, a IN/SEGES/MPDG nº 05 de 2017 (Contratação de serviços), a IN n.º 01/SEGES/2019, a IN SEGES nº 73/2020, a IN SEGES nº 40/2020, a IN SEGES/ME nº 65/2021, a IN SEGES/ME nº 67/2021, a Portaria nº 443, de 27.12.2018, a Orientação Normativa/SEGES nº 02, de 06 de junho de 2016, e os instrumentos de padronização dos procedimentos de contratação. A atuação nessas atividades acompanha as mudanças advindas na legislação.

A Sudam conta com Procuradoria Federal - PF, vinculada à Procuradoria-Geral Federal, que contribui para que os processos que tratam da matéria ganhem segurança jurídica, uma vez que a análise e o opinamento nos mesmos possibilitam ganhos na conformidade das contratações com as normas, principalmente com a legislação relativa a licitações e contratações públicas.

Além disto, a Auditoria-Geral contribui para melhoria da governança e gestão das aquisições de bens e serviços, bem como para a licitação e gestão dos contratos, quando dos trabalhos operacionais realizados nas áreas. A referida unidade orienta e solicita correções a fim de que todas as características, critérios e parâmetros exigidos sejam alcançados, contribuindo para conformidade e aperfeiçoamento da gestão.

Nas Licitações, adotam-se as listas de verificação instituídas pela Orientação Normativa SEGES/DELOG/MP nº 02/2016. Os pregoeiros, a fim de racionalizar procedimentos, seguem a orientação de adotar as padronizações de minutas de editais da Advocacia-Geral da União relativo às licitações.

Nos casos de ocorrência de infração às obrigações ou do comportamento de licitantes nas licitações, a autarquia, por meio das unidades que possuem a gestão contratual, tem aberto os procedimentos para aplicação das sanções previstas com a formalização de processo administrativo e com devido exercício da garantia do contraditório e da ampla defesa pelas empresas envolvidas. Em 2024, foi aberto somente um procedimento apuratório na Sudam.

Resumo dos Valores de Contratações:

As contratações concluídas em 2024 estão descritas na Tabela a seguir:

Tabela 25 – Resumo dos Valores de Contratações em 2024		
Tipo	Quantidade	Valor (R\$)
Renovações	16	13.895.158,72
Pregões - Sudam	9	1.367.594,40
Pregão – Participação em ATA (SRP)	2	301.537,00
Pregão – Adesão em Ata (SRP) - Carona	3	961.827,00
Inexigibilidade Lei nº 14.133/21	12	338.367,20
Dispensa (Lei nº 14.133/21)	12	342.597,83

Fonte: Painel de Compras, adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2025

As contratações em 2024 na Sudam favoreceram as áreas de Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Comunicação e Marketing Institucional, Gestão Administrativa e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes no exercício de 2024 foram:

- Aquisição de Trator agrícola 4x4, plataformado e motor diesel com potência mínima de 85 cv e aquisição de Motor 5,5 Hp com Rabeta. Tais contratações associam-se com o objetivo estratégico de “Apoiar projetos e iniciativas de entres nacionais e subnacionais com recursos federais”;
- Aquisição de Microcomputador com headset e monitor multimídia e aquisição de Notebook. Tais contratações associam-se com o objetivo estratégico de “Prover soluções de tecnologia da informação modernas e adequadas aos processos de trabalho”
- Aquisição de splits. Tal contratação associa-se com o objetivo estratégico “Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho”.

Modalidade Pregão

Entre as adesões e licitações próprias foram concluídos 14 (quatorze) pregões em 2024, conforme Tabela 26.

Tabela 26 – Modalidades Pregão em 2024

Modalidade	Quantidade	Valor Global (R\$)	Valor Contratado (R\$)
Adesão à Ata de Registro de Preço – ARP	03	961.827,00	961.827,00
Participação em Ata de Registro de Preço	02	952.537,00	301.537,00
Pregão Eletrônico Tradicional	09	51.111.441,52	1.367.594,40
Total Geral da Modalidade	14	53.025.805,52	2.630.958,40

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2025

Contratações diretas

A dispensa de licitação teve como principal aplicação as contratações de serviços e as aquisições de bens “em razão do valor” (contratações com disputa), fundamentadas no art. 75, inciso I e II, da Lei nº 14.133/2021, resultando na utilização do procedimento de “dispensa eletrônica”,

regulamentado pela IN SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021. Além da quantidade de procedimentos de dispensa concluídos constante na Tabela 27, registra-se que 6 (seis) processos não resultaram em contratações (contratação fracassada ou deserta).

Tabela 27 – Dispensas de Licitações em 2024

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor Contratado (R\$)
Dispensa inciso I, art. 75	14.133/2021	4	186.934,93
Dispensa inciso II, art. 75	14.133/2021	7	135.492,40
Dispensa inciso IX, art. 75	14.133/2021	1	20.170,50
Total Geral da Modalidade		12	342.597,33

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2025

No exercício de 2024, a forma de contratação “inexigibilidade de licitação” foi utilizada, em sua maioria, nas contratações de cursos de curta e média duração, voltados à capacitação dos servidores da Sudam. Os valores mais representativos nesta modalidade foram a contratação da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA, no valor de R\$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais) e o patrocínio do evento/projeto denominado "5º Tarauacá Rural Show 2024", promovido pela Associação Dos Produtores Rurais De Tarauacá, realizado no município de Tarauacá-AC, no período de 12 a 15/09/2024, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Tabela 28 - Tipos De Inexigibilidades – 2024

Modalidade	Lei nº	Quantidade	Valor Contratado (R\$)
art. 74, inciso I	14.133/21	1	117.600,00
art. 74, inciso III, alínea c	14.133/21	1	11.548,00
art. 74, inciso III, alínea f	14.133/21	9	109.219,00
art. 74, caput	14.133/21	1	100.000,00
Total Geral da Modalidade		12	338.367,20

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2025

Tabela 29 – Resumo das Contratações Diretas – 2024

Modalidade	Quantidade	Total (R\$)
Dispensa	12	342.597,83
Inexigibilidade	12	338.367,20
Total Contratação Direta	24	680.965,03

Fonte: SIASG/Comprasnet adaptado pela CLIC/CGALC/DIRAD, 2025

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

A Sudam, ao longo dos últimos anos, tem alcançado metas e desafios para a área de contratações e renovações de instrumentos voltados para sua manutenção geral e as atividades finalísticas, por meio do atendimento das demandas. A busca pela melhor solução envolve todos os atores, a fim de cristalizar as demandas contidas no plano anual de compras e renovações contratuais elaborado para cada exercício.

Os principais desafios na gestão de licitações e contratos são:

- Concluir a licitação de registro de preço para serviço de engenharia;
- Concluir o processo de instalação dos elevadores dos Blocos A e B;
- Concluir o processo de Retrofit da subestação do Bloco B;
- Manter a modelagem oferecida pela AGU para os editais;
- Produzir norma para o plano anual de contratações;
- Produzir norma sobre sanções administrativas;
- Produzir relatórios gerenciais de risco na forma prevista no Decreto nº 10.947, de 25/01/2022;

No que se refere às ações e perspectivas, sob a ótica das licitações, entende-se que a Sudam deverá ultimar esforços em relação aos desafios enumerados, a fim superá-los a partir da capacitação dos agentes requisitantes, a fim de mitigar problemas de construção do termo de referência ou projeto básico ou da formação do valor do procedimento licitatório, agregando eficiência na instrução processual.

3.6.2.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Para coordenar as atividades relativas à gestão patrimonial e infraestrutura, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Administração, Licitações e Contratos, da qual faz parte a Coordenação de Gestão Administrativa.

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

A conformidade da Gestão Patrimonial e de Infraestrutura da Sudam se deu pela observância das seguintes normas e mecanismos de controle: Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Lei nº 14.133, de 2021; Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022; Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020; Portaria ME nº 1.708, de 12 de fevereiro de 2021; Portaria Conjunta nº 28, de 24 de março de 2021; Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021; Manual de Normas e Procedimentos para o Controle do Acesso e Circulação Interna na Sudam; Instruções Normativas nº 05/2017, 40/2020; 65/2021, 67/2021, 58/2022 e 91/2022; Regimento Interno da Sudam; Relatórios de Auditoria Interna; e Sistemas Eletrônicos: SEI, ComprasNet e seus módulos, Portal SIPEC e seus módulos, Programa de Gestão de Desempenho – PETRVS, Sistema Fonte de Preços e Sistema de Acesso/Catracas da Sudam.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Ao longo de 2024, foi executado o Serviço de Reforma/Revitalização dos 3º e 6º andares do Bloco C da Sudam. Complementarmente, foram realizados registros de preços para aquisição de itens de investimento, que culminaram em celebrações contratuais/aquisições, conforme o quadro a seguir.

Quadro 15 – Investimentos de capital em 2024: Infraestrutura e equipamentos

Objeto	Área de Intervenção	Valor Anual Contratado (R\$)	Valor Executado (R\$)	Justificativa
Serviços comuns de engenharia para a revitalização de áreas do complexo predial da Sudam.	3º e 6º andares do Bloco C.	865.207,65	415.527,84	Tratam-se de investimentos que promoverão melhorias estruturais no complexo predial da Sudam, através da valorização do patrimônio da Autarquia, otimização de utilização de espaços, adequação nos fluxos de pessoas e na acessibilidade, além dos impactos positivos no consumo de água e energia elétrica. O resultado da contratação também atenderá demandas legais junto a órgãos fiscalizadores e também permitirá melhores condições de trabalho para os servidores e colaboradores da Sudam, através de maior conforto nas

				instalações prediais, influenciando em ganhos no desempenho das equipes de trabalho.
Aquisição de mobiliário administrativo (ARP)	Diversos espaços administrativos da Sudam	896.512,00	245.512,00	A identificação da necessidade de substituição de mobiliários antigos da Sudam, em especial aqueles que comprometiam a saúde ergonômica de servidores/colaboradores que atuam na autarquia, motivou a aquisição, além se objetivar maior incremento na capacidade de atuação de servidores e colaboradores.
Aquisição de Equipamentos de Refrigeração (ARP)	Diversos espaços administrativos da Sudam	1.845.970,00	185.910,00	As deficiências identificadas no serviço de refrigeração do complexo predial da Sudam evidenciaram a necessidade de substituição do parque de equipamento de refrigeração da autarquia, o que motivou a aquisição dos equipamentos, objetivando maior conforto nas instalações prediais e consequentemente, influenciando em ganhos no desempenho das equipes de trabalho.

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Os investimentos realizados elencados acima têm impacto direto no alcance do objetivo estratégico "Executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho".

No Plano de Contratações (PGC) para o ano de 2024, foram previstas 56 (cinquenta e seis) contratações, das quais foram efetivadas 28 (vinte e oito). A diferença entre a previsão inicial de contratação e os valores efetivamente executados ao longo de 2024 foi de 38,70%, conforme é demonstrada no quadro 16.

Quadro 16 – Contratações Previstas e Executadas em 2024

OBJETO	VALOR PREVISTO PGC 2024 (R\$)	VALOR EXECUTADO 2024 (R\$)	DIFERENÇA %	Observação
Serviço de chaveiro	4.025,04	2.000,00	50,3%	-
Serviço de carregador e montagem e desmontagem de móveis	33.198,12	54.999,63	- 39,64%	-
Serviço de vigilância armada	822.965,04	1.011.570,96	- 18,64%	-
Prestação de serviço de limpeza e conservação - áreas internas - 44 horas semanais diurnas - produtividade 800 a 1200 m2	1.104.245,76	1.058.153,78	4,2%	-

Prestação de serviços de apoio administrativo	1.863.000,00	1.878.256,59	- 0,81%	-
Serviço Jardinagem	29.642,16	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Transporte rodoviário - pessoal por automóveis - região metropolitana de Belém - taxigov Pará	25.000,00	81.600,00	- 226,4%	-
Prestação de serviço de transporte para servidor dentro da região metropolitana de Brasília/DF - taxigov DF	5.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (sem disponibilidade de adesão para o serviço taxigov no DF)
Serviço de transporte para servidor para deslocamento em áreas rurais	80.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Aquisição de café e açúcar	24.192,00	8.380,00	65,4%	Contratação parcialmente efetuada (Café: licitação deserta)
Aquisição de material de expediente	30.000,00	17881,46	40,4%	-
Aquisição de material gráfico	67.965,00	56.607,40	16,7%	-
Serviço de apoio administrativo gráfico	82.726,92	240.989,04	- 291,31%	O valor inicialmente previsto no PGC 2024 contemplava somente 1 posto de serviço, porém a demanda da gráfica Sudam justificou o aumento para 3 postos de serviço, elevando o valor contratado
Aquisição de água mineral	67.896,00	13.500,00	80,1%	-
Pagamento de seguro veicular	3.445,40	1.113,87	68%	-
Pagamento anual de IPTU	56.000,00	40.844,08	27%	-
Manutenção predial	350.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (não renovação contratual por parte da empresa contratada)
Manutenção e lavagem de veículo oficial	10.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Fornecimento de água e coleta de esgotos sanitários	90.000,00	117.600,00	- 23,47%	-
Manutenção dos elevadores	50.000,00	94.000,00	- 46,81%	-
Combate a pragas urbanas	22.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Não houve necessidade de contratar em 2024)
Manutenção e recarga dos extintores de incêndio	10.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Não houve necessidade de contratar em 2024)
Serviço de análise de qualidade de ar	10.000,00	7.999,86	20%	-
Limpeza de reservatórios de água e sistemas de esgotos	60.000,00	12.280,00	79,5%	-
Manutenção sistema de refrigeração	165.000,00	174.480,00	- 5,43%	-
Fornecimento de energia	720.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contrato atual continuado. Não houve necessidade de contratar em 2024)

Manutenção preventiva e corretiva das subestações e suas instalações	178.000,00	169.606,38	4,7%	-
Serviço de transporte de mobília de servidores	120.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (não houve demanda)
Locação de equipamento reprográficos	74.493,56	76.140,00	- 2,16%	-
Contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens aéreas nacionais	545.002,00	1.817.206,66	- 233,43%	-
Contratação de empresa especializada para recuperação/reparo de espaços físicos	55.000,00	58.742,42	- 6,80%	-
Aquisição de cafeteira elétrica industrial	5.000,00	3.385,00	32,3	-
Aquisição de mobiliário	122.000,00	77.728,40	36,3%	-
Aquisição de equipamento para fragmentar papeis	35.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Aquisição de equipamentos de refrigeração	535.000,00	185.910,00	65,3%	-
Contratação do serviço de 01 (um) motorista para o escritório regional do distrito federal - ERDF da Sudam	54.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Contratação de serviço de locação de 01 (um) veículo institucional para o ERDF da Sudam	48.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Contratação do serviço de mão de obra exclusiva de 01 (um) apoio administrativo para o ERDF da Sudam	72.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Contratação do serviço de sanitização ambiental dos espaços ocupados e de uso comum na Sudam	58.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Contratação do serviço de manutenção dos equipamentos que compõem o parque gráfico da Sudam	20.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Contratação do serviço de retirada de entulho decorrente da revitalização do 3º e 6º andares da Sudam.	58.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Contratação do serviço de poda/supressão de vegetais nas dependências físicas da Sudam	50.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Aquisição de combustível para abastecimento de 02 veículos da Sudam	50.000,00	47.930,00	4,1%	-
Contratação do serviço de mão de obra exclusiva de 01 motoristas e 01 auxiliar administrativo (ERDF) e 05 auxiliares administrativos IV (diretorias Sudam)	550.799,52	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)

Serviço de reforma no bloco B	1.000.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Serviços complementares no 3º e 6º andares e reparos no arquivo central, antigo SAMS, térreo bloco C (sala MDS) e estacionamento	1.000.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Serviço de aquisição, desinstalação e instalação de elevador para atender o bloco b da Sudam	300.000,00	466.000,00	- 55,33%	-
Serviços complementares de revitalização do lago da Sudam	30.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Serviço de estruturação do escritório de representação da Sudam no estado do Acre	1.000.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Serviço de elaboração e aprovação de projeto de sistema de prevenção e combate a incêndios e pânico	40.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Manutenção dos sistemas de acesso à Sudam, incluindo portão, catracas e software de gerenciamento	55.500,00	53.000,00	4,5%	-
Substituição da cabine de entrada em média tensão da Sudam	520.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Desmontagem de estrutura metálica da antiga escada de emergência	25.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Manutenção corretiva do barrilete de distribuição do reservatório de água localizado no bloco c	15.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Aquisição de televisores de tamanho de tela de 55 e 85 polegadas	16.713,59	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Serviços de instalações prediais elétricas, lógica e de telefonia para complementação dos serviços de revitalização do 3º e 6º andares	350.000,00	0,00	100%	Contratação não efetuada (Contingenciamento Orçamentário)
Total	12.768.810,11	7.827.905,53	38,70%	-

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Importa mencionar que o planejamento de contratações para 2024 foi fortemente impactado pelo contingenciamento orçamentário do governo federal, que obrigou a Diretoria de Administração da Sudam a priorizar as contratações indispensáveis e adiar diversas contratações para o ano de 2025.

Destaca-se que a administração da Sudam vem efetuando contratações, sempre que possível, para períodos maiores do que 12 (doze) meses, o que otimiza o trabalho e proporciona economia de escala na contratação, atendendo assim as recomendações contidas na Lei nº 14.133, de 2021. Além disso, a escolha pela celebração de Atas de Registro de Preços vem permitindo maior flexibilidade na tomada de decisão de quando contratar e na imobilização de recursos.

Desfazimento de ativos

No ano de 2024, em razão do período de defeso eleitoral, não foi possível realizar a instrução de doações de bens inservíveis pela Sudam. Estas ações estão previstas para serem executadas no ano de 2025. Assim, não houve alteração no quantitativo de bens inservíveis, conforme segue demonstrado na Tabela a seguir.

Tabela 30 – Desfazimento de Ativos em 2024

Itens	2023	2024	Desfazimento Realizado em 2024	Saldo ao final de 2024
Itens Patrimônio	2.073	1.949	0	1.949
Itens Almoxarifado	14.556	14.556	0	14.556
SOMA	16.629	16.505	0	16.505

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Locações de imóveis e equipamentos

No ano de 2024 não houve locação de imóveis. No tocante à equipamentos, foram realizados 2 (dois) contratos de locação:

- Serviço de locação de 2 (dois) veículos, sem motorista, no valor de R\$ 81.600,00; e
- Serviço de locação de 2 (dois) equipamentos reprográficos, no valor de R\$ 152.280,00.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No mês de janeiro de 2024, foi celebrado o Contrato de Cessão de Uso a Título Gratuito entre a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União - SPU no Pará, e a Sudam, o que habilitou a autarquia a participar efetivamente do Programa Racionaliza e dar continuidade com as celebrações dos Termos de Rateio e Compartilhamento de Área com os órgãos que ocupam espaços no Complexo Predial da Sudam. Foram cedidos, em 2024, espaços administrativos dentro do Complexo predial da Sudam para os seguintes órgãos:

Quadro 17 – Áreas Compartilhadas com Órgãos da União em 2024

Órgão/Entidade	Área Compartilhada	Local
Escritório da CODEVASF no Pará	293,27	1º Andar do Bloco I
Área de guarda de equipamentos da CODEVASF	900	Estacionamento
Escritório do MDS	43,82	Térreo do Bloco C
Escritório da RENORT/MIDR	52,91	2º andar do Bloco B
Escritório da Embratur	53,50	Térreo do Bloco C

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Tendo em vista a continuidade nos serviços de reforma/revitalização do 6º andar do Bloco C do Complexo Predial da Sudam, foram deslocadas internamente em 2024 as seguintes unidades:

- Procuradoria Federal – PF/Sudam: para o 1º andar do Bloco B;
- Auditoria Interna: para o 1º andar do Bloco B; e
- Coordenação-Geral de Planejamento Regional – CGPLA: para o 4º andar do Bloco C.

Metas não alcançada, principais desafios e ações futuras

As principais metas não alcançadas em 2024 na área de gestão patrimonial e de infraestrutura foram:

- Finalização da revitalização dos 3º e 6º andares da Sudam; e
- Ajustes de inventários de itens permanentes e de consumo.

Os principais desafios nesta área são:

- Finalização do ajuste dos saldos de almoxarifado e patrimônio no sistema SIADS;
- Finalização das ações de desfazimento;
- Continuidade na análise e finalização processual dos pleitos de doação de bens encaminhados para a Sudam; e
- Apoio para ajustamento de atualização do Plano de Logística Sustentável da SUDAM e sua execução efetiva.

Dentre as ações e perspectivas para os próximos anos, estão:

- i. Término da revitalização dos 3º e 6º andares do bloco C da Sudam;
- ii. Finalização dos ajustes nos Termos de Rateio dos órgãos que compartilham espaço no complexo predial da Sudam; e
- iii. Início de execução dos serviços de engenharia para recuperação dos Blocos A e B, além dos espaços da biblioteca e almoxarifado.

3.6.2.5. Gestão da Tecnologia da Informação

Para coordenar as atividades relativas à gestão da tecnologia da informação na Sudam, a Diretoria de Administração - DIRAD dispõe em sua estrutura da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações - CGTIC.

Conformidade legal

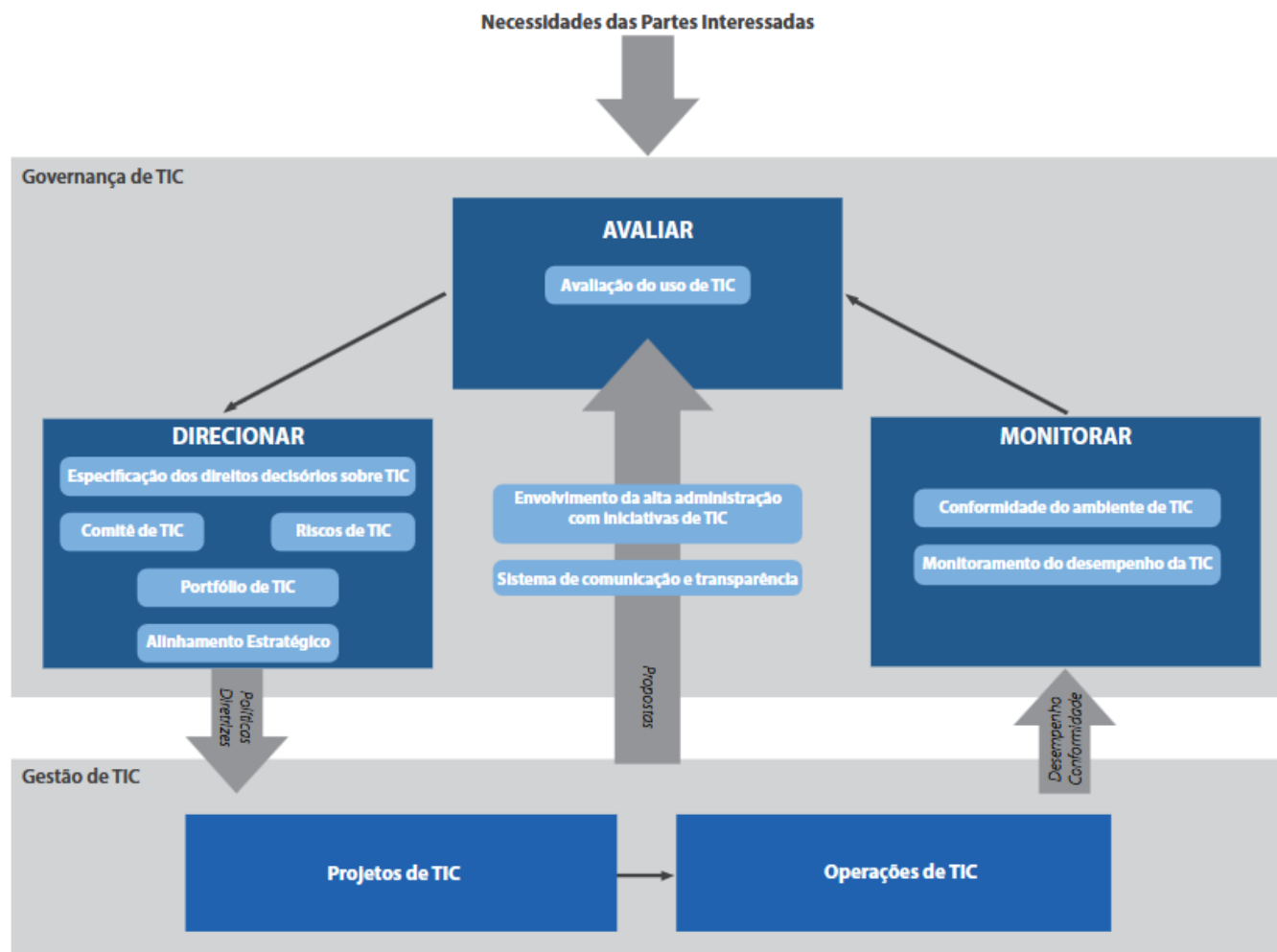
No que tange à gestão da tecnologia da informação, é observado e aplicado um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas para a Administração Pública Federal: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022; Portaria SGD/MI nº 852, de 28 de março de 2023; Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024; e Portaria SGD/MGI nº 6.618, de 25 de setembro de 2024.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TIC adotado na Sudam está alinhado aos padrões indicados no Guia de Governança de TIC do SISP versão 2.0 e tem como principal instância o Comitê de Governança Digital (CGD), o qual foi originalmente instituído pela Portaria nº 01, de 03 de janeiro de 2022, tendo sua estrutura revisada e alterada pela Portaria nº 57, de 26 de setembro de 2024, e é responsável por decidir sobre políticas, diretrizes, investimentos e planos relacionados à TIC e tem a missão de institucionalizar a Governança Digital na Sudam.

Enquanto a Governança de TIC é o sistema pelo qual a atual e a futura utilização da TIC é dirigida e controlada, envolvendo avaliar e direcionar a utilização de TIC para apoiar a organização e o acompanhamento deste uso para realizar planos, incluindo a estratégia e as políticas de utilização de TIC dentro de uma organização, a Gestão de TIC é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC em consonância com a direção definida pela função de governança a fim de atingir os objetivos corporativos. A Figura 6, a seguir, apresenta as funções básicas, bem como os papéis responsáveis, tanto pela governança, quanto pela gestão de TIC.

Figura 6 - Relacionamento entre as práticas de Governança de TIC.



Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

O modelo adotado agrega princípios e diretrizes que devem ser observados pela alta administração para que se aprimore a governança de TIC na organização, de acordo com as definições a seguir.

Quadro 18 – Princípios do Modelo de Governança de TIC

Princípio	Descrição
I – Foco nas Partes Interessadas	As estruturas de governança e gestão de TIC, bem como as estratégias, os planos, projetos e serviços de TIC, deverão ser desenvolvidos tendo como principal insumo as necessidades das principais partes envolvidas no uso de TIC (sociedade, alta administração e áreas de negócio da organização), alinhadas aos objetivos do setor público.
II - TIC como Ativo Estratégico	A governança de TIC deve ser implantada buscando o papel estratégico da TIC para contribuir, de maneira eficaz, com a sustentação dos serviços públicos providos pela organização e com a viabilização de novas estratégias.
III - Gestão por Resultados	As ações relacionadas à governança de TIC deverão ser implantadas considerando mecanismos para a medição e o monitoramento das metas de TIC, permitindo que a função de governança possa validar, direcionar, justificar e intervir nas estratégias e ações de TIC da organização, realizando benefícios com otimização de custos e riscos.
IV - Transparência	O desempenho, os custos, riscos e resultados das ações empreendidas pela área de TIC deverão ser medidos pela função de gestão de TIC e reportados à alta administração da organização e à sociedade por meio de canais de comunicação adequados, provendo transparência à aplicação dos recursos públicos em iniciativas de TIC e propiciando amplo acesso e divulgação das informações.
V - Prestação de Contas e Responsabilização	Os papéis e responsabilidades acerca das tomadas de decisão que envolvem os diversos aspectos de TIC deverão ser definidos, compreendidos e aceitos de maneira clara e sem ambiguidade, de forma a assegurar a adequada prestação de contas das ações, bem como a responsabilização pelos atos praticados.
VI - Conformidade	As ações relacionadas à governança de TIC deverão contribuir para que as ações de TIC cumpram obrigações regulamentares, legislativas, legais e contratuais aplicáveis

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Quadro 19 – Diretrizes do Modelo de Governança de TIC

Diretrizes
I - Desenvolver e implantar a governança de TIC, levando em consideração as especificidades e o nível de maturidade atual da organização.
II - Fomentar a integração visando o compartilhamento e a otimização dos recursos de TIC entre órgãos e entidades.
III - Definir, formalmente, no âmbito da organização: <ul style="list-style-type: none"> a. Os princípios e as diretrizes para a governança de TIC, específicas para o órgão e complementares às dispostas na Portaria SETIC/MP nº 19, de 29 de maio de 2017, se necessário;

- b. Os papéis e responsabilidades dos envolvidos nas tomadas de decisões sobre TIC;
- c. As estruturas envolvidas na governança de TIC;
- d. Os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TIC; e
- b. e. As interfaces entre as funções de governança e gestão de TIC.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Montante de recursos aplicados em TI

Em 2024, a Sudam, por meio da CGTIC, alcançou resultado similar ao do ano anterior no percentual de aplicação de recursos em TI. Em 2023, a execução foi de 100% do orçamento disponibilizado, todo na rubrica Custeio. Enquanto que em 2024, a execução foi de 99% do total disponibilizado, conforme tabela a seguir:

Tabela 31 – Recursos Aplicados em TI em 2024

Elemento de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhado	Executado absoluto	%
Investimento	1.090.984,00	772.562,00	772.562,00	772.562,00	100%
Custeio	917.621,00	637.871,09	625.154,72	625.154,72	98%
Total	2.008.605,00	1.410.433,09	1.397.716,72	1.397.716,72	99%

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Entretanto, observou-se um aumento de cerca de 98% no montante de recursos aplicados em TI na Sudam em 2024 em comparação a 2023, cujo valor executado foi de R\$ 705.600,00.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Em 2024, as contratações mais relevantes estão listadas no quadro a seguir:

Quadro 20 – Contratações/Aquisições mais relevantes de recursos de TI em 2024

Contrato	Objeto	Resultado
05/2022 – 4º Termo Aditivo	Contratação de empresa especializada em serviços de mão-de-obra especializada em TIC.	A prorrogação contratual permitiu dar continuidade no desenvolvimento de novos sistemas finalísticos e também realizar manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas em sistemas finalísticos já em produção.
10/2019 – 6º Termo Aditivo	Serviço de Acesso Dedicado à Internet, através de links redundantes.	O acesso à internet é, atualmente, considerado um serviço essencial no mundo corporativo. A Sudam, além de disponibilizar acesso externo aos seus sistemas finalísticos, SEI e outros sistemas da área meio, também necessita de acesso aos sistemas estruturantes e uma outra gama de serviços disponibilizados pelo Governo Federal. Assim, a prorrogação contratual permitiu dar continuidade à conexão da autarquia à internet mundial.
25/2023 – 1º Termo Aditivo	Subscrição de licenças de uso da plataforma de softwares e serviços Microsoft 365.	A plataforma de softwares e serviços Microsoft 365 hoje, se constitui na solução padrão de colaboração e produtividade da Sudam, tornando-se essencial e imprescindível à execução das rotinas administrativas e técnicas por parte dos servidores e colaboradores da autarquia, e até mesmo ao atingimento da missão institucional.
18/2024	Aquisição de Material Permanente de TIC - Desktops	Considerando que o parque de desktops da Sudam encontra-se tecnologicamente defasado, com cerca de 80% dos equipamentos já sem cobertura de garantia dos fabricantes, através da referida contratação prevista no PDTIC 2023/2024, iniciou-se o projeto de modernização tecnológica desse parque, com a aquisição de 104 (cento e quatro) desktops. A segunda etapa do projeto deverá ser executada em 2025, com a aquisição de mais 50 (cinquenta) desktops similares, para atendimento das necessidade de todo o efetivo de servidores da autarquia, em atendimento ao planejado no PDTIC Sudam 2025/2026.
19/2024	Aquisição de Material Permanente de TIC - Notebooks	No caso do Contrato nº 19/2024, o objeto foi a aquisição de 21 (vinte e um) novos e modernos notebooks, para a modernização tecnológica do parque desses equipamentos na Sudam, que já se encontram todos sem cobertura de garantia dos fabricantes. A referida contratação também estava prevista no PDTIC 2023/2024 e uma segunda etapa de aquisição de novos notebooks está prevista para 2025, planejada no PDTIC 2025/2026.
11/2024	Subscrição de licenças de softwares de Design Gráfico.	A contratação foi planejada e executada para atender as necessidades da ASCOM, GRÁFICA, OUVIDORIA e CGTIC, através da subscrição de licenças da plataforma Adobe Creative Cloud e da plataforma CorelDraw Graphics Suite, ambas com uma gama imensa de aplicativos de editoração eletrônica e design gráfico.

2024NE000122	Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC)	Com o encerramento do ciclo final do contrato anterior, e com a CGTIC ainda em fase de estudo de novas tecnologias para a composição da futura solução de telefonia fixa do órgão, a Sudam celebrou por 12 (doze) meses um contrato de serviços de telefonia fixa com a empresa CLARO S.A. Até o final desse contrato, que ocorrerá em meados de maio/2025, a nova solução já deverá estar contratada – projeto que consta no PDTIC Sudam 2025/2026.
07/2024	Contratação de Serviços de Certificação Digital do tipo A3, e-CPF e e-CNPJ com vigência de 36 (trinta e seis) meses.	Celebrado o contrato junto ao SERPRO, que é uma Autoridade Certificadora oficial, a solução visa atender as necessidades das unidades administrativas da Sudam no acesso seguro aos diversos sistemas informatizados do Governo Federal, estruturantes ou não, para a perfeita execução de suas atividades laborais e cumprimento da missão institucional, servindo também os tokens fornecidos como instrumentos de assinatura eletrônica devidamente certificados.
19/2020 – 1º Termo Aditivo	Outsourcing de Impressão	O serviço de outsourcing de impressão consiste na terceirização do processo de impressão corporativa e cópias, englobando o fornecimento de equipamentos (impressoras de rede multifuncionais) e insumos (cartuchos de toner), com suporte, manutenção e substituição de equipamentos sem ônus adicionais para a Sudam durante toda a vigência dos contratos. O Contrato nº 19/2020 atende à Sede da Sudam, em Belém/PA e foi aditivado até 10/01/2026.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

No quadro a seguir, apresentam-se as principais iniciativas e resultados na área de TI em 2024:

Quadro 21 – Principais iniciativas e resultados na área de TI em 2024

Sistema/Projeto	Ações
SIN – Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais	Sustentação e manutenção evolutiva do SIN – Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em produção, com endereço de acesso em https://sin.sudam.gov.br .
SIAMI – Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais	Sustentação e manutenção evolutiva do SIAMI – Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais da Sudam, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em produção, com endereço de acesso em http://siav.sudam.gov.br .
Sistema PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal	Implementação do novo portal do Sistema PRDA - Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em produção, com endereço de acesso em http://prda.sudam.gov.br

Portal de Investimentos da Amazônia	Implementação do Portal de Investimentos da Amazônia, através de mão-de-obra terceirizada, alocada na própria Sudam. Sistema em desenvolvimento e em fase final de homologação, com endereço de acesso em http://investimentos.sudam.gov.br .
SEI – Atualização para a versão 4.0	Atualização do SEI – Sistema Eletrônico de Informação da versão 3.1 para a versão 4.0. A atualização trouxe uma série de aprimoramentos, visando aperfeiçoar usabilidade, segurança e transparência do sistema, principalmente com a modernização da interface. Além das melhorias visuais, o SEI 4.0 apresenta refinamentos em termos de desempenho, assegurando uma experiência de uso mais fluida e confiável para a comunidade da Sudam.
PETRVIS - Plataforma Eletrônica de Trabalho Remoto e Visão Sistêmica	Implementação do Sistema PETRVIS - Plataforma Eletrônica de Trabalho Remoto e Visão Sistêmica, para a gestão do PGD - Programa de Gestão de Desempenho no âmbito da Sudam. O sistema está em produção e sua implementação foi realizada pela própria equipe técnica da Sudam.
Plano de Gestão de Riscos de TIC	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de TIC, instrumento que descreve como a instituição vai identificar, analisar e reagir a riscos que possam afetar seus objetivos e sua missão. O seu objetivo é prevenir ou minimizar os efeitos de possíveis falhas, sendo uma ferramenta estratégica que pode ser usada em projetos, atividades ou setores específicos.
Plano de Gestão de Continuidade de Negócios de TIC	Elaboração do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios de TIC, que consiste em um conjunto de estratégias e ações preventivas que visam garantir o funcionamento dos serviços de TI de uma instituição. O Plano deve ser acionado em situações de desastres, falhas humanas, ataques cibernéticos, entre outros, que afetem e/ou coloquem em risco o conteúdo eletrônico institucional.
PDTIC 2025/2026	Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC, instrumento de gestão, planejamento e diagnóstico que visa atender às necessidades de informação e tecnologia da instituição, sendo uma ferramenta que auxilia na tomada de decisões, permitindo que os gestores atuem de forma proativa. O PDTIC também ajuda a melhorar o serviço prestado ao cidadão e o gasto público. Na Sudam, o PDTIC é bianual e o atual terá vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Segurança da Informação

Em 2024 a CGTIC deu continuidade à elaboração de normativos e execução de ações que irão promover o incremento dos níveis de segurança da informação na Sudam.

Quadro 22 – Principais ações da área de Segurança da Informação em 2024

Instrumento	Descrição
Política de Backup/Restore	Revisão e Atualização da Política de Backup/Restore da Sudam, com base no Modelo de Política de Backup versão 2.0, editado pelo Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).
Norma de Gestão de Ativos de Informação	Revisão da Norma de Ativos de Informação, que havia sido elaborada em 2023, mas verificou-se a necessidade de ajustes e complementações.
Implementação do Serviço de Proxy Autenticado (filtro de conteúdo)	O Proxy é um serviço que analisa o tráfego entre um cliente e um servidor, bloqueando ou removendo conteúdo indesejado, implementando segurança, registro e filtros nos acessos dos usuários da Sudam à internet. Em 2024, a CGTIC implementou o recurso de autenticação ao serviço, para aumentar os níveis de registro e controle dos acessos à internet, em atendimento à Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC, da Sudam.

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Principais metas não alcançadas, dificuldades enfrentadas e perspectivas

No quadro a seguir, são apresentadas as principais metas/ações não alcançadas no exercício de 2024, com as devidas justificativas:

Quadro 23 – Principais metas não alcançadas em 2024

Meta/Ação	Justificativa
Atualização do BADAM – Banco de Dados de Informações Socioeconômicas da Amazônia Legal	Inconsistências verificadas nos dados originais carregados no BADAM pela empresa Publix, desenvolvedora do sistema, inviabilizaram carga e atualização de dados do Sistema BADAM. A empresa Publix foi contratada através de um acordo internacional celebrado entre a Sudam e o PNUD e, no desenvolvimento do sistema, utilizou uma tecnologia (<i>Power BI</i>) não presente no escopo de desenvolvimento de sistemas da Sudam, inviabilizando a manutenção evolutiva do BADAM, motivo pelo qual o sistema teve que ser retirado de produção. A expectativa é que, com a capacitação já planejada para a equipe da CGTIC na ferramenta <i>Power BI</i> , a dificuldade seja vencida e o Sistema BADAM retorne à produção até meados do 2º trimestre de 2025.
Aquisição de Material de Consumo de TIC	Em função de restrições orçamentárias no exercício, causadas pelo contingenciamento e bloqueio de recursos efetuado pelo Governo Federal, a ação não pôde ser executada e foi priorizada para o exercício de 2025.
Contratação de Serviços de Manutenção da Rede de Telefonia Fixa	No ato da contratação, após vencida toda a fase de seleção do fornecedor, a empresa vencedora da respectiva Dispensa Eletrônica apresentou restrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, motivo pelo qual, de acordo

	com a legislação vigente, a empresa não pôde ser contratada. A empresa solicitou um prazo adicional para a regularização e a perspectiva é que a contratação seja efetivada em 2025.
--	--

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025.

Para o biênio 2025/2026, de acordo com o levantamento de necessidades e o planejamento de metas e ações no PDTIC, seguem as principais iniciativas e projetos:

- Aquisição de Desktops e Notebooks;
- Contratação de nova solução de Telefonia Fixa;
- Aquisição de nova solução de Firewall Corporativo;
- Aquisição de nova solução de Rede sem Fio;
- Aquisição de novos Ativos de Rede;
- Contratação de Serviços de mão-de-obra especializada de TIC;
- Aquisição de nova solução de Projeção e Sonorização para o Auditório;
- Contratação de novos Circuitos Redundantes de Acesso à Internet;
- Contratação de Serviços Gerenciados de Segurança (MSS); e
- Contratação de Serviço de Backup em Nuvem.

3.6.2.6. Sustentabilidade Ambiental

A Sudam, desde o ano de 2019, vem implementando o seu Plano de Logística Sustentável - PLS, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, emitida à época pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a construção de um novo modelo de cultura institucional com a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública. Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados em 2024:

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os contratos administrativos celebrados pela Sudam, em especial, os que envolvem a prestação de mão de obra, contemplam os critérios de sustentabilidade ambiental previstos nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 14.133, de 2022. Deste modo, os termos de referência que fundamentam as contratações adotam cláusulas específicas, destacando os critérios de sustentabilidade registrados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, principalmente, quanto: à utilização de equipamentos eletroeletrônicos que promovam a eficiência energética; ao fornecimento de insumos, preferencialmente, constituído por materiais reciclados, renováveis, atóxicos e/ou biodegradáveis; à promoção durante a execução contratual de ações que promovam o baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; e ao uso racional da água.

Nos contratos de manutenção predial, os serviços prestados pelas contratadas são pautados no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, sendo realizadas verificações periódicas pela fiscalização do contrato e registradas nos relatórios de execução.

Além disso, as embalagens, restos de materiais e produtos e entulhos, incluindo cabos, restos de óleos e graxas, são separados para posterior descarte pela contratada. No caso da manutenção dos equipamentos de refrigeração, são utilizados fluidos refrigerantes que não agredem a camada de ozônio, como o R410a.

Também são realizados estudos contínuos quanto à eficiência dos contratos administrativos, visando a melhor empregabilidade do recurso público. Os contratos de mão de obra exclusiva possuem cláusulas relacionadas à necessidade de treinamentos obrigatórios por ano, objetivando a educação e sensibilização dos terceirizados para os temas da sustentabilidade. Ademais, há o acompanhamento da execução para avaliar a qualidade do serviço prestado e se o efetivo atende as necessidades.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

No exercício de 2024, a Sudam desenvolveu diversas ações para redução do consumo de energia, água e materiais descartáveis (copos, papéis, cartuchos), bem como para redução de poluentes com transporte e resíduos passíveis de reciclagem gerados na Instituição, conforme veremos a seguir:

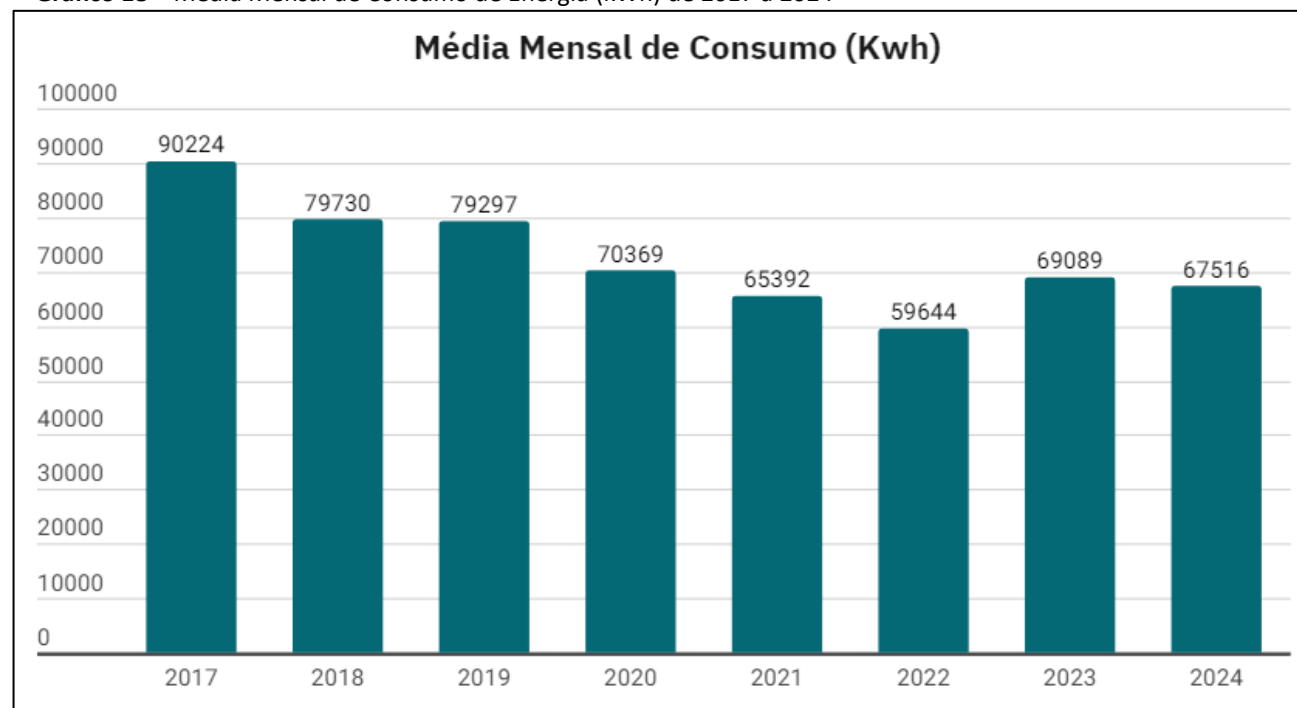
- **Consumo de Energia**

Dentre as ações para redução do consumo de energia em 2024, destacaram-se:

- ✓ Campanhas internas de conscientização dos servidores sobre consumo responsável de energia nos espaços e equipamentos da Sudam;
- ✓ Substituição de aproximadamente 200 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de tecnologia Led.
- ✓ A continuidade do Teletrabalho na instituição, reduzindo o consumo de energia no complexo predial da autarquia.

Entre 2017 e 2022, constatou-se uma redução na média mensal de consumo de energia elétrica na instituição. Após um aumento registrado em 2023, observou-se redução na média mensal de consumo de energia elétrica em 2024 de 2,28% em relação ao ano anterior.

Gráfico 18 – Média Mensal de Consumo de Energia (kWh) de 2017 a 2024



Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Em 2025, a Sudam dará continuidade às ações voltadas para consumo consciente e racionalizado dos recursos energéticos na instituição, objetivando maior adesão dos servidores.

- **Consumo de Água**

Dentre as ações para redução do consumo de água em 2024, destacaram-se:

- ✓ Lavagem dos veículos fora das instalações;
- ✓ Troca das torneiras convencionais por temporizadoras;
- ✓ Conscientização dos profissionais da limpeza para a redução no tempo e quantidade de água utilizada;
- ✓ Manutenção dos sistemas hidráulicos a fim de identificar e sanar quaisquer tipos de vazamentos e falhas em dispositivos para evitar o desperdício dos recursos.

A seguir, apresenta-se tabela comparativa da média mensal de consumo de água entre 2023 e 2024:

Tabela 32 – Média Mensal de Consumo de Água 2023-2024 (m³).

Ano	2023	2024
Média Mensal de Consumo	414,75	410,25

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Apesar dos dados demonstrarem redução no consumo de água na Sudam, não foi observada redução nos custos, considerando que o total faturado em 2024 correspondeu a R\$ 113.425,20, frente a R\$ 101.345,30 em 2023. Esse acréscimo na despesa é creditado aos substanciais aumentos no valor da tarifa.

Além das medidas já adotadas, a Sudam pretende intensificar o trabalho de fiscalização para questão do uso inadequado da água, realizando monitoramento frequente e buscando identificar possíveis vazamentos. A instituição continuará com as ações voltadas para a conscientização de um escopo maior de servidores sobre o consumo consciente de água no interior da Instituição, além de buscar a manutenção dos medidores do sistema de abastecimento de água na autarquia.

- **Consumo de Materiais Descartáveis: tonners, papéis e copos**

Em 2024, a Sudam prosseguiu com o contrato de outsourcing de impressão, que consiste na terceirização de todo o processo de impressão corporativa e cópias, englobando o fornecimento de equipamentos em comodato (impressoras de rede multifuncionais) e insumos (cartuchos de toner), com suporte, manutenção e substituição de equipamentos sem ônus adicionais durante toda a vigência do contrato. A ação mantém o nível de melhorias qualitativas e redução de custos financeiros, fazendo com que a autarquia esteja alinhada às ações de sustentabilidade propostas pelo Governo Federal.

Até 2020, os toners utilizados na instituição possuíam uma capacidade de impressão de aproximadamente 3.250 (três mil, duzentos e cinquenta) páginas. A partir de 2021, esta capacidade de impressões aumentou para 7.500 (sete mil e quinhentas) impressões, em razão da melhoria na tecnologia utilizada. Os dados a seguir evidenciam uma redução no número de impressões realizadas ao longo dos anos, principalmente a partir de 2021, quando foi firmado o contrato de serviço de outsourcing na autarquia, contribuindo, assim, para a diminuição na quantidade de toners utilizados.

Tabela 33 – Quantidade de Impressões e Consumo de Toners 2018 - 2024

Ano	Quantidade de Impressões	Quantidade de Toners utilizados
2018	409.156	126
2019	345.144	107
2020	280.000	87
2021	68.500	10
2022	92.537	13
2023	107.199	15
2024	102.929	14

Fonte: CGTIC/DIRAD/SUDAM, 2025

Outras ações tomadas para a redução na quantidade de impressões e consumo de toners foram:

- ✓ Configuração padrão de impressões no modo frente e verso; e
- ✓ Configuração padrão de modo de impressão do tipo rascunho.

Em relação ao consumo de papel na autarquia, observa-se redução no total registrado em 2024 em comparação com 2023. Enquanto o consumo de papel não reciclado apresentou aumento de 20% em 2024, o consumo de papel reciclado reduziu em 39%.

Tabela 34 – Consumo de Papel em 2023-2024 (resmas)

Ano	2023	2024
Papel A-4 75 g/m ²	105	126
Papel A-4 Reciclado	87	53
Total	192	179

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Registra-se que os dados de consumo de papel referentes a 2023 foram ajustados em relação ao constante no Relatório de Gestão anterior, em virtude da inclusão dos registros de utilização de papel pelo Setor Gráfico da Sudam, bem como de controles manuais que ainda não haviam sido inseridos no sistema SIADS.

No que se refere ao consumo de copos descartáveis utilizados por servidores, colaboradores e visitantes, observa-se um expressivo aumento em 2024 em relação ao ano anterior, conforme tabela a seguir.

Tabela 35 – Consumo de Copos Descartáveis em 2023-2024 (cento)

Ano	2023	2024
Copo Descartável 50 ml	36	106
Copo Descartável 200 ml	45	89
Total	81	195

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Registra-se que os dados de consumo de copo descartável referentes a 2023 foram ajustados em relação ao constante no Relatório de Gestão anterior, em virtude de correção efetuada pela unidade fornecedora desta informação.

Conforme já relatado, as ações de articulações com diversos órgãos governamentais contribuíram para o expressivo aumento de atividades internas e externas nas dependências do Complexo Predial na Sudam. Em 2024, foram realizados 93 eventos na sede da Sudam, contribuindo para a elevação do consumo de copos descartáveis em relação ao ano anterior.

Redução de resíduos poluentes:

Dentre as ações de sustentabilidade no serviço de transporte da Sudam em 2024, destacaram-se:

- ✓ A procura de credenciamento de fornecedores de combustível veicular priorizando-se os abastecimentos em postos localizados mais próximos à sede da Sudam;
- ✓ A redução no consumo de combustível veicular através da otimização do número de corridas por percursos percorridos, com o transporte conjunto de pessoas em rotas otimizadas; e
- ✓ A utilização de veículos mais novos, além da atenção constante na manutenção dos veículos utilizados, reduzindo assim o consumo excessivo de combustível.

Para aprimorar o controle do consumo de combustível, foi realizada a contratação de empresa para a prestação de serviços de gerenciamento da frota de veículos da Sudam. Da data do início do contrato, 25/06/2024, até o final do exercício foram consumidos 791,43 litros de combustível.

Tabela 36 – Transporte de Pessoas a Serviço da Sudam 2023-2024

Tipo de Transporte	2023	2024
Trechos Aéreos	511	351
Deslocamentos Terrestres	33	281
Total	544	632

Fonte: CGEA/CGALC/DIRAD/SUDAM, 2025

Em que pese as ações de sustentabilidade implementadas em 2024, a Sudam pretende para os próximos anos reforçar e ampliar as ações voltadas para redução do consumo de combustível e, por conseguinte, de emissão de resíduos poluentes.

Resíduos Sólidos – Coleta Seletiva

No que diz respeito à redução de resíduos sólidos e ao quantitativo de materiais recicláveis gerados pela Autarquia, a Comissão de Coleta Seletiva Solidária - CCSS – efetua a entrega, desde 2018, às Cooperativas/Associações de catadores de resíduos sólidos, dos materiais produzidos e passíveis de reciclagem.

Em 2024, foram efetuados 03 (três) recolhimentos de materiais inservíveis/irrecuperáveis (papel, plástico e metal) nos meses de março, abril e agosto, todos efetuados pela Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis Filhos do Sol - CTCMRFS, em conformidade/alinhamento com o Plano de Logística Sustentável da Sudam - PLS.

Estima-se que foram coletados cerca de 150 kg de papel e papelão, 100 kg de plástico e 600 kg de metal (a maior parte dos metais é oriunda dos entulhos das obras efetuadas na instituição). Mais coletas não foram efetuadas ao longo do ano em razão da indisponibilidade de veículos por parte das Cooperativas.

4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

No que concerne às normas legais e técnicas adotadas pela Contabilidade da Sudam e FDA, as mesmas são registradas e evidenciadas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual SIAFI.

4.2. Informações acerca do setor de contabilidade

Na Sudam, não existe um setor de contabilidade constituído, de modo que as tarefas ligadas à contabilidade compõem a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFI. No exercício de 2024, as principais atividades contábeis desempenhadas foram:

- a) Registro da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade;
- b) Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil, bem como a regularização de inconsistências contábeis;
- c) Elaboração do Relatório Contábil Anual e contribuição com a elaboração do relatório de gestão;
- d) Orientação e análises tributárias, bem como a regularização de erros no recolhimento de tributos;
- e) Cumprimento de obrigações acessórias junto aos órgãos públicos.

4.3. Resumo da situação financeira e contábil da Sudam

Com base nas Demonstrações Contábeis da Sudam, informa-se que:

a) Situação Patrimonial

A Sudam encerrou o exercício de 2024 com o Patrimônio Líquido negativo de R\$ 210.690.291,09, um aumento de 21,80% em relação ao Passivo a Descoberto de 2023. Essa situação, a princípio, não representa um risco à instituição, pois esta não depende exclusivamente de recursos próprios, sendo que uma boa parte das obrigações serão quitadas com recursos repassados pelo governo federal.

Tabela 37 – Balanço Patrimonial Sudam 2024

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
ATIVO TOTAL	R\$ 104.101.229,55	R\$ 116.503.343,88
Ativo Circulante	R\$ 98.235.534,55	R\$ 110.803.735,04
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>R\$ 76.692.356,58</i>	<i>R\$ 91.280.712,19</i>
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	<i>R\$ 21.135.986,05</i>	<i>R\$ 19.002.047,47</i>
<i>Estoques</i>	<i>R\$ 407.191,92</i>	<i>R\$ 462.215,85</i>
<i>VPD Pagas Antecipado</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 58.759,53</i>
Ativo Não Circulante	R\$ 5.865.695,00	R\$ 5.699.608,84
<i>Investimentos</i>	<i>R\$ 683.607,17</i>	<i>R\$ 683.607,17</i>
<i>Imobilizado (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 3.839.531,94</i>	<i>R\$ 3.673.445,78</i>
<i>Intangível (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 1.342.555,89</i>	<i>R\$ 1.342.555,89</i>
PASSIVO TOTAL	R\$ 277.081.445,15	R\$ 327.193.634,97
Passivo Circulante	R\$ 277.081.445,15	R\$ 327.193.634,97
<i>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais</i>	<i>R\$ 2.378.982,25</i>	<i>R\$ 2.211.618,16</i>
<i>Transferências Fiscais</i>	<i>R\$ 52.439.527,15</i>	<i>R\$ 59.573.814,67</i>
<i>Demais Obrigações</i>	<i>R\$ 222.262.935,75</i>	<i>R\$ 265.408.202,14</i>
Passivo Não Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- R\$ 172.980.215,60	- R\$ 210.690.291,09

Fonte: SIAFI, 2025

b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2024 registrou Resultado Patrimonial negativo de R\$ 37.710.075,49, um aumento de 174,36% em relação ao resultado negativo de 2023, evidenciando a redução do patrimônio da Sudam em 2024.

Tabela 38 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais Sudam 2024

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 196.230.061,17	R\$ 222.942.189,56
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	<i>R\$ 1.486.869,04</i>	<i>R\$ 2.517.458,44</i>
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>R\$ 9.906.021,84</i>	<i>R\$ 11.129.309,89</i>
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	<i>R\$ 159.729.416,57</i>	<i>R\$ 156.171.078,49</i>
<i>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</i>	<i>R\$ 19.953.266,18</i>	<i>R\$ 32.229.608,25</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	<i>R\$ 5.154.487,54</i>	<i>R\$ 20.894.734,49</i>
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	- R\$ 209.974.723,68	-R\$ 260.652.265,05
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>-R\$ 24.917.063,38</i>	<i>-R\$ 27.039.343,75</i>
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	<i>-R\$ 10.709.289,96</i>	<i>-R\$ 10.954.645,27</i>
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	<i>-R\$ 9.244.143,88</i>	<i>-R\$ 10.611.307,66</i>
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>-R\$ 11.353,67</i>	<i>-R\$ 190,05</i>
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	<i>-R\$ 71.789.171,57</i>	<i>-R\$ 142.658.745,41</i>
<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>-R\$ 93.178.978,48</i>	<i>-R\$ 68.885.379,62</i>
<i>Tributárias</i>	<i>-R\$ 38.899,12</i>	<i>-R\$ 193.051,59</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	<i>-R\$ 85.823,62</i>	<i>-R\$ 309.601,70</i>
Resultado Patrimonial	- 13.744.662,51	-R\$ 37.710.075,49

Fonte: SIAFI, 2025

c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2024 registrou Resultado Orçamentário negativo de R\$ 26.261.098,17, uma redução de 32,16% em relação ao resultado negativo de 2023. Importante destacar que a execução orçamentária da Sudam não depende das receitas arrecadadas. Conforme já mencionado, a Sudam depende das transferências financeiras para pagar suas despesas.

A seguir, apresenta-se um resumo do Balanço Orçamentário da Sudam em 2024.

Tabela 39 – Resumo do Balanço Orçamentário Sudam 2024

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Receitas Realizadas - Correntes	R\$ 13.294.142,48	R\$ 30.333.900,05
<i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 9.950.414,48</i>	<i>R\$ 11.164.735,22</i>
<i>Receita de Serviços</i>	<i>R\$ 1.486.869,04</i>	<i>R\$ 2.517.458,44</i>
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 1.856.858,96</i>	<i>R\$ 16.651.706,39</i>
Receitas Realizadas - De Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Despesas Empenhadas	- R\$ 52.005.645,88	- R\$ 56.594.998,22
<i>Correntes</i>	<i>- R\$ 49.376.993,96</i>	<i>- R\$ 53.171.676,52</i>
<i>De Capital</i>	<i>- R\$ 2.628.651,92</i>	<i>- R\$ 3.423.321,70</i>
Resultado Orçamentário	- R\$ 38.711.503,40	- R\$ 26.261.098,17

Fonte: SIAFI, 2025

d) Resultado Financeiro

O exercício de 2024 registrou Resultado Financeiro positivo de R\$14.588.355,61, um aumento de 350,11% em relação ao resultado de 2023. Destaca-se o fato de que o valor das Transferências Financeiras Recebidas é muito próximo ao total pago no período (empenhos do exercício + restos a pagar), indicando que a Sudam depende dessas transferências para honrar com seus compromissos.

Tabela 40 – Resultado Financeiro Sudam 2024

Resumo do Fluxo de Caixa	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Total de Ingressos	R\$ 176.404.178,48	R\$ 191.824.057,43
<i>Receitas Realizadas</i>	R\$ 13.294.142,48	R\$ 30.333.900,05
<i>Transferências Financeiras Recebidas</i>	R\$ 159.729.416,57	R\$ 156.171.078,49
<i>Outros Ingressos – Temporários ou Compensatórios</i>	R\$ 3.380.619,43	R\$ 5.319.078,89
(-) Total de Saídas	-R\$ 173.163.084,50	-R\$ 177.235.701,82
<i>Pgto. Despesas do Exercício</i>	-R\$ 39.279.238,57	-R\$ 43.865.743,04
<i>Pgto. Restos a Pagar (Processados e Não Processados)</i>	-R\$ 126.920.975,32	-R\$ 109.311.395,37
<i>Transferências Financeiras Concedidas e Outras Saídas</i>	- R\$ 6.962.870,61	-R\$ 24.058.563,41
Resultado Financeiro	R\$ 3.241.093,98	R\$ 14.588.355,61

Fonte: SIAFI, 2025

4.4. Resumo da situação financeira e contábil do FDA

No que tange à situação financeira e contábil do FDA em 2024, em relação às principais contas e fatos contábeis do período, registramos sobre o (a):

a) Situação Patrimonial

O FDA encerrou o exercício de 2024 com o Patrimônio Líquido equivalente ao seu Ativo, de R\$ 7.903.565.994,33, um aumento de 0,6% em relação ao PL de 2023.

Essa situação patrimonial é resultado da falta de Passivo na contabilidade do Fundo. O Passivo, de modo geral, é constituído pela liquidação dos empenhos; mas no caso específico do FDA, como a liquidação geralmente ocorre quando uma nova liberação de financiamento é autorizada, os pagamentos são realizados junto com a liquidação dos empenhos.

Tabela 41 – Balanço Patrimonial FDA 2024

Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
ATIVO TOTAL	R\$ 7.857.510.824,38	R\$ 7.903.565.994,33
Ativo Circulante	R\$ 4.806.023.431,84	R\$ 4.428.164.389,37
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>R\$ 4.366.854.077,39</i>	<i>R\$ 3.975.177.603,61</i>
<i>Créditos a Curto Prazo</i>	<i>R\$ 439.169.354,45</i>	<i>R\$ 452.986.785,76</i>
Ativo Não Circulante	R\$ 3.051.487.392,54	R\$ 3.475.401.604,96
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 3.051.487.392,54	R\$ 3.475.401.604,96
<i>Créditos a Longo Prazo (valor líquido contábil)</i>	<i>R\$ 2.744.077.804,37</i>	<i>R\$ 3.167.992.016,79</i>
<i>Ações</i>	<i>R\$ 307.409.588,17</i>	<i>R\$ 307.409.588,17</i>
PASSIVO TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Passivo Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Passivo Não Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 7.857.510.824,38	R\$ 7.903.565.994,33

Fonte: SIAFI, 2025

b) Resultado Patrimonial

O exercício de 2024 registrou Resultado Patrimonial positivo de R\$ 30.162.208,28, uma redução de 90,68% em relação ao resultado de 2023. Essa queda tão acentuada no Resultado Patrimonial ocorreu principalmente devido ao aumento das perdas estimadas com contratos inadimplentes. Ressalta-se que, a despeito de uma piora em relação ao ano anterior, o resultado indica aumento do patrimônio do FDA em 2024.

Tabela 42 – Demonstrativo de Variações Patrimoniais FDA 2024

Resumo DVP	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 818.279.765,60	R\$ 822.654.359,83
<i>Variações Patrimoniais Financeiras</i>	<i>R\$ 721.943.447,77</i>	<i>R\$ 729.111.592,15</i>
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>	<i>R\$ 83.503.898,42</i>	<i>R\$ 93.464.506,84</i>
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	<i>R\$ 12.832.419,41</i>	<i>R\$ 78.260,84</i>
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-R\$ 494.708.275,08	-R\$ 792.492.151,55
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	<i>-R\$ 442.416.191,97</i>	<i>-R\$ 443.162.153,87</i>
<i>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</i>	<i>-R\$ 52.292.083,11</i>	<i>-R\$ 349.329.997,68</i>
Resultado Patrimonial	R\$ 323.571.490,52	R\$ 30.162.208,28

Fonte: SIAFI, 2025

c) Resultado Orçamentário

O exercício de 2024 registrou Resultado Orçamentário negativo de R\$ 2.460.337.006,42. É importante esclarecer que, embora o Resultado seja apurado do confronto entre Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas no exercício, a decisão de suplementação orçamentária, que proporcionou

o aumento de 411,18% das despesas empenhadas, está amparada na existência de recursos em caixa suficientes para arcar com esse volume de despesas, conforme Lei nº 4.320/64, Art. 43.

Tabela 43 – Resultado Orçamentário FDA 2024

Resumo do Balanço Orçamentário	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Receitas Realizadas	R\$ 814.239.143,59	R\$ 803.470.618,52
Receitas Correntes	R\$ 455.326.850,04	R\$ 453.772.971,49
Receita Patrimonial	R\$ 455.217.455,08	R\$ 453.694.710,65
Outras Receitas Correntes	R\$ 109.394,96	R\$ 78.260,84
Receitas De Capital	R\$ 358.912.293,55	R\$ 349.697.647,03
Amortização de Empréstimos	R\$ 358.912.293,55	R\$ 349.697.647,03
Despesas Empenhadas	- R\$ 638.488.060,64	- R\$ 3.263.807.624,94
Correntes	R\$ 0,00	- R\$ 0,00
De Capital	- R\$ 638.488.060,64	- R\$ 3.263.807.624,94
Resultado Orçamentário	R\$ 175.751.082,95	- R\$ 2.460.337.006,42

Fonte: SIAFI, 2025

d) Resultado Financeiro

O exercício de 2024 registrou Resultado Financeiro negativo de R\$ 391.676.473,78. Essa queda no Resultado se deve principalmente ao pagamento de um volume considerável de despesas empenhadas no exercício. É importante destacar que o Resultado Financeiro representa a diferença entre entradas e saídas de recursos no período; portanto, o resultado negativo apenas informa que saiu mais dinheiro do caixa do que entrou.

Tabela 44 – Resultado Financeiro FDA 2024

Resumo do Fluxo de Caixa	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Total de Ingressos	R\$ 897.743.042,01	R\$ 896.935.125,36
Receitas Realizadas	R\$ 814.239.143,59	R\$ 803.470.618,52
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 83.503.898,42	R\$ 93.464.506,84
(-) Total de Saídas	-R\$ 580.889.736,10	-R\$ 1.288.611.599,14
<i>Pgto. Despesas do Exercício</i>	<i>R\$ 0,00</i>	<i>-R\$ 674.599.216,70</i>
<i>Pgto. Restos a Pagar (Processados e Não Processados)</i>	<i>-R\$ 138.473.544,13</i>	<i>-R\$ 170.850.228,57</i>
<i>Transferências Financeiras Concedidas & Outras Saídas</i>	<i>- R\$ 442.416.191,97</i>	<i>- R\$ 443.162.153,87</i>
Resultado Financeiro	R\$ 316.853.305,91	- R\$ 391.676.473,78

Fonte: SIAFI, 2025

4.5. Gestão de Custos

Na Sudam não há sistemática de apuração dos custos da instituição, tendo em vista que não há servidores responsáveis pelo acompanhamento dos custos no Sistema de Informação de Custos (SIC), ferramenta gerida pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponível apenas para servidores públicos de órgãos superiores da Administração Pública Federal.

4.6. Conclusões de auditorias independentes ou órgãos de controle e as medidas adotadas

Em 2024, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e suas unidades vinculadas — dentre elas a Sudam e o FDA — passaram por auditoria da Controladoria-Geral da União, referente à Auditoria Anual de Contas do exercício de 2023. Do Relatório de Auditoria nº 1358261, são

listadas a seguir apenas as conclusões em que as contas contábeis de Sudam e do FDA foram de alguma forma implicadas, bem como as recomendações e as medidas tomadas para saneamento desses problemas:

Quadro 24 – Conclusões do Relatório de Auditoria nº 1358261, Recomendações e Medidas Adotadas

Conclusão	Recomendação	Medidas Adotadas
Superavaliação do Passivo na Conta 215310000 – TRANSFERENCIAS A PAGAR.	Não houve	O problema foi regularizado durante o processo de auditoria, conforme informado no Ofício nº 79/2024-GAB/SUPEIRN, de modo que não houve recomendações.
Inconformidade na prestação e análise de contas dos TEDs.	1 - Baixa dos ativos e passivos relacionados a TEDs que já percorreram o trâmite regulamentar; e o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor em que se estimar, a partir da análise dos processos, que as devoluções não se concretizem após a instauração de TCE.	Em relação ao reconhecimento de uma “provisão de liquidação duvidosa” no balancete da Sudam, referente aos TEDs em que o RCO foi reprovado e houve instauração de TCE, foi realizado contato com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para saber qual seria o tratamento contábil mais adequado nesses casos. A resposta obtida foi que, até aquele momento, a STN não possuía uma solução contábil para o problema identificado pela CGU, conforme Mensagem SIAFI 2024/3424629. Portanto, além de a provisão de liquidação duvidosa recomendada pela CGU ter sido descartada, nenhum outro tratamento contábil foi adotado até o fim de 2024.
	2 - Organização de um Plano de Ação para: solicitar instauração de TCE no âmbito dos TED vencidos, de acordo com o Decreto nº 10.426/2020; envio dos RCO para os quais o prazo regulamentar encontra-se expirado, enquanto atuando como unidade descentralizada; e análise dos RCO recebidos cujo prazo de análise já haja transcorrido, e emissão de parecer conclusivo acerca de sua aprovação, enquanto atuando como unidade descentralizadora.	Em relação ao Plano de Ação recomendado, ainda não foi tomada nenhuma medida nesse sentido. Entretanto, quanto aos TEDs em situação de A COMPROVAR em que a Sudam era unidade descentralizada, dos 5 que estavam com vigência expirada ao final de 2023, 4 já foram concluídos; quanto aos TEDs em situação de A COMPROVAR em que a Sudam era unidade descentralizadora, dos 12 que estavam com vigência expirada, 3 já foram concluídos.

Fonte: CGOFI/DIRAD/SUDAM, 2025

4.7. Indicações de locais ou endereços eletrônicos de publicação ou acesso de informações contábeis

As informações referentes às Demonstrações Contábeis da Sudam e do FDA poderão ser acessadas no sítio eletrônico da Sudam por meio do link: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/demonstracoes-contabeis>.

APÊNDICE

Glossário

Amazônia Legal: constitui a área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão, perfazendo 5 (cinco) milhões de km².

Aporte: subsídio, qualquer tipo de auxílio que se destina a um propósito.

Autarquias: são entes administrativos autônomos, criados por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

Convênio: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, para órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de projeto ou atividade de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Contrato de repasse: instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.

Dotação Orçamentária: toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos.

Conformidade Contábil: consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Conformidade de Gestão: consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e na existência de documentos que respaldam as operações é um instrumento de controle essencial para a boa execução orçamentária e financeira.

Controles internos da gestão: processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, de forma integrada, conduzido pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para a consecução da missão da Sudam

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia: fundo criado pelo Decreto nº 7.839, de 09 de novembro de 2012, cuja finalidade é participar financeiramente de investimentos na área da Região Amazônica em projetos que promovam a efetiva geração de um círculo virtuoso na Região.

Gestão de Integridade: na Administração Pública corresponde ao conjunto de arranjos institucionais que visam à entrega dos resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente.

Gestão de Riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos da Sudam.

Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração da Sudam, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com o intuito de alcançar os objetivos.

Incentivos e Benefícios Fiscais: são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos na Amazônia Legal, reduzindo a carga tributária, promovendo a melhoria da competitividade das empresas e gerando crescimento e desenvolvimento econômico regional.

Laudo Constitutivo: documento emitido pelo Superintendente, fornecido à empresa interessada após a aprovação da Diretoria Colegiada, para fins de reconhecimento do direito à concessão do incentivo pela Receita Federal.

Lei de Diretrizes Orçamentárias: tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

Lei de Diretrizes Orçamentárias: estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Lei Orçamentária Anual: é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Constituição Federal de 1988 determina que o orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada ano.

Planejamento estratégico: configura o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida para a empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.

Planejamento Plurianual: é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

Política de gestão de pessoas: documento institucional que objetiva estimular o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal e que regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional: tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Recursos discricionários: incluem todos os outros fatos que não são obrigatoriamente previstos em Lei, tais como contas de água, luz, serviços terceirizados etc.

Relatório de gestão: relatório composto por documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica e da conformidade da gestão dos responsáveis por um ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro, prestado ao Tribunal de Contas da União.

Sistema Eletrônico de Informações: é um sistema informatizado, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região, de gestão de processos e documentos eletrônicos, com a finalidade de gerir o conjunto de procedimentos e operações técnicas relacionadas aos processos e documentos administrativos.

Sustentabilidade ambiental: define o modo como o homem age na utilização dos bens naturais e providencia soluções para as necessidades de si mesmo e dos outros, de forma que não agrida o meio ambiente e garanta a utilização do mesmo por futuras gerações.

Termo de Execução Descentralizada: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho.

ANEXOS

ANEXO – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SUDAM 2022 A 2024

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2022 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Civis da União		20.316.084,00	19.741.801,78	26.764.711,27	18.305.557,07
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis		10.437.290,00	9.725.338,45	9.725.338,45	8.980.833,18
2004 - Assistência Médica e Odontológica		2.426.993,00	1.310.742,08	707.188,66	682.398,51
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	74.572,00	56.916,51	56.916,51	52.002,00
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Civis Ativos	48.487,00	27.736,29	27.736,29	25.073,97
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Civis Ativos	1.019.552,00	859.770,86	849.257,51	785.595,51
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	76.704,00	15.151,70	15.151,70	15.151,70
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		2.886.923,00	2.712.380,85	2.712.380,85	2.712.380,85
Subtotal Administrativo obrigatório		37.286.605,00	34.449.838,52	40.858.681,24	31.558.992,79
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	6.409.694,00	6.359.210,00	2.693.670,02	2.653.031,77
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	195.852,00	189.661,40	186.861,40	186.861,40
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.391.963,00	1.377.335,18	305.784,70	305.784,70
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		600.000,00	464.550,60	464.550,60	451.598,16

Subtotal Administrativo discricionário	8.597.509,00	8.390.757,18	3.650.866,72	3.597.276,03
20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial	2.557.738,00	2.000.000,00	1.609.000,00	1.609.000,00
214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
00SY - Apoio à Projetos de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas	3.030.791,00	2.900.000,00	0,00	0,00
8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	5.975.000,00	5.931.095,76	0,00	0,00
4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica	60.000,00	60.000,00	11.103,50	11.103,50
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	455.369.549,00	187.849.876,68	0,00	0,00
Subtotal Finalístico	467.393.078,00	199.140.972,44	1.620.103,50	1.620.103,50
TOTAL GERAL	513.277.192,00	241.981.568,14	46.129.651,46	36.776.372,32

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 - elaborado por CPOR/CGEFE/DPLAN/SUDAM.

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2023 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União		21.487.770,00	21.190.749,41	20.705.950,71	19.139.940,76
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis		10.503.460,00	10.391.526,63	10.391.526,63	9.567.273,87
2004 - Assistência Médica e Odontológica		1.674.528,00	936.998,83	671.076,17	646.101,89
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	85.078,00	73.180,62	73.180,62	66.872,97
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	33.843,00	26.215,57	26.215,57	23.868,61
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.120.617,00	1.066.799,22	1.066.799,22	974.021,22
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	101.429,00	18.772,98	18.772,98	18.772,98
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime Geral da Previdência		2.819.787,00	2.750.743,22	2.750.743,22	2.750.743,22

Subtotal Administrativo obrigatório		37.826.512,00	36.454.986,48	35.704.265,12	33.187.595,52
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas	8.434.284,00	8.423.204,38	3.500.535,60	3.467.599,85
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	120.270,00	120.270,00	118.070,00	118.070,00
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	705.600,00	705.600,00	381.223,95	381.223,95
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		91.114,00	91.113,83	91.113,83	91.113,83
Subtotal Administrativo discricionário		9.351.268,00	9.340.188,21	4.090.943,38	4.058.007,63
20WQ - Gestão de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial		2.490.276,00	2.490.275,23	1.978.109,70	1.978.109,70
214S - Estruturação e dinamização de atividades produtivas		1.718.670,00	1.718.669,80	519.397,00	0,00
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado		2.199.432,00	2.191.432,00	0,00	0,00
4542 - Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica		888.625,00	871.515,00	0,00	0,00
00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária		0,00	0,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia		815.906.253,00	638.488.060,64	0,00	0,00
Subtotal Finalístico		823.203.256,00	645.759.952,67	2.497.506,70	1.978.109,70
TOTAL GERAL		870.381.036,00	691.555.127,36	42.292.715,20	39.223.712,85

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 - elaborado por CPOR/CGEFE/DPLAN/SUDAM.

Quadro – Execução orçamentária e financeira Sudam – ano 2024 (R\$ 1,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
20TP - Ativos Cíveis da União		23.107.965,00	23.101.248,79	22.446.564,06	20.893.457,23
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis		11.134.242,00	10.866.881,62	10.866.881,62	10.017.144,51
2004 - Assistência Médica e Odontológica	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Médica e Odontológica de Cíveis - Complementação da União	1.020.966,00	790.108,99	298.142,38	283.827,40

	Plano Orçamentário 0002 - Exames Periódicos - Cíveis	99.441,00	0,00	0,00	0,00
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis	Plano Orçamentário 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	115.868,00	101.390,65	98.751,97	91.017,81
	Plano Orçamentário 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis Ativos	56.591,00	35.035,87	35.035,87	33.225,86
	Plano Orçamentário 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis Ativos	1.642.400,00	1.603.732,46	1.585.429,30	1.452.429,30
	Plano Orçamentário 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	39.191,00	28.690,08	28.690,08	28.690,08
09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores		2.838.212,00	2.701.437,66	2.701.437,66	2.701.437,66
Subtotal Administrativo obrigatório		40.054.876,00	39.228.526,12	38.060.932,94	35.501.229,85
2000 - Administração da unidade	Plano Orçamentário 0000 - Administração da Unidade - Despesas Diversas* *contém Emenda Parlamentar	9.488.864,00	9.485.051,50	4.623.780,03	4.518.723,70
	Plano Orçamentário 0001 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	113.116,00	113.109,20	73.409,20	73.409,20
	Plano Orçamentário 0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional	1.826.071,00	1.826.071,00	637.871,09	625.154,72
216H – Ajuda de custo para moradia ou auxílio moradia a agentes públicos na Amazônia Legal		58.556,00	58.555,23	58.555,23	58.555,23
Subtotal Administrativo discricionário		11.486.607,00	11.482.786,93	5.393.615,55	5.275.842,85
00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado		0,00	0,00	0,00	0,00
20WQ - Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial		2.892.359,00	2.892.358,68	2.892.358,68	2.892.358,68
214S - Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional		1.814.269,00	1.814.269,00	1.584.950,00	1.584.950,00
4542 - Fomento à Pesquisa, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável da Biodiversidade Amazônica		674.367,00	674.367,00	500.000,00	500.000,00

00TB - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Infraestruturas de Oferta de Água para Segurança Hídrica	1.265.103,00	1.265.103,00	0,00	0,00
0353 - Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	3.264.763.288,00	3.263.807.624,94	674.599.216,70	674.599.216,70
Subtotal Finalístico	3.271.409.386,00	3.270.453.722,62	679.576.525,38	679.576.525,38
TOTAL GERAL	3.322.950.869,00	3.321.165.035,67	723.031.073,87	720.353.598,08

Fonte: SIOP - elaborado por CPOR/CGEFE, 2025.